



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E/OU CURSO DE GRADUAÇÃO

ÁGUIDA LUIZA DIAS DA COSTA

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A LINGUAGEM
COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E
EDUCACIONAL**

Porto Nacional, TO
2023

Águida Luiza Dias da Costa

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A LINGUAGEM
COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E
EDUCACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras

Orientador: Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva

Porto Nacional, TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C837t Costa, Águida Luiza Dias da.
Transtorno do espectro autista: a linguagem como instrumento de inclusão social e educacional. / Águida Luiza Dias da Costa. – Porto Nacional, TO, 2023.
101 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2023.
Orientador: Kleber Aparecido da Silva
1. Transtornos do Espectro Autista. 2. Linguagem. 3. Inclusão Social. 4. Educação Especial. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Águida Luiza Dias da Costa

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A LINGUAGEM
COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E
EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Mestrado. Foi avaliado para
obtenção do título de Mestre (a) em Letras e
aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela
Banca Examinadora.

Data de aprovação: 26 / 09 / 2023
Banca Examinadora

Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva- PPG- Letras- UFT/ UNB

Prof. Dr. Bruno Carneiro Gonçalves Carneiro- PPG- Letras – UFT

Prof^a. Dr^a. Helenice Joviano Roque de Faria - UNEMAT

Dedico esta dissertação de mestrado a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão deste estudo.

Em especial, dedico minha gratidão a Deus, que ao longo desse período, me deu força para superar obstáculos e acreditar na conclusão desta etapa significativa da minha jornada.

A meus filhos e familiares, expresso meu profundo agradecimento por seu amor e apoio incondicionais, que foram fundamentais em cada passo.

Quero dedicar um reconhecimento especial ao meu mestre e orientador, Kleber Aparecido da Silva. Desde o início, você foi não apenas meu professor e orientador, mas também um amigo que me ensinou valiosas lições sobre o mundo e sobre a luta constante por igualdade e respeito. É uma honra tê-lo ao meu lado.

Minha dedicação se estende a todos os meus alunos e pacientes autistas, bem como às suas famílias. A confiança que depositaram em mim para fazer parte de suas vidas e histórias é algo que valorizo profundamente.

Não posso deixar de mencionar meu querido avô, Joaquim Carneiro (falecido em 2022, aos 104 anos). Sua lucidez, alegria e amorosidade foram lições preciosas sobre as diferentes formas de expressar o amor.

Que esta dissertação seja uma representação da minha coragem, superando os medos, e da minha força, impulsionada pela fé. Que ela contribua para um mundo mais inclusivo e compassivo, refletindo os valores que carregamos em nossos corações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por conceder-me a bênção de concretizar este sonho, fortalecendo-me em momentos de fraqueza e guiando-me ao longo desta jornada de dois anos repleta de aprendizado.

Aos meus filhos, Luiz Eduardo e Emanuel Dias, expresso minha gratidão por compreenderem a importância dessa fase de estudo, metodologias e aquisição de conhecimento para todos nós.

Às crianças e adolescentes autistas, que me ensinaram que o amor transcende as palavras, estendo minha sincera apreciação.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe, mulher forte e determinada, que me transmitiu as lições mais importantes da vida.

À Maria Aparecida Carneiro, também conhecida como Sandra, e sua família, que ao longo desses anos me apoiaram e cuidaram dos meus filhos quando eu estava imersa nos estudos e no trabalho.

Quero expressar minha gratidão a todos os amigos e familiares, assim como a João Rodrigues, que direta ou indiretamente contribuíram para tornar esse sonho realidade.

Ao meu orientador, Kleber Aparecido da Silva, mestre e inspiração, compartilho meus agradecimentos por compartilhar sua sabedoria e conhecimento. A luta pela igualdade e pelo fim da discriminação é nossa missão conjunta, e este estudo é um passo nessa direção.

"O autismo não limita o potencial, apenas o modo de expressá-lo."

- *Temple Grandin* (1995)

RESUMO

Este trabalho aborda o papel da linguagem como ferramenta de inclusão social e educacional para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pergunta chave deste estudo é: "Como a linguagem atua como ferramenta de inclusão social e educacional para crianças autistas em processo de aprendizagem?" O objetivo central desta pesquisa é analisar a contribuição da linguagem tanto para a inclusão quanto para a exclusão de pessoas com TEA na esfera educacional e na sociedade em geral. Partimos da hipótese de que a linguagem desempenha um papel crucial na inclusão quando os profissionais envolvidos possuem conhecimento sobre o espectro autista e suas formas de comunicação. Entretanto, reconhecemos que a linguagem também pode ser excludente quando aqueles que interagem com pessoas autistas não compreendem a complexidade de sua comunicação. A metodologia empregada neste estudo é de natureza documental, com ênfase no uso de fichas de atendimentos psicopedagógicos de crianças autistas da Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína, Tocantins. A análise dos resultados revelou que todos os pacientes mencionados neste estudo têm recebido atendimento com a pesquisadora pelo período de aproximadamente 1 a 2 anos. Durante os atendimentos, identificou-se uma variedade de estratégias de comunicação utilizadas para atender às necessidades específicas de cada criança. Além da linguagem verbal, a linguagem não verbal e as adaptações comunicativas desempenharam um papel essencial. A construção de um ambiente de confiança entre a criança e os profissionais emergiu como um fator determinante. Através dessa relação, as crianças se sentem seguras para se expressar e participar ativamente das atividades. A linguagem, nesse contexto, serviu como ponte para estabelecer essa conexão emocional e comunicativa, permitindo que as crianças se engajassem de maneira mais plena em suas aprendizagens. Os resultados também evidenciaram que as estratégias de comunicação adotadas na clínica contribuíram para o desenvolvimento progressivo das habilidades linguísticas e comunicativas das crianças. Através de abordagens individualizadas e sensíveis, as crianças demonstraram avanços na expressão verbal, na compreensão de comandos e na interação com os demais. Dessa forma, a análise dos resultados confirmou a hipótese de que a linguagem desempenha um papel fundamental na inclusão social e educacional das crianças autistas. Através de estratégias de comunicação adequadas e da construção de um ambiente de confiança, a linguagem se torna uma ferramenta eficaz para promover a participação ativa, o desenvolvimento cognitivo e emocional, e a integração dessas crianças em atividades educacionais e sociais¹.

Palavras-chave: Transtornos do Espectro Autista; Linguagem; Inclusão Social; Educação Especial.

¹ O feedback dos pais em relação ao uso dos nomes reais neste estudo é de extrema importância e foi obtido mediante permissão. Os pais dessas crianças autistas, por defenderem os direitos e a divulgação do conhecimento sobre o autismo, consideram fundamental o uso dos nomes reais de seus filhos, independentemente de seus níveis no espectro autista. Essa atitude reflete o compromisso desses pais com uma causa maior, onde a conscientização e a compreensão sobre o autismo são fundamentais. Acreditam que, quanto mais pessoas souberem lidar com o autismo, melhor será a qualidade de vida e a inclusão dessas crianças na sociedade.

ABSTRACT

This work addresses the role of language as a tool for social and educational inclusion for individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD). The key question of this study is: "How does language act as a tool for social and educational inclusion for autistic children in the learning process?" The central objective of this research is to analyze the contribution of language both to the inclusion and exclusion of individuals with ASD in the educational sphere and in society at large. We hypothesize that language plays a crucial role in inclusion when professionals involved have knowledge about the autistic spectrum and its communication forms. However, we acknowledge that language can also be excluding when those who interact with autistic individuals do not understand the complexity of their communication. The methodology used in this study is documentary in nature, with an emphasis on the use of psychopedagogical records of autistic children from the Mundo Autista School Clinic in Araguaína, Tocantins. The analysis of the results revealed that all the patients mentioned in this study have been receiving treatment from the researcher for a period of approximately 1 to 2 years. During the sessions, a variety of communication strategies were identified to meet the specific needs of each child. In addition to verbal language, non-verbal language and communicative adaptations played an essential role. The construction of a trustful environment between the child and the professionals emerged as a determining factor. Through this relationship, children feel secure to express themselves and actively participate in activities. Language, in this context, served as a bridge to establish this emotional and communicative connection, allowing children to engage more fully in their learning. The results also demonstrated that the communication strategies adopted in the clinic contributed to the progressive development of linguistic and communicative skills in children. Through individualized and sensitive approaches, children showed progress in verbal expression, understanding commands, and interaction with others. Thus, the analysis of the results confirmed the hypothesis that language plays a fundamental role in the social and educational inclusion of autistic children. Through appropriate communication strategies and the construction of a trustful environment, language becomes an effective tool to promote active participation, cognitive and emotional development, and the integration of these children into educational and social activities.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Language; Social Inclusion; Special Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 1 - Angústia de uma criança autista exposta ao barulho de fogos de artifícios.....	72
Imagem 2 - Criança cobrindo ouvido importunada com barulho	73
Imagem 3 - Victor Hugo, 5 anos, nível 2.....	81
Imagem 4 - Julia Gabrielly, 11 anos, nível 2.....	83
Imagem 5 - Diemyson, 6 anos, nível 1	84
Imagem 6 - Antônio Augusto, 5 anos, nível 2, não verbal	85
Imagem 7 - Júlia Valentina, 9 anos, Nível 1- Altas habilidades na fala e com desenhos.....	86
Imagem 8 - Emanuely (de óculos), 7 anos, nível 1 e Sophia, 5 anos, nível 1, ambas com dificuldades na fala	87
Quadro 1. Critérios diagnósticos dos Transtornos do Espectro Autista.....	50
Quadro 2. Algoritmo de conduta diagnóstica.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDC	Center of Disease Control and Prevention
DSM	Diagnóstico and Statistical Manual of Mental Disorders
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Letras
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	TRAJETÓRIA DA PESQUISA	13
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
2.1	Natureza da Pesquisa	20
2.2	Contexto e Local da Pesquisa	20
2.3	Vivência da Autora.....	21
2.4	Participantes da Pesquisa.....	22
2.5	Instrumentos de Coleta de Registros.....	23
2.6	Análise dos Dados.....	24
2.7	Considerações Éticas.....	26
3	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO AUTISMO.....	27
3.1	Compreendendo o Autismo	27
3.1.1	O Autismo	29
3.1.2	Conhecendo as causas, características e as terapias relacionadas ao autismo.....	35
3.1.3	Diagnósticos do Autismo	49
4	O PAPEL DA LINGUAGEM COMO UM FATOR DETERMINANTE DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS AUTISTAS	56
4.1	Direito à Educação Inclusiva	57
4.2	A linguagem como elemento de inclusão.....	64
4.3	Linguística Aplicada Crítica	67
4.4	A linguagem do Corpo.....	69
5	ANÁLISE DOS DADOS	78
5.1	Apresentação da pesquisadora como participante da pesquisa - Escrivência da psicopedagoga no atendimento de pessoas autista.....	78
5.2	Compreendendo o Autismo na Prática da Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína – Tocantins.....	79
5.3	Análise do Atendimento e Intervenções para Crianças Autistas: Abordagens Linguísticas e Necessidades Individuais	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS.....	98
	ANEXO I – QUESTIONÁRIO QUE SÃO UTILIZADO PARA PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÃO COM ALUNOS AUTISTAS NA CLINICA DO AUTISMO.....	101

1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

As crianças que enfrentam transtornos do espectro autista (TEA) frequentemente enfrentam rejeição por parte de seus pares da mesma faixa etária, sendo percebidas de maneira mais negativa do que crianças com desenvolvimento típico (CAMPBELL; MARINO, 2009; CAMPBELL, 2006; SWAIM; MORGAN, 2001) e mesmo em comparação a crianças com outros transtornos do desenvolvimento (SWAIM; MORGAN, 2001).

A presença aparentemente normal em termos físicos, aliada a características altamente específicas, não fornece um motivo claro para os comportamentos atípicos, o que frequentemente resulta em atitudes sociais negativas vindas de outras pessoas em relação a essas crianças que enfrentam transtornos do espectro do autismo (CAMPBELL, 2008; CHAMBRES *et al.*, 2008; CAMPBELL, 2006).

Conforme a definição de Santos (2019), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por dificuldades na comunicação verbal e, em alguns casos, não verbal, além de desafios comportamentais que afetam as relações interpessoais. Segundo o Ministério da Saúde, o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que resulta em comportamentos complexos na comunicação e nos relacionamentos, incluindo padrões repetitivos e estereotipados. Geralmente, os sintomas surgem entre os 2 e 3 anos de idade, afetando mais frequentemente crianças do sexo masculino (BRASIL, 2022).

A demanda por pesquisas e intervenções destinadas a abordar as atitudes sociais é evidente, a fim de criar um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo tanto para alunos com transtornos do espectro autista quanto para toda a comunidade discente e a sociedade em geral.

De acordo com Omote *et al.* (2005), as atitudes sociais presentes na comunidade escolar são cruciais para compreender a receptividade dos alunos, e também são fundamentais para promover mudanças no ambiente social das instituições educacionais. A avaliação das atitudes sociais dos professores em relação à inclusão é um fator essencial para entender as abordagens que eles adotam em suas salas de aula (ALAHBABI, 2009; HSIEN, 2007; OMOTE *et al.*, 2005) e reflete seu comprometimento com o desenvolvimento e a aceitação de crianças e adolescentes no espectro autista como membros plenos da comunidade escolar (HSIEN, 2007).

A inclusão de crianças com deficiência na escola e na sociedade ganhou espaço significativo a partir da Declaração de Salamanca, uma resolução das Nações

Unidas que estabelece princípios, políticas e práticas em educação especial. Este documento crucial foi adotado em junho de 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada em Salamanca, na Espanha. A conferência reuniu representantes de mais de 90 países, organizações não governamentais e agências das Nações Unidas, estabelecendo assim os princípios fundamentais para a educação inclusiva.

O cerne da Declaração de Salamanca é a promoção da educação de qualidade para todos, independentemente de suas habilidades, deficiências ou diferenças. A conferência enfatizou que a educação inclusiva é um meio crucial para garantir igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Nesse sentido, a declaração proclamou que todas as escolas devem acolher todos os alunos, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Uma das contribuições mais importantes da Declaração de Salamanca é a necessidade de adaptação dos sistemas educacionais para atender às necessidades individuais dos alunos. Isso envolve a oferta de suporte adicional e recursos sempre que necessário, a fim de garantir que cada aluno tenha igualdade de acesso à educação de qualidade. Além disso, a declaração destaca a importância da colaboração entre pais, professores, comunidades e governos para promover a inclusão, enfatizando a abordagem centrada na criança que valoriza suas habilidades e conhecimentos.

A influência da Declaração de Salamanca foi observada em várias nações, incluindo o Brasil, onde políticas e práticas voltadas para a educação inclusiva foram implementadas. No entanto, apesar dos avanços significativos, ainda existem desafios a serem superados para que a educação inclusiva seja uma realidade global.

A discussão sobre os direitos das pessoas com deficiência, seja ela intelectual ou física, ganhou destaque desde a Declaração de Salamanca. No Brasil, em 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, foi instituído com o propósito de assegurar equidade e direitos fundamentais a todas as pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão social e cidadania. A partir dessa data, diversas iniciativas foram lançadas visando à inclusão escolar, como formações continuadas e cursos especializados em educação inclusiva.

Em meio a esses esforços coletivos, torna-se evidente que a linguagem desempenha um papel central no mecanismo da inclusão, embora também possa inadvertidamente contribuir para a exclusão. Nesse contexto, a linguística emerge como uma ferramenta crucial a favor da inclusão.

Dentro deste cenário, a Linguística Aplicada se destaca por sua capacidade de

atender diretamente às demandas sociais. Ela investiga a linguagem como uma prática social contextualizada, explorando suas diversas facetas comunicativas e interativas. Para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Linguística Aplicada desempenha um papel crucial ao oferecer abordagens embasadas em evidências para o ensino e a comunicação. Isso engloba o desenvolvimento de estratégias de comunicação e adaptação de recursos linguísticos, assegurando que sejam acessíveis para crianças autistas. Além disso, a Linguística Aplicada capacita profissionais a adotarem práticas inclusivas informadas pela linguística, utilizando conhecimentos relevantes e estratégias baseadas em evidências. Esse empoderamento facilita a adaptação de abordagens de ensino e comunicação para atender às necessidades únicas de cada criança.

Portanto, é inegável que a Declaração de Salamanca impulsionou a busca pela educação inclusiva em todo o mundo. No contexto contemporâneo, a relevância da Linguística Aplicada se destaca como um elemento crucial para a concretização da inclusão, especialmente no que tange às crianças autistas. Afinal, essa disciplina investiga a linguagem como uma prática social contextualizada, abrangendo suas múltiplas dimensões comunicativas e interativas. Para compreender plenamente as contribuições desse campo de estudo à pesquisa em questão, é fundamental definir o escopo da Linguística Aplicada.

A Linguística Aplicada, em minha perspectiva, é uma disciplina que transcende as fronteiras da linguística pura e se concentra na aplicação prática da linguagem em contextos do mundo real. Ela explora como a linguagem é utilizada em situações cotidianas, levando em consideração variáveis sociais, culturais e comunicativas. Nesse sentido, a Linguística Aplicada oferece ferramentas para entender como a linguagem pode ser utilizada como um meio para promover a inclusão, mas também como um possível veículo de exclusão.

Voltando ao âmago da discussão, é inegável que a Linguística Aplicada desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão de crianças autistas. Através de abordagens linguísticas e comunicativas adaptadas às suas necessidades individuais, essa disciplina proporciona um ambiente mais propício ao aprendizado e desenvolvimento das crianças autistas. O foco na adaptação linguística e na criação de estratégias de comunicação que consideram suas características específicas é um dos pilares dessa contribuição.

Minha pesquisa se baseia na hipótese de que a linguagem pode ser tanto um catalisador da inclusão quanto um vetor de exclusão para pessoas com autismo. Nesse contexto, a Linguística Aplicada desempenha um papel duplo e essencial. Por um lado, ela nos oferece meios para desenvolver abordagens inclusivas, onde a

linguagem é utilizada para criar ambientes sociais e educacionais acolhedores, nos quais as crianças autistas possam se engajar plenamente. Por outro lado, a disciplina também nos alerta para os perigos da linguagem quando utilizada de maneira inadequada, perpetuando estigmas e marginalizando indivíduos.

Portanto, ao analisar as contribuições da Linguística Aplicada para a minha pesquisa, fica evidente que seu papel vai além de uma mera ferramenta de análise linguística. Ela se torna uma aliada na busca por ambientes verdadeiramente inclusivos, onde a linguagem é moldada para facilitar a participação ativa e a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de suas características individuais. Dessa forma, a Linguística Aplicada amplia os horizontes da pesquisa, permitindo uma abordagem mais sensível e eficaz no contexto da inclusão das crianças autistas na sociedade e na escola.

O tema abordado neste trabalho revela-se de extrema importância e relevância, uma vez que versa sobre o espectro autista no contexto da inclusão educacional e social. A decisão de explorar essa temática é fundamentada na necessidade imperativa de assegurar às pessoas dentro do espectro autista acesso efetivo à educação e igualdade de oportunidades, ao passo que se busca assegurar-lhes respeito e dignidade. Como destaca Santos (2019), é crucial que as políticas educacionais estejam alinhadas com a inclusão, promovendo um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento das crianças com transtorno do espectro autista (TEA).

Além disso, almejamos oferecer uma abordagem acessível e direta, de modo a suscitar uma reflexão compreensível sobre o tema. Tal abordagem visa não apenas informar o leitor, mas também sensibilizá-lo para a ideia de que a erradicação dos preconceitos e das discriminações se dá através do conhecimento e do respeito ao próximo, independentemente de sua condição física ou mental. Conforme argumenta Brasil (2022), a educação inclusiva é um direito de todos e deve ser pautada pela valorização da diversidade e pela promoção da igualdade.

Como afirmado com propriedade por Amaral e Carvalho (2017), "ter 'Espectro Autista' é lutar contra a discriminação". No entanto, é importante entender como o termo "espectro autista" foi introduzido na nomenclatura, uma vez que isso pode ser pouco claro para leitores que não possuem familiaridade direta com o assunto. Conforme destacam Amaral e Carvalho (2017), o termo "espectro" foi incorporado para expressar a ampla gama de características e sintomas que o autismo pode abranger. A variedade de manifestações do autismo, desde níveis mais leves até mais intensos, é abrangida por essa designação. Dessa forma, ao falar sobre "espectro autista", estamos reconhecendo que as experiências e desafios das pessoas dentro do espectro podem ser muito distintas entre si. Tal nomenclatura evita uma visão

simplista ou estigmatizada do autismo, ressaltando a complexidade e individualidade dessa condição.

Ao adentrarmos mais na exploração deste tema, torna-se imperativo considerar a amplitude que o termo "espectro autista" abrange, englobando uma vasta gama de experiências, dificuldades e habilidades. Essa perspectiva, sustentada por estudiosos como Menezes (2001) e Amaral e Carvalho (2017), contribui de maneira significativa para uma compreensão mais abrangente e respeitosa do autismo. Dessa forma, estamos habilitados a avançar na promoção de uma inclusão educacional e social que seja eficaz e fundamentada.

Cumprir destacar, também, que a grande maioria das pessoas no espectro autista demonstra variações no desempenho intelectual, apresentando habilidades motoras e espaciais frequentemente mais acentuadas. Além disso, entre 60% a 70% dos indivíduos com autismo manifestam algum grau de déficit cognitivo. Em virtude do exposto, fica evidente que o autismo é uma síndrome intrincada, o que reforça a necessidade de adotar uma abordagem multidisciplinar para alcançar resultados mais eficazes no atendimento a indivíduos autistas. Para tanto, é fundamental contar com uma equipe composta por profissionais versados nas ferramentas inclusivas das áreas de saúde e educação.

Diante dessa perspectiva, torna-se imperativo explorar como a linguagem desempenha um papel crucial na determinação do nível de inclusão das pessoas com autismo, tanto no âmbito escolar quanto no social. No entanto, essa mesma linguagem pode se converter em um mecanismo de exclusão, ressaltando a importância de um exame criterioso desse fenômeno.

Este trabalho tem como objetivo central explorar a influência da linguagem na promoção da inclusão social e educacional de pessoas com autismo. Buscamos compreender de que maneira a linguagem pode ser empregada para facilitar a integração dessas pessoas na escola e na sociedade, ao mesmo tempo em que analisamos as barreiras linguísticas que podem dificultar essa inclusão. Além disso, investigamos como os estudos linguísticos podem contribuir para uma inclusão mais efetiva das pessoas no Espectro do Autismo na sociedade contemporânea.

A compreensão dos efeitos da linguagem no processo de inclusão é de extrema relevância, uma vez que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um recurso poderoso que molda atitudes, percepções e interações sociais. Através da análise das nuances linguísticas, é possível discernir como certas expressões, termos ou construções podem afetar positivamente ou prejudicar a integração das pessoas com autismo em diferentes contextos.

No âmbito educacional, por exemplo, a escolha cuidadosa das palavras pode fazer a diferença entre criar um ambiente acolhedor e inclusivo ou perpetuar estigmas e barreiras. A linguagem adequada pode ajudar a estabelecer relações positivas entre os alunos, professores e funcionários, fomentando uma cultura de respeito à diversidade e compreensão das necessidades individuais.

Entretanto, é igualmente importante reconhecer que a linguagem inadequada ou insensível pode perpetuar estereótipos prejudiciais, limitando as oportunidades de participação plena e igualitária das pessoas com autismo na sociedade. Palavras que denotam preconceito ou que reforçam estigmas podem criar barreiras sociais, levando ao isolamento e à exclusão.

Por outro lado, ao verticalizar nosso entendimento da linguagem, ou seja, ao aprofundar nossa compreensão sobre como as palavras e expressões são percebidas pelos indivíduos com autismo, podemos promover uma comunicação mais inclusiva e empática. Isso envolve não apenas evitar termos pejorativos, mas também adotar uma linguagem que valorize as habilidades e contribuições únicas das pessoas com autismo, fortalecendo sua aceitação e participação em todos os aspectos da vida social e educacional.

Nesse contexto, as contribuições dos estudos linguísticos para a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista tornam-se inestimáveis. A investigação aprofundada dos padrões linguísticos e discursivos permite identificar as práticas linguísticas que promovem a inclusão e aquelas que podem perpetuar a exclusão. A sensibilidade linguística se manifesta através da escolha de termos não discriminatórios, da adaptação da comunicação às necessidades individuais e da criação de narrativas inclusivas.

Portanto, O presente estudo busca não apenas destacar a importância da linguagem na inclusão das pessoas com autismo, mas também ressaltar a necessidade de um compromisso coletivo em utilizar uma linguagem sensível e abrangente. Além disso, o estudo explora como a Linguística Aplicada Crítica (LAC) se envolve na promoção de uma linguagem inclusiva e sensível, respondendo ao desafio da aprendizagem inclusiva para indivíduos com autismo. A LAC oferece uma perspectiva que vai além da análise tradicional da linguagem, considerando as questões sociais, culturais e políticas que afetam a comunicação e a inclusão, e busca contribuir para uma sociedade mais equitativa e justa.

A dissertação será estruturada em capítulos, cada um desempenhando um papel específico na abordagem abrangente do tema. No primeiro capítulo, efetuiremos uma introdução abrangente dos diversos elementos que compõem a dissertação, delineando o caminho que será percorrido ao longo do trabalho.

Na sequência, no segundo capítulo, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. Apresentamos os métodos e abordagens utilizados na coleta e análise de dados, assim como as estratégias empregadas para investigar a relação entre linguagem e inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Isso oferecerá uma compreensão clara da abordagem metodológica adotada e da validade dos resultados obtidos.

No terceiro capítulo, fornecemos uma discussão aprofundada dos conceitos fundamentais relacionados ao autismo, bem como dos direitos das crianças que enfrentam os desafios dos transtornos do espectro autista. Este capítulo estabelece um alicerce teórico sólido, permitindo uma compreensão abrangente das bases do estudo e dos contextos em que a inclusão das pessoas autistas ocorre.

No capítulo subsequente, adentramos na essência do trabalho, explorando o papel da linguagem como um fator determinante na inclusão ou exclusão escolar e social das pessoas autistas. A partir das discussões centradas nesse tema central, analisamos os resultados obtidos e examinamos se as evidências corroboram ou refutam a hipótese inicialmente formulada. Além disso, este capítulo proporciona uma avaliação do alcance dos objetivos propostos no início da pesquisa.

À medida que avançamos, chegamos ao quinto capítulo, estabelecemos uma conexão direta entre os objetivos identificados no início do trabalho e os resultados obtidos por meio das análises realizadas. Faremos um fechamento consistente das conclusões alcançadas, avaliando até que ponto os objetivos foram atendidos e quais insights foram obtidos a partir da investigação. Também destacamos as implicações dos resultados para a área do autismo e da inclusão.

Por fim, no sexto e último capítulo, lançamos um olhar para o futuro, propondo possibilidades para a continuação da pesquisa. Com base nas experiências adquiridas ao longo da execução do trabalho, identificamos áreas que ainda carecem de aprofundamento e desenvolvemos sugestões para novas direções de investigação. Este capítulo fecha o ciclo da pesquisa, inspirando a continuidade do estudo na interseção entre linguagem, autismo e inclusão.

Com essa estruturação, nosso objetivo é não apenas apresentar um estudo sólido sobre a interação entre linguagem e inclusão de pessoas com TEA, mas também fornecer ao leitor uma visão clara da trajetória da pesquisa, das descobertas realizadas e das possíveis contribuições futuras para esse campo em constante evolução.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo são organizados em conformidade com os seguintes aspectos essenciais: a natureza da pesquisa, o contexto e o local da pesquisa, os participantes envolvidos, os instrumentos de coleta de registros, a análise de dados, as considerações éticas e, por fim, as limitações dos estudos.

2.1 Natureza da Pesquisa

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica de cunho documental, com o intuito de investigar a influência da linguagem como elemento determinante tanto para a inclusão quanto para a exclusão escolar e social de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa documental permite explorar registros e materiais já existentes, bem como compreender as complexas relações entre a linguagem e a vivência de indivíduos autistas.

Nesse sentido, a metodologia documental ganha relevância, pois, como destaca Gil (2004), possibilita a análise minuciosa de fontes primárias que auxiliam na compreensão de fenômenos complexos. Ao utilizar essa abordagem, é essencial que o pesquisador esteja familiarizado com técnicas de coleta e análise de documentos, a fim de extrair informações de maneira rigorosa e confiável.

2.2 Contexto e Local da Pesquisa

O presente estudo foi realizado na cidade de Araguaína, localizada no norte do estado do Tocantins. Com uma população estimada de 186.245 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2021, Araguaína figura como a segunda maior cidade do estado, ficando atrás somente da capital, Palmas. A cidade conta com uma rede municipal de ensino composta por 33 creches e 33 escolas na zona urbana, além de 13 escolas na área rural.

A pesquisa é realizada dentro do cenário da Clínica Escola Mundo Autista, situada em Araguaína – TO. A seleção dessa clínica como ambiente de estudo ocorre devido à proximidade geográfica da pesquisadora com a cidade e seu envolvimento direto nas atividades da instituição. Essa proximidade facilita o acesso profundo e substancial ao contexto de pesquisa, bem como aos participantes envolvidos.

Nesse contexto, merece destaque a referida clínica, fundada em 2016, que opera como uma entidade pública e sem fins lucrativos. A clínica desempenha um

papel abrangente nos domínios da saúde, educação e assistência social, com ênfase particular no diagnóstico precoce e no atendimento especializado a indivíduos que enfrentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A presença da clínica como cenário de pesquisa oferece uma oportunidade única para explorar de maneira aprofundada o contexto de atuação e os serviços prestados a indivíduos com Transtorno do Espectro Autista. A vinculação direta da pesquisadora com a instituição possibilita uma compreensão mais ampla das práticas, desafios e impactos da clínica na comunidade local.

Fundada com a missão de oferecer suporte abrangente a pessoas com TEA, a instituição especializada em autismo desempenha um papel crucial no diagnóstico precoce, intervenções terapêuticas e na promoção da inclusão desses indivíduos na sociedade. Através da pesquisa realizada nesse contexto, busca-se não apenas aprofundar o conhecimento sobre o autismo e suas nuances, mas também contribuir para o aprimoramento das práticas e políticas voltadas para o apoio a essa população.

A abordagem multidisciplinar adotada pela clínica voltada para o espectro autista, que envolve profissionais da saúde, educação e assistência social, reflete o reconhecimento da complexidade do TEA e das demandas específicas de cada indivíduo. A pesquisa conduzida nesse ambiente pretende captar a integração dessas diferentes áreas de atuação, compreendendo como a colaboração entre especialistas contribui para um cuidado mais holístico e eficaz.

Dessa forma, a escolha da Clínica Escola Mundo Autista como cenário de pesquisa não apenas enriquece o estudo com informações detalhadas e relevantes, mas também reforça o compromisso em compreender e promover o bem-estar das pessoas com TEA, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, informada e empática.

Além disso, em junho de 2021, um marco importante foi atingido em Araguaína com a aprovação da Lei 052/2021 pela Câmara Municipal. Essa lei tornou obrigatória a realização de triagem precoce para o diagnóstico do TEA em escolas e creches municipais. Essa medida reflete o compromisso da cidade em priorizar a identificação e intervenção precoces, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento pleno das crianças que enfrentam esse transtorno.

2.3 Vivência da Autora

A autora deste estudo desempenha o papel de Psicopedagoga na Clínica Escola Mundo Autista, o que lhe proporciona uma visão privilegiada das práticas e estratégias implementadas para promover o desenvolvimento das crianças com TEA. Sua experiência profissional enriquece a abordagem metodológica adotada, permitindo uma compreensão mais profunda das necessidades das crianças

atendidas e das famílias envolvidas. Essa vivência direta confere um contexto enriquecedor ao presente trabalho de pesquisa.

A prática pessoal da autora com crianças autistas teve início em 2013, quando ela assumiu a função de psicopedagoga na Secretaria Municipal de Educação de Araguaína. Essa experiência foi fortalecida em 2021, quando ela ingressou na instituição e passou a oferecer atendimentos particulares.

A psicopedagogia é uma abordagem pedagógica que utiliza técnicas específicas e atividades lúdicas para estimular o interesse e o desenvolvimento das crianças. No caso das crianças com espectro autista, esses atendimentos psicopedagógicos são especialmente benéficos, uma vez que utilizam metodologias como ABA (Análise do Comportamento Aplicada) e técnicas de atividades de vida diária, que auxiliam na compreensão e no aprimoramento do processo de aprendizagem dessas crianças.

A abordagem psicopedagógica aplicada pela autora visa proporcionar um ambiente de aprendizado personalizado e adaptado às necessidades individuais de cada criança com espectro autista. Por meio da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), são criados planos de intervenção específicos para cada caso, com o objetivo de desenvolver habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas.

As técnicas de atividades de vida diária desempenham um papel crucial no processo de aprendizagem das crianças autistas. Elas auxiliam na construção de autonomia e na compreensão de tarefas cotidianas, tornando a vida da criança mais independente e funcional. Essa abordagem, aliada à ludicidade, torna o aprendizado mais envolvente e eficaz, incentivando o interesse da criança em participar das atividades educacionais.

A prática psicopedagógica da autora é voltada para o desenvolvimento global e integral das crianças com espectro autista, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para alcançar seu máximo potencial e integrar-se de maneira mais efetiva na sociedade. Esse compromisso reflete a importância de oferecer apoio especializado e personalizado a essa população, contribuindo para seu crescimento e desenvolvimento.

2.4 Participantes da Pesquisa

Os participantes desta pesquisa consistem nos próprios pacientes autistas que frequentam a Clínica Escola Mundo Autista para receber atendimento especializado. Essa escolha foi feita com base na importância de compreender as experiências reais de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em um ambiente terapêutico e educacional específico. A familiaridade da pesquisadora com os pacientes e o ambiente da clínica permite uma abordagem sensível e eticamente responsável em

relação à coleta de informações.

Além dos pacientes, os materiais e documentos utilizados nas terapias psicopedagógicas também desempenham um papel essencial como participantes da pesquisa. Eles proporcionam insights valiosos sobre a interação da linguagem com a inclusão e exclusão social e educacional. Esses materiais abrangem desde atividades pedagógicas e terapêuticas até registros de progresso e comunicações entre profissionais e pacientes. A vivência da pesquisadora na cidade contribui para uma abordagem mais contextualizada e sensível, permitindo uma investigação aprofundada e reflexiva sobre o tema proposto.

2.5 Instrumentos de Coleta de Registros

Para atingir os objetivos propostos, foram empregados diversos instrumentos de coleta de dados, incluindo observações dos participantes e análise de documentos relacionados à Clínica Escola Mundo Autista e às diretrizes educacionais do município. As observações permitiram a obtenção de perspectivas variadas sobre as práticas e intervenções em andamento na instituição.

As observações participantes proporcionaram uma imersão aprofundada no ambiente da clínica, possibilitando a observação direta das atividades, interações e dinâmicas entre profissionais, crianças e famílias. Além disso, a análise de documentos contribuiu para uma compreensão contextualizada das políticas públicas e regulamentos que moldam o cenário de atendimento a crianças com TEA na cidade de Araguaína.

A coleta de registros é conduzida por meio da documentação das atividades realizadas na clínica, localizada em Araguaína – TO. A escolha de utilizar essa abordagem documental como instrumento de coleta de dados é respaldada pela riqueza de informações presentes nos materiais utilizados durante as intervenções psicopedagógicas direcionadas aos pacientes autistas. Essa metodologia de coleta permite capturar detalhes importantes e contextuais das experiências vivenciadas pelos participantes.

Os instrumentos de coleta de registros englobam uma ampla gama de atividades, observações e documentos relacionados às terapias psicopedagógicas realizadas na clínica. Esses registros compreendem desde descrições detalhadas das atividades desenvolvidas durante as sessões de terapia até registros de comportamentos, interações e progresso dos alunos/pacientes. Além disso, materiais como agendas, planos de intervenção, comunicações entre os profissionais e os pacientes também são considerados fontes valiosas de informação.

A abordagem de coleta de registros documentais visa a obtenção de dados ricos e contextualizados, essenciais para uma análise aprofundada sobre como a

linguagem desempenha um papel na inclusão e exclusão social e educacional das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Através dessa abordagem, é possível traçar conexões entre as atividades realizadas, as intervenções propostas e os resultados observados, proporcionando uma compreensão mais completa das dinâmicas envolvidas.

É importante destacar que a escolha de instrumentos de coleta de registros baseados em documentos é uma abordagem estratégica, especialmente quando se trata de pesquisas que envolvem populações vulneráveis e sensíveis, como indivíduos com TEA. Isso garante a preservação da privacidade e do bem-estar dos participantes, enquanto permite a obtenção de informações relevantes para a análise proposta.

2.6 Análise dos Dados

A etapa de análise de dados é de importância fundamental no processo de investigação desta pesquisa documental. Seguindo a perspectiva de Creswell (2014), a análise constitui uma das fases mais relevantes em estudos qualitativos, possibilitando a compreensão profunda e contextualizada dos dados coletados. Assim, os dados obtidos por meio dos registros documentais coletados na clínica passam por uma análise rigorosa, objetivando identificar padrões, tendências e informações pertinentes que possam lançar luz sobre o papel da linguagem nas experiências de inclusão e exclusão de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A abordagem qualitativa se apresenta como a mais apropriada para explorar a complexidade e a profundidade dos dados coletados. Conforme Denzin e Lincoln (2005), a pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão holística e interpretativa dos fenômenos, gerando insights ricos e contextualizados. Com essa perspectiva qualitativa, podemos transcender os aspectos superficiais e adentrar nas camadas subjacentes de significado presentes nos registros documentais. Dessa maneira, podemos compreender não somente o que é relatado ou observado, mas também as sutilezas, emoções e contextos que permeiam as interações e vivências dos participantes.

A análise de dados seguirá um processo reflexivo e iterativo, no qual os registros documentais serão categorizados, codificados e tematizados. Padrões recorrentes serão identificados, e as inter-relações entre diferentes elementos serão exploradas. Em todo esse processo, os princípios éticos serão estritamente observados, garantindo a confidencialidade e a privacidade dos participantes e das informações compartilhadas.

É relevante salientar que a análise qualitativa proporciona uma imersão profunda nos dados, permitindo uma compreensão abrangente das diversas perspectivas e vivências das crianças autistas atendidas na clínica. Assim, a análise não apenas valida a hipótese inicial sobre a influência da linguagem na inclusão e exclusão, mas também enriquece a compreensão das dinâmicas e complexidades subjacentes.

Dado o caráter de pesquisa documental e qualitativa, esta investigação incorporou elementos de experiências pessoais da pesquisadora, que atua como Psicopedagoga Institucional e Clínica na Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína, Tocantins. Essa inclusão de experiências pessoais baseia-se na metodologia da "escrevivência", um conceito cunhado pela renomada escritora e ativista brasileira Conceição Evaristo. Esse termo descreve a intersecção entre a escrita e a vivência pessoal, ressaltando a importância da escrita como uma forma de expressão e registro das experiências vividas.

A prática da escrevivência consiste em relatar e refletir sobre vivências pessoais por meio da escrita, trazendo à tona memórias, histórias e narrativas frequentemente marginalizadas ou sub-representadas na literatura convencional. Segundo Evaristo (2011), a escrevivência permite que experiências individuais sejam transformadas em palavras, permitindo que vozes outrora silenciadas encontrem espaço para serem ouvidas e valorizadas.

Ao empregar a escrevivência como parte da metodologia, a pesquisa adquire um caráter mais pessoal e sensível, permitindo que a pesquisadora compartilhe suas próprias perspectivas e vivências dentro do contexto da referida clínica. Isso enriquece a pesquisa ao trazer uma abordagem mais humanizada e empática para a compreensão das experiências das crianças autistas, suas famílias e os profissionais envolvidos.

Essa abordagem também se alinha com os princípios da pesquisa qualitativa, que valoriza a subjetividade e busca uma compreensão mais profunda e rica dos fenômenos estudados. Através da escrevivência, a pesquisadora procura compartilhar não apenas dados objetivos, mas também as reflexões pessoais que emergem das interações diárias com os pacientes autistas e da imersão no contexto da clínica.

Assim, ao unir a pesquisa documental e a escrevivência, esta investigação adota uma abordagem mais abrangente e humanizada, permitindo que as vozes das crianças autistas e de todos os envolvidos sejam ouvidas e consideradas de maneira mais profunda e significativa.

A estrutura metodológica delineada, que engloba os elementos da natureza da pesquisa, contexto e participantes, instrumentos de coleta de registros e análise de

dados, proporciona uma base sólida e abrangente para investigar o papel da linguagem na inclusão e exclusão de indivíduos com TEA. A utilização da pesquisa documental, em conjunto com a abordagem qualitativa, reflete o comprometimento em compreender, de maneira informada e sensível, as complexas dinâmicas que envolvem a linguagem e as vivências desses indivíduos. Ao utilizar essa abordagem metodológica, almejamos contribuir para uma compreensão mais profunda das implicações da linguagem na promoção de uma sociedade inclusiva e igualitária para todos.

A análise dos dados coletados foi realizada de maneira sistemática e rigorosa. As informações obtidas por meio das entrevistas, observações e documentos foram organizadas e categorizadas de acordo com os temas emergentes. O processo de análise adotou uma abordagem qualitativa, envolvendo a identificação de padrões, tendências e relações de significado. A triangulação de dados foi empregada para fortalecer a validade e a confiabilidade dos resultados. A análise quantitativa dos dados também desempenhou um papel relevante, permitindo a quantificação de determinadas tendências e a obtenção de insights estatísticos relacionados aos resultados das práticas implementadas na Clínica Escola Mundo Autista.

2.7 Considerações Éticas²

O presente estudo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos que regem a pesquisa científica. Todos os participantes receberam informações claras sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos e o uso dos dados coletados. O consentimento informado foi obtido tanto dos pais e responsáveis legais quanto dos participantes maiores de idade antes da coleta dos dados.

² O desejo de materializar completamente este estudo por meio do Comitê de Ética foi presente desde o início, porém, devido à limitação de tempo, não foi possível concretizar esse objetivo. Inicialmente, o trabalho tinha uma abordagem bibliográfica, porém, para uma compreensão mais profunda e realista, a pesquisadora, atuando como psicopedagoga especializada em autismo, adaptou o enfoque da pesquisa. Essa mudança resultou em um processo diferente, contudo, o prazo não foi suficiente para obter o retorno do Comitê de Ética antes da conclusão deste estudo.

3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO AUTISMO

Neste capítulo, nosso objetivo é introduzir e explorar os pilares essenciais relacionados ao autismo, linguagem e inclusão. Para alcançar esse propósito, recorreremos às contribuições de renomados pesquisadores que se dedicaram a investigar esses temas. Através da perspectiva teórica, analisamos o autismo em sua complexidade, compreendendo suas características, origens e ramificações. Essa abordagem teórica nos permite estabelecer uma base sólida que nos conduz a uma compreensão mais profunda do assunto.

Ao incorporar as perspectivas de autores de destaque no campo do autismo, linguagem e inclusão em nosso referencial teórico, buscamos enriquecer nossa pesquisa com uma gama diversificada de abordagens e interpretações. As teorias e conceitos explorados neste capítulo atuam como um guia orientador, enriquecendo nossa investigação com uma base sólida. Isso, por sua vez, auxilia na construção de conclusões embasadas e recomendações sólidas.

É por meio do referencial teórico que podemos discernir as interconexões entre os elementos fundamentais de nossa pesquisa, contextualizando nossas descobertas em um quadro mais amplo de conhecimento. Portanto, ao adotar as teorias como alicerces, conseguimos ampliar e aprofundar nossa compreensão do autismo, linguagem e inclusão. Isso nos capacita a entender de maneira mais completa como esses conceitos interagem, influenciando as vivências das pessoas com Transtorno do Espectro Autista em sua inclusão na sociedade e no ambiente educacional.

A investigação desses conceitos é crucial para ampliar nossa visão sobre como o autismo se manifesta e afeta a vida das pessoas. Ao explorar as nuances da linguagem, reconhecemos sua importância como veículo fundamental de comunicação e interação humana. Além disso, examinar a inclusão nos permite compreender como as barreiras podem ser superadas, promovendo a participação plena e igualitária das pessoas com TEA na sociedade.

3.1 Compreendendo o Autismo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), anteriormente conhecido como autismo, engloba um conjunto de condições que se caracterizam por apresentar algum grau de comprometimento no comportamento social, na linguagem e por uma gama restrita de interesses e atividades, frequentemente acompanhados de padrões repetitivos. O termo "espectro" é fundamental nessa denominação, pois reflete a diversidade de sintomas e níveis de funcionamento que as pessoas dentro desse grupo podem apresentar.

O Espectro Autista é considerado um desafio de saúde pública em escala global pela Organização Mundial da Saúde (OMS), devido ao seu impacto no neurodesenvolvimento das pessoas afetadas. Essa condição interfere na organização dos pensamentos, sentimentos e emoções, resultando em dificuldades na interação social e na comunicação do indivíduo. As características variáveis do espectro tornam cada pessoa autista única em sua expressão.

O termo "espectro" foi introduzido na nomenclatura do transtorno autista em 2013, por meio de uma revisão no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), devido à ampla diversidade de sintomas e níveis de comprometimento observados. Essa mudança reconheceu que o autismo não é uma condição de apresentação uniforme, mas sim um conjunto complexo de variações individuais.

Pesquisas, como as realizadas pelo *Center of Disease Control and Prevention* (CDC), indicam que a prevalência do TEA é considerável. Estudos do CDC estimam que uma em cada 44 pessoas é diagnosticada com autismo nos Estados Unidos, o que corresponde a cerca de 1% a 2% da população mundial. No Brasil, há milhões de pessoas com TEA, muitas das quais ainda não foram diagnosticadas ou não têm acesso a tratamentos adequados.

O impacto do Transtorno do Espectro Autista (TEA) transcende as esferas individuais, alcançando uma dimensão global que requer atenção e ação. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca o TEA como um problema de saúde pública mundial, devido aos desafios não só enfrentados pelas pessoas que vivenciam essa condição, mas também por suas famílias, comunidades e sistemas de saúde (OMS, 2020).

O TEA afeta não apenas a interação social e a comunicação, mas também pode se manifestar em comportamentos repetitivos, sensibilidades sensoriais e dificuldades de adaptação a mudanças (APA, 2013). Essa complexidade demanda uma abordagem abrangente para o diagnóstico, tratamento e suporte das pessoas com TEA.

No contexto brasileiro, o diagnóstico e o tratamento do TEA ainda enfrentam desafios substanciais. Muitos indivíduos com autismo não recebem o diagnóstico precoce necessário para uma intervenção efetiva, o que acarreta em obstáculos adicionais para o desenvolvimento de habilidades e para a inclusão social (BOSA; CALLIAS, 2019). Ademais, a falta de acesso a terapias e intervenções apropriadas pode comprometer ainda mais o potencial dessas pessoas (FERREIRA; MENDES, 2017).

Diante desse cenário, torna-se essencial não apenas compreender a natureza complexa do TEA, mas também buscar formas de inclusão social e educacional que respeitem as particularidades de cada indivíduo dentro desse espectro. A abordagem inclusiva não apenas reconhece a diversidade de manifestações do TEA, mas também busca proporcionar oportunidades equitativas para que todas as pessoas possam desenvolver suas habilidades, se comunicar e interagir de maneira significativa.

3.1.1 O Autismo

A trajetória histórica do autismo tem sido marcada por avanços significativos no entendimento dessa condição, desde sua conceituação até a compreensão das múltiplas formas em que ele pode se manifestar em diferentes indivíduos, muitas vezes até sendo confundido com outros transtornos.

De acordo com Gómez e Terán (2014, p. 447) a respeito do termo Autismo, asseguram que,

O termo "Autismo" foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler utilizou o termo "autismo" para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos.

A pesquisa acerca da terminologia relacionada ao autismo, cunhada por Kanner, serviu como ponto de partida para impulsionar os estudos conduzidos por outros pesquisadores e teóricos no campo. Esses indivíduos demonstraram um sincero interesse em explorar informações mais abrangentes sobre as origens, tratamentos e uma miríade de outros aspectos que provocaram suas indagações.

Kanner, ao investigar a terminologia relacionada ao autismo, desempenhou um papel de relevância ímpar na ampliação das pesquisas nessa área. Seu engajamento pioneiro abriu portas para que outros estudiosos e teóricos aprofundassem a busca por informações minuciosas sobre as causas, intervenções e uma série de outros aspectos que suscitaram seus questionamentos.

Em 1943, um marco de significância crucial ocorreu quando Kanner conduziu um estudo com 11 crianças que apresentavam traços do quadro autístico. Esse estudo culminou na publicação do artigo intitulado "Os Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo". Nesse contexto, é relevante destacar que, ao contrário do cenário da época, quando pessoas autistas frequentemente eram erroneamente associadas a condições psicóticas e esquizofrênicas, essas crianças não apresentavam esquizofrenia. A pesquisa pioneira de Kanner desempenhou um papel crucial ao aprimorar uma definição mais precisa do autismo como um conjunto distinto de

características e comportamentos que requeriam atenção cuidadosa e uma compreensão detalhada (AZEVEDO et al., 2020).

Em 1948, Kanner escreveu em seu manual de psiquiatria infantil que a maioria das crianças que chegavam até ele com essas características tinha algumas coisas em comum, os pais ou avós eram, na maioria das vezes, médicos, escritores, jornalistas, cientistas e estudiosos que apresentavam uma inteligência acima da média e que também apresentavam certa obsessão no ambiente familiar (ORRÚ, 2007, p.19).

A partir desses passos iniciais, outros pesquisadores e profissionais da área se interessaram cada vez mais em compreender a natureza do autismo e suas implicações para os indivíduos afetados. O estudo de Kanner, juntamente com investigações subsequentes, abriu portas para uma compreensão mais ampla e esclarecida do espectro autista, afastando-o de concepções simplistas e imprecisas e permitindo um exame mais profundo das complexidades subjacentes.

Esse progresso histórico evidencia a importância do trabalho colaborativo e do compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores para desvendar as nuances do autismo e oferecer insights valiosos para uma abordagem mais informada e eficaz no tratamento e inclusão de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista.

A inserção do diagnóstico de autismo no Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) ³representou um marco significativo na evolução da compreensão e categorização dessa condição. Essa conquista foi efetivada somente na terceira edição do DSM, publicada em 1980, como observado em estudos realizados por Volkmar e Senhor (1998), citados por Adler, Minshawi e Erickson (2014).

Até então, o autismo havia sido uma condição pouco compreendida e suas características não haviam sido devidamente incorporadas nas classificações diagnósticas. A inclusão do autismo no DSM abriu caminho para uma compreensão mais abrangente e estruturada dessa condição, permitindo que especialistas da área médica pudessem reconhecer a variabilidade na apresentação dos sintomas em diferentes indivíduos.

À medida que o tempo avançou e as pesquisas na área se multiplicaram, os especialistas notaram que os sintomas do autismo podiam se manifestar de maneira mais branda ou parcial em alguns casos. Essa observação levou ao reconhecimento do amplo espectro de sintomas relacionados ao autismo, que engloba desde formas mais severas até manifestações mais sutis.

Diante da diversidade de apresentações clínicas e comportamentais

³ A primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) foi publicada pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) em 1953, sendo o primeiro manual de transtornos mentais focado na aplicação clínica.

observadas, tornou-se evidente a necessidade de categorizar situações em que os sintomas não se ajustavam precisamente aos subtipos já estabelecidos. Como consequência, foi introduzida a nomenclatura "Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra especificação", visando abarcar os casos nos quais a sintomatologia autista estava presente, porém não se enquadrava em nenhum subtipo específico.

A evolução na classificação e no reconhecimento do espectro autista reflete a contínua importância da pesquisa e da colaboração entre profissionais da saúde mental para uma compreensão mais abrangente e precisa do autismo e suas manifestações clínicas. Essa dinâmica de revisão e ampliação do entendimento é fundamental para fornecer um diagnóstico e tratamento mais adequados, conforme destacado por Pereira e Santos (2018), na busca por uma abordagem mais alinhada com a heterogeneidade observada nas experiências de autismo.

Adler, Minshawi e Erickson (2014) destacam que a evolução das terminologias no campo de estudo do autismo, originalmente denominado "autismo infantil", foi fortemente influenciada pelas mudanças contínuas na compreensão do diagnóstico ao longo do tempo. Termos como "autismo", "transtorno autista", "autismo de Kanner", "autismo clássico" e "Síndrome de Asperger" refletem essas variações na nomenclatura.

A busca por uma definição mais precisa e abrangente do autismo resultou em diferentes denominações, cada uma refletindo uma perspectiva específica da condição. A própria terminologia "autismo" teve origem a partir do termo grego "autos", que denota um estado de isolamento ou retração em relação ao mundo exterior. No entanto, à medida que os estudos avançaram e a compreensão sobre o espectro autista se expandiu, novos termos surgiram para refletir a diversidade de manifestações da condição.

Seguindo essa trajetória de evolução conceitual, o Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais - Texto Revisado (DSM-IV-TR, 2002) apresentou o diagnóstico do "Transtorno Autista". Esse diagnóstico se caracteriza pela presença de um desenvolvimento comprometido ou anormal da interação social e comunicação, juntamente com um repertório restrito de atividades e interesses. Importante notar que as manifestações do transtorno variam amplamente, sendo influenciadas pelo nível de desenvolvimento e pela idade do indivíduo.

A terminologia e os critérios diagnósticos continuaram a evoluir nas edições subsequentes do DSM, refletindo o contínuo progresso na compreensão e na pesquisa do espectro autista. Essas mudanças visam capturar a complexidade da condição e a variabilidade de sintomas observados em diferentes indivíduos ao longo do espectro.

O CID 10 (Classificação Internacional de Doenças, 10ª edição, 2000)⁴ estabelecia o conceito de autismo como um transtorno global do desenvolvimento, caracterizado pelos seguintes elementos:

- ✓ **Desenvolvimento Anormal ou Alterado Antes dos Três Anos de Idade:** O transtorno se manifesta por meio de um desenvolvimento anormal ou alterado que surge antes dos três anos de idade da criança. Essa característica destaca a importância de identificar precocemente os sinais do autismo para um diagnóstico e intervenção adequados.
- ✓ **Perturbação Característica em Três Domínios:** O autismo se apresenta com uma perturbação específica em três áreas distintas do desenvolvimento da criança:
- ✓ **Interações Sociais:** Há dificuldades marcantes nas interações sociais da criança autista. Ela pode apresentar desafios em compreender e responder adequadamente aos sinais sociais, como expressões faciais e linguagem corporal.
- ✓ **Comunicação:** A comunicação é afetada, resultando em dificuldades na linguagem e na expressão de pensamentos e sentimentos. A criança pode apresentar atrasos na fala ou utilizar a linguagem de forma incomum.
- ✓ **Comportamento Focalizado e Repetitivo:** Um dos traços distintivos do autismo é a presença de comportamentos repetitivos e padrões de interesse restritos. A criança pode se envolver em atividades ou movimentos repetitivos e demonstrar interesse intenso por um tópico específico.
- ✓ **Manifestações Inespecíficas Adicionais:** Além das características principais, o CID-10 também reconhece que crianças com autismo podem apresentar manifestações inespecíficas, como fobias, distúrbios de sono, problemas alimentares, crises de birra e agressividade, incluindo autoagressividade. Esses comportamentos adicionais podem variar entre os indivíduos, mas são observados frequentemente.

O CID-10 distingue diferentes graus de gravidade dentro do espectro autista, reconhecendo que o autismo pode variar desde formas mais leves até formas mais

⁴ CID é a sigla para Classificação Internacional de Doenças, uma classificação padronizada e universalmente reconhecida de doenças e condições médicas. É desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e sua principal função é fornecer um sistema de codificação para descrever, organizar e categorizar as doenças de forma sistemática.

severas. No entanto, é importante notar que essa classificação evoluiu ao longo do tempo e foi atualizada com a introdução do CID-11 e outras referências mais recentes.

De acordo com o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição), que foi oficialmente publicado em 2013, ocorreu uma mudança significativa na terminologia utilizada para se referir ao autismo. O termo "autismo" passou a ser denominado "Transtorno do Espectro do Autismo" (TEA). Essa nova nomenclatura reflete uma abordagem mais abrangente e inclusiva para compreender a diversidade de manifestações dentro desse quadro.

O TEA é classificado como um dos transtornos do neurodesenvolvimento. Ele é caracterizado principalmente por dificuldades na comunicação e interação social, bem como pela presença de comportamentos restritos e repetitivos. Esses traços podem variar amplamente em sua expressão e intensidade, abrangendo um espectro amplo de características individuais.

O DSM-5 apresenta critérios específicos para identificação e avaliação do Transtorno do Espectro do Autismo. Esses critérios foram refinados para refletir as novas compreensões e avanços na pesquisa sobre o autismo. Os critérios incluem:

- ✓ **Déficits Clinicamente Significativos na Comunicação e Interações Sociais:** A presença de dificuldades persistentes na comunicação oral e nas interações sociais é um dos critérios-chave para o diagnóstico do TEA. Esses déficits afetam a capacidade da pessoa de se envolver e se conectar de maneira apropriada com os outros.
- ✓ **Padrões Restritos e Repetitivos de Comportamento:** Outro aspecto central do diagnóstico são os padrões restritos e repetitivos de comportamento. Isso inclui interesses intensos e focados em tópicos específicos, bem como comportamentos repetitivos, como movimentos estereotipados.
- ✓ **Presença dos Sintomas no Início da Infância:** Os sintomas do TEA devem estar presentes desde a infância, embora possam se manifestar de maneiras variadas ao longo do desenvolvimento. (*American Psychiatric Association*, 2013, p 5).

Essa mudança na terminologia e nos critérios de diagnóstico reflete a compreensão em evolução sobre o espectro do autismo e busca proporcionar uma abordagem mais abrangente e precisa para avaliar e compreender as diferentes experiências das pessoas dentro desse espectro.

A quinta versão do DSM, publicada em 2013, trouxe uma mudança significativa na abordagem do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). De acordo com esse manual, o TEA engloba uma variedade de transtornos que anteriormente eram designados de forma separada, como o Transtorno Desintegrativo da Infância, o Transtorno de Asperger, o Autismo de Alto Funcionamento, o Transtorno Global do Desenvolvimento sem Outra Especificação e o Autismo Infantil, entre outros. Essa reclassificação visa refletir a diversidade de manifestações dentro desse espectro e promover uma compreensão mais unificada desses quadros (*American Psychiatric*

Association, 2013).

O diagnóstico do TEA pode ser influenciado por fatores médicos, genéticos ou ambientais associados. A quinta edição do DSM ressalta a importância de identificar tais associações, a fim de fornecer um diagnóstico mais abrangente e informado. Quando um diagnóstico de TEA está relacionado a outras condições, é fundamental que os médicos informem os pais sobre as implicações adicionais e os impactos dessa conjuntura no bem-estar da criança (*American Psychiatric Association, 2013*).

Quando consideramos a prevalência do espectro autista, estudos indicam uma taxa de 10 a 13 casos a cada 10.000 crianças, com uma predominância significativa no sexo masculino (GUPTA & STATE, 2006). O diagnóstico precoce geralmente é confirmado por volta dos 3 anos de idade, e a avaliação do desenvolvimento cognitivo nessas crianças é um processo complexo. Alguns estudos têm explorado a relação entre o autismo e a deficiência intelectual, no entanto, devido à ampla variação nas capacidades cognitivas e nos sintomas comportamentais, avaliar essas características apresenta desafios significativos (ASSUNÇÃO, FRANCISCO & PIMENTEL, 2000).

É importante ressaltar que as mudanças nos critérios diagnósticos têm exercido uma influência significativa no aumento da prevalência do autismo e de transtornos relacionados. Conforme destacado por Hertz-Picciotto e Delwichi (2009, citados por ADLER, MINSHAWI & ERICKSON, 2014), entre 1990 e 2001, as taxas de incidência do transtorno aumentaram sete vezes nos Estados Unidos, levando ao surgimento do que foi denominado "epidemia de autismo". Essa crescente prevalência pode ser atribuída a diversos fatores, como maior conscientização pública, alterações nos critérios e práticas de diagnóstico ou, possivelmente, uma incidência mais elevada.

A introdução do conceito de "espectro autista" também desempenhou um papel significativo nesse cenário. Com a adoção dessa abordagem, muitos indivíduos que não atendiam aos critérios diagnósticos previamente estabelecidos foram agora considerados dentro desse espectro, resultando em um aumento substancial no número de crianças diagnosticadas. Esse movimento reflete a compreensão crescente da diversidade de manifestações do autismo e a necessidade de reconhecer uma gama mais ampla de sintomas e características (ADLER, MINSHAWI & ERICKSON, 2014).

Portanto, além de compreender o próprio conceito do espectro autista, é fundamental também explorar as diversas causas subjacentes e as características singulares das pessoas inseridas nesse espectro. Isso não apenas auxilia no diagnóstico preciso, mas também na adoção de abordagens mais individualizadas e eficazes para o suporte e intervenção dessas pessoas.

3.1.2 Conhecendo as causas, características e as terapias relacionadas ao autismo

Embora as causas do autismo ainda permaneçam um enigma na medicina, a literatura que aborda esse tema apresenta algumas conjecturas sobre condições que podem contribuir para o risco de desenvolvimento desse transtorno. Por exemplo, o DSM-V (2013) afirma que o autismo está associado a uma "gama de fatores de risco inespecíficos, como idade parental avançada, baixo peso ao nascer ou exposição fetal a ácido valproico [...]." Esses fatores podem desempenhar um papel no surgimento do transtorno, embora ainda haja muito a ser compreendido sobre suas relações precisas.

O transtorno do espectro autista (TEA) apresenta uma complexidade que se manifesta em três níveis de gravidade, proporcionando uma compreensão mais abrangente das variações que podem ocorrer nas características do autismo. Esses três níveis, conhecidos como "Transtorno do Espectro Autista - Nível 1", "Transtorno do Espectro Autista - Nível 2" e "Transtorno do Espectro Autista - Nível 3", são definidos pelo DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição) como referenciais para avaliar a intensidade dos déficits na comunicação social e nos comportamentos restritos e repetitivos.

Os três níveis de gravidade do autismo, conforme descritos por Gonçalves e colaboradores (2019), possibilitam a classificação dos indivíduos de acordo com o impacto dessas características em suas vidas diárias. No "Nível 1", os déficits são leves, com dificuldades perceptíveis na interação social, mas com adaptação razoável. Já no "Nível 2", os *deficits* são moderados, demonstrando interferências mais substanciais na comunicação social e na flexibilidade comportamental. Por fim, o "Nível 3" abrange déficits graves, com acentuada dificuldade na comunicação e comportamentos fortemente restritos e repetitivos.

Essa classificação em três níveis proporciona uma abordagem diferenciada na compreensão e no atendimento às pessoas com TEA, permitindo que as intervenções sejam adaptadas às necessidades específicas de cada indivíduo. Além disso, essa abordagem reconhece que as variações podem ocorrer em diferentes contextos e ao longo do desenvolvimento, reforçando a importância de uma avaliação contínua e flexível.

Portanto, ao reconhecer a existência desses três níveis de gravidade do autismo, como proposto por Gonçalves et al. (2019), os profissionais de saúde, educação e familiares podem adotar estratégias mais personalizadas e eficazes, visando promover o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas no espectro autista.

Dentre as características comuns que podem ser observadas nos indivíduos no espectro autista, destacam-se:

- ✓ Atraso normal na fala durante a infância;
- ✓ Dificuldade em manter conversas à medida que envelhecem;
- ✓ Tendência à introspecção social;
- ✓ Dificuldades em interpretar expressões faciais e gestos;
- ✓ Falta de contato visual;
- ✓ Dificuldade em compreender e demonstrar empatia;
- ✓ Necessidade de manter uma rotina, com perturbações resultantes de mudanças ou exposição a ambientes diferentes;
- ✓ Ecolalia, que envolve a repetição de palavras e frases;
- ✓ Manifestação de comportamentos repetitivos;
- ✓ Desafios no desenvolvimento educacional.

Essas características compartilhadas evidenciam a complexidade do espectro autista, onde uma variedade de sintomas pode manifestar-se de maneiras únicas em cada indivíduo, tornando importante a adoção de abordagens individualizadas para melhor compreender e atender às necessidades específicas de cada pessoa.

No âmbito deste estudo, é essencial abordar e discutir as categorias pertinentes, com o intuito de proporcionar ao leitor uma compreensão aprofundada das principais perspectivas existentes sobre a etiologia do autismo. Entre os estudos que fundamentam a base genética do autismo, destaca-se uma pesquisa conduzida pela Universidade de Yale, nos Estados Unidos, cujos resultados foram publicados em 2006.

Nesse estudo, os pesquisadores delinearam que o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) apresenta uma notável influência genética, com um coeficiente de herdabilidade estimado em torno de 90%. Interessante notar que tais conclusões foram obtidas mesmo diante da carência de conhecimento acerca dos genes específicos associados ao transtorno (GUPTA & STATE, 2006).

Uma das evidências primordiais, que sustentam a associação entre genética e autismo, deriva da análise comparativa entre gêmeos monozigóticos (MZ), que compartilham idêntica informação genética, e gêmeos dizigóticos (DZ), que possuem a mesma quantidade de material genético que qualquer par de irmãos. Nessa investigação, os pesquisadores observaram um índice de concordância, ou seja, a probabilidade de ambos os gêmeos serem diagnosticados com autismo, de 60% entre os gêmeos MZ, enquanto esse índice foi de 0% entre os gêmeos DZ. Essa discrepância significativa sugere a presença de um sólido componente genético no risco de desenvolvimento do transtorno (BAILEY *et al.*, 1995 citado por GUPTA & STATE, 2006).

O estudo abordado, juntamente com outros de cariz similar, proporciona um suporte substancial para a influência genética no autismo. Essas evidências promovem uma compreensão mais profunda das interações complexas entre fatores genéticos e ambientais na gênese do transtorno, constituindo um marco importante para a compreensão das suas causas.

Outra linha de argumentação explorada por pesquisadores é aquela que se baseia na comparação entre as taxas de incidência de autismo em diferentes contextos familiares. Por exemplo, quando se compara a taxa de 2,2% de crianças que desenvolvem autismo com a taxa entre irmãos de crianças já diagnosticadas com o transtorno, verifica-se um aumento na prevalência do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na população em geral, passando de 4 crianças a cada 10.000 para um intervalo entre 10 a 13 crianças a cada 10.000. Este aumento substancial reforça a perspectiva de que as causas genéticas desempenham um papel significativo no desenvolvimento do autismo (GUPTA & STATE, 2006).

Dentre as várias teorias psicológicas que foram propostas para explicar a origem do autismo, uma delas é a teoria da "maternidade defeituosa". Esta teoria, embora tenha sido considerada uma das principais explicações sobre a causa do autismo no passado, atualmente não é mais amplamente validada pela maioria dos psicólogos e especialistas na área. Essa teoria sugeria que o autismo surgia devido à incapacidade dos pais de estabelecerem de forma adequada uma relação com seu filho. A abordagem psicogênica de Bettelheim é representativa dessa teoria e encontra suas raízes na perspectiva psicanalítica ortodoxa (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014).

Por um certo período, a teoria da "maternidade defeituosa" influenciou as práticas de tratamento, levando a recomendações que incluíam a separação entre pais e filhos. Nesse contexto, as crianças eram frequentemente colocadas em residenciais terapêuticos, onde o tratamento envolvia demonstrações intensas de afeto. Embora essa teoria não seja mais amplamente adotada e tais práticas de tratamento não sejam mais utilizadas, é importante reconhecer que ambos os aspectos contribuíram para sensibilizar os profissionais da área sobre o papel crucial dos pais no desenvolvimento da criança, incluindo aquelas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014).

De acordo com Bosa (2000), Margaret Mahler (1983) descreveu uma série de fases no desenvolvimento inicial do bebê. Segundo essa perspectiva, a criança passaria por um estágio de "narcisismo primário" e uma fase "autística normal" nas duas primeiras semanas de vida. Nos meses seguintes, a criança começaria a sair dessa fase, desenvolvendo uma crescente percepção de que suas necessidades são atendidas por fatores externos ao seu "eu". Esse processo de percepção difusa marca

o início da simbiose mãe-bebê. Dentro desse contexto de dependência psicológica com a mãe, o ego do bebê gradualmente começa a se formar, inaugurando um processo de separação que eventualmente contribuirá para a formação da identidade individual do indivíduo (BOSA, 2000).

A autora sugere, portanto, que o autismo infantil pode ser interpretado como uma regressão ou uma ausência de desenvolvimento da fase inicial, onde o indivíduo não consegue realizar o processo de separação em relação à figura materna. Isso pode resultar em sintomas como dificuldade em reconhecer a mãe como uma entidade separada do próprio eu e em dificuldades de integração sensorial.

Além disso, existem teorias que abordam o autismo como um déficit cognitivo. Entre essas teorias, destaca-se inicialmente aquela que postula que a criança com autismo enfrenta dificuldades na metarrepresentação, ou seja, na capacidade de desenvolver uma "teoria da mente". A teoria da mente pode ser descrita como a habilidade de compreender e prever o comportamento e o estado mental de outras pessoas.

A teoria da mente indica, então, uma falha constitucional na reatividade emocional da criança que impede que ela compartilhe experiências interpessoais e subjetivas. Por isso, a criança não avalia seus próprios pensamentos nem percebe ou infere com clareza o que está se passando na mente de outra pessoa (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014, p 19).

A teoria da mente é fundamental para a interpretação das ações e intenções dos outros, bem como para a atribuição de estados mentais, como crenças e desejos, a si mesmo e aos outros. Para as pessoas com autismo, essa habilidade pode estar comprometida ou subdesenvolvida, o que pode afetar sua capacidade de compreender as emoções, intenções e perspectivas das outras pessoas.

Outra perspectiva que relaciona o autismo a *déficits* cognitivos é a hipótese do processamento fraco do sistema central de coerência. Segundo essa teoria, as pessoas com autismo podem ter dificuldade em integrar informações detalhadas em um todo coerente e significativo. Isso pode levar a uma tendência a focar excessivamente em detalhes e a ter dificuldade em identificar padrões ou contextos mais amplos. (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014)

É importante ressaltar que, embora essas teorias ofereçam abordagens diferentes para compreender o autismo, muitos pesquisadores enfatizam a complexidade desse transtorno e a probabilidade de que múltiplos fatores, incluindo genéticos, neurológicos e ambientais, possam interagir de maneiras variadas para contribuir para sua manifestação.

A abordagem cognitiva oferece diversas perspectivas para compreender as características do autismo, e a explicação proposta por Schwartzman (2011) se alinha a essa linha de pensamento. A partir da ótica da teoria piagetiana, a autora destaca a

possibilidade de que a deficiência ou alteração das estruturas mentais seja um elemento chave na compreensão do autismo.

Nessa interpretação, a ocorrência de desequilíbrio entre os processos de acomodação e assimilação – fundamentais no desenvolvimento cognitivo de acordo com Piaget – poderia estar presente no autismo. Isso poderia resultar em dificuldades na apresentação e conceituação de significados simbólicos, o que por sua vez impactaria a maneira como o indivíduo com autismo compreende e interage com o mundo ao seu redor.

Além disso, o autor também aborda a presença de comportamentos motores repetitivos e restritos em crianças com autismo, relacionando-os à falta de imaginação e jogo simbólico. Essa falta de desenvolvimento de habilidades imaginativas e simbólicas poderia estar conectada à detenção de funções operatórias no nível sensório-motor, o que influenciaria a maneira como a criança se envolve com o ambiente.

Essa abordagem cognitiva ressalta a importância de entender como os processos mentais, como assimilação, acomodação e simbolização, podem estar relacionados às características do autismo. No entanto, como mencionado anteriormente, o autismo é um transtorno complexo que provavelmente envolve múltiplos fatores interagindo de maneira única em cada indivíduo.

Ghezzi, Doney e Bonow (2014) enfatizam que as alterações na percepção de constância têm um impacto significativo no desenvolvimento da criança com autismo. Essas mudanças podem resultar em dificuldades na formação de vínculos nas relações sociais, bem como interferir no progresso de atividades cognitivas mais avançadas. A compreensão da constância, que se relaciona à habilidade de perceber que objetos e pessoas permanecem consistentes, é fundamental para a interação social e a percepção do mundo ao redor.

Além disso, outras abordagens teóricas baseadas na filosofia do behaviorismo radical⁵ também oferecem explicações sobre o transtorno. Autores que adotam essa abordagem reconhecem a importância da variável biológica e suas implicações no autismo. Eles ressaltam que cada indivíduo estabelece uma relação única com o ambiente, e essa interação influencia os comportamentos emitidos. Assim, os comportamentos específicos de uma pessoa com autismo podem ser alvos de intervenção comportamental, buscando promover o desenvolvimento e a adaptação do indivíduo em seu contexto (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014).

As diferentes teorias e abordagens mencionadas até agora destacam a complexidade do autismo e a diversidade de fatores que podem contribuir para seu

⁵ O Behaviorismo Radical é uma abordagem da psicologia que enfatiza o estudo do comportamento observável e mensurável, rejeitando a influência de estados mentais internos. (Skinner, B.F. 1974).

desenvolvimento. Essas perspectivas oferecem *insights* valiosos para compreender as causas e características do autismo, permitindo uma abordagem mais abrangente na pesquisa e intervenção nessa condição.

Dentro dos princípios da análise experimental do comportamento, uma abordagem que se revela relevante é a identificação e compreensão das variáveis básicas que influenciam o comportamento da criança com autismo. Isso implica em investigar quais dessas variáveis estão presentes no ambiente e como elas podem estar contribuindo para as dificuldades específicas apresentadas por essas crianças. Nesse contexto, é fundamental considerar o papel dos pais no comportamento da criança, pois eles podem desempenhar um papel crucial tanto em enfraquecer quanto em fortalecer os *déficits* comportamentais (CARVALHO, 2002).

É notório que os repertórios comportamentais dos pais podem influenciar de maneira significativa o desenvolvimento da criança. Práticas envolvendo punição, redução na apresentação de reforços e reforços não contingentes a comportamentos funcionais podem debilitar o progresso dos comportamentos adequados e desejados do filho. Sob essa perspectiva funcional, é essencial considerar como as ações dos pais podem interagir com os comportamentos da criança com autismo (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014).

Importa destacar que todos os pais, independentemente de seus filhos terem ou não um diagnóstico de autismo, podem inadvertidamente reforçar tanto comportamentos inadequados quanto comportamentos apropriados de suas crianças. Portanto, é necessário que profissionais atuem como mediadores, colaborando com os pais para uma melhor gestão dessas contingências comportamentais. A orientação e o suporte aos pais são componentes valiosos na promoção do desenvolvimento positivo e saudável das crianças com autismo (CARVALHO, 2002; GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014).

“A má gestão das contingências pelos pais não gera o autismo, mas uma gestão adequada pode capitalizar os pais a exercer um papel fundamental e decisivo no desenvolvimento de seu filho. (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014, p 22).”

Outra explicação proposta pela análise do comportamento parte da teoria da interferência, como descrita por Bijou e Ghezzi (2014). Essa teoria sustenta que o autismo pode ser observado nas fases iniciais do desenvolvimento, uma vez que a criança com autismo possui uma leve tendência à esquiva de estímulos táteis e auditivos, o que interfere no processo de reforço social e em outros estímulos condicionados que possam surgir. Essa interferência dificulta a aquisição de habilidades sociais, emocionais e comunicativas. Os comportamentos repetitivos e restritos, nesse caso, seriam comportamentos operantes automaticamente

reforçados, que não necessitam da interação com os outros para serem emitidos (GHEZZI, DONEY & BONOW, 2014).

As informações compiladas nos manuais diagnósticos e os dados provenientes da literatura médica demonstram a tentativa de reunir conhecimentos acerca do TEA, a fim de padronizá-los em uma linguagem única e possibilitar o diálogo entre os profissionais de saúde e educação. Contudo, essa universalização da linguagem pode limitar o diagnóstico e o tratamento de cada caso, abordando-o como singular e pertencente exclusivamente a determinada família, em contextos sociais, econômicos e culturais (GOULART & ASSIS, 2002).

Sendo assim, acredita-se que o autismo esteja associado a uma herança poligênica e potencialmente epistática, e que fatores ambientais possam atuar em sinergia com os determinantes genéticos, aumentando a possibilidade de manifestação da doença. Esse processo de mudança estável da cromatina, que altera a expressão de alguns genes por fatores ambientais e pode ser transmitido para outra geração, é conhecido como epigenética. Essa perspectiva ressalta a complexidade das interações entre fatores genéticos e ambientais no desenvolvimento do autismo, e como essas influências podem variar de acordo com cada indivíduo e seu contexto (GOULART & ASSIS, 2002).

A abordagem epigenética desempenha um papel crucial na compreensão das origens do autismo. A interação entre fatores genéticos e ambientais não se limita apenas à transmissão direta de genes, mas também envolve modificações químicas na estrutura do DNA que podem ser influenciadas pelo ambiente. A pesquisa nessa área busca elucidar como as experiências ambientais podem ativar ou desativar certos genes, afetando assim o desenvolvimento do cérebro e o comportamento.

Além das abordagens genéticas e comportamentais, também é fundamental considerar as perspectivas neurológicas no estudo do autismo. Estudos de neuroimagem têm revelado diferenças estruturais e funcionais no cérebro de indivíduos com TEA em comparação com aqueles sem o transtorno. Essas diferenças envolvem áreas do cérebro relacionadas ao processamento social, à empatia, à teoria da mente e à integração sensorial. As anomalias neurais podem contribuir para os desafios de comunicação, interação social e comportamentos repetitivos observados nas pessoas com autismo.

Vale ressaltar que as explicações para o autismo não se limitam a uma única teoria, mas sim a uma interação complexa entre diferentes fatores genéticos, neurológicos e ambientais. O autismo é um transtorno heterogêneo, o que significa que os indivíduos podem apresentar uma ampla variedade de sintomas e características. Portanto, uma abordagem multidisciplinar, que considera todas essas perspectivas, é essencial para uma compreensão completa do autismo e para o

desenvolvimento de intervenções eficazes que atendam às necessidades individuais de cada pessoa no espectro autista.

Ferster (1961) trouxe uma abordagem comportamental inovadora para crianças com autismo. Ele propôs uma visão que buscava entender os problemas dessas crianças como resultantes de dificuldades de aprendizado, atribuindo essas dificuldades a inadequações parentais. Para Ferster, os pais não conseguiam estabelecer estímulos sociais, como elogios e atenção, como reforços eficazes. Ele argumentou que, na primeira infância, as crianças são especialmente suscetíveis à extinção comportamental e ao reforçamento inconsistente no ambiente social. Inicialmente, esse ambiente social é delimitado à família, desempenhando um papel crucial na mediação de reforçadores para novos comportamentos.

Ferster (1961) também sugeriu que outras categorias de estímulos, como alimentos, poderiam ter propriedades reforçadoras e que as crianças poderiam aprender se esses estímulos fossem usados para desenvolver novos comportamentos. Suas contribuições, ampliadas por estudos posteriores, enfatizaram a importância do ambiente de aprendizado e do reforço eficaz no desenvolvimento de crianças com autismo.

Além disso, a abordagem comportamental destaca a relevância de fornecer suporte e treinamento aos pais e cuidadores para fortalecer suas habilidades de interação e reforço, impactando positivamente o desenvolvimento da criança com autismo. Portanto, a compreensão de Ferster e outros pesquisadores da análise do comportamento sobre a relação entre ambiente, reforçadores sociais e aprendizado é fundamental para elaborar estratégias eficazes de intervenção no contexto do autismo.

Outros pesquisadores (KOEGL, RINCOVER & EGEL, 1982) demonstraram a aplicabilidade da teoria de aprendizagem de Ferster a diversos comportamentos clinicamente relevantes. Embora a hipótese de Ferster não seja mais aceita atualmente, ele foi pioneiro ao mostrar que a teoria da aprendizagem poderia ser usada para ensinar crianças com autismo e que seus comportamentos estão relacionados de forma legítima e previsível a eventos ambientais. No entanto, essa teoria parece não ser suficiente para explicar a grande variabilidade comportamental presente nessa população.

É possível inferir que esses comportamentos ocorrem em diferentes ambientes e na presença de diversas pessoas. Por exemplo, a hipo ou hipersensibilidade sensorial e os interesses restritos (como a limitada variedade alimentar) mencionados no DSM-V podem resultar em estímulos que normalmente atuariam como reforçadores generalizados não afetarem essas crianças. Isso ressalta a complexidade da interação entre os fatores ambientais e comportamentais no

autismo.

Essa complexidade do autismo também é evidenciada pela diversidade de abordagens terapêuticas que têm sido desenvolvidas para auxiliar no tratamento e desenvolvimento das crianças com TEA. Entre essas abordagens, destaca-se a Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada), que se baseia nos princípios da análise do comportamento para promover a aprendizagem e a aquisição de habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas.

A Terapia ABA é fundamentada na ideia de que o comportamento é influenciado pelo ambiente e que é possível moldar e direcionar comportamentos desejáveis por meio de estratégias de reforço e modelagem. Essa abordagem é altamente individualizada, adaptando-se às necessidades específicas de cada criança. Ela envolve a identificação de objetivos comportamentais, a coleta sistemática de dados sobre o comportamento da criança e a aplicação de intervenções baseadas em evidências.

Além da Terapia ABA, existem outras abordagens terapêuticas e educacionais que buscam abordar os desafios enfrentados por indivíduos no espectro do autismo. Essas abordagens variam desde intervenções focadas na comunicação e interação social, como o PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), até abordagens sensoriais e integrativas, como a Terapia de Integração Sensorial.

É importante ressaltar que não existe uma abordagem única que seja eficaz para todos os indivíduos com autismo, uma vez que cada pessoa é única em suas características e necessidades. Portanto, a escolha da abordagem terapêutica deve ser cuidadosamente avaliada e adaptada às características individuais da criança, levando em consideração suas habilidades, desafios e preferências.

Quase trinta anos após, em 1989, Lovaas e Smith propuseram uma nova teoria comportamental sobre os comportamentos autísticos, composta por quatro princípios fundamentais. Primeiramente, eles afirmaram que as leis de aprendizagem explicam os comportamentos das crianças com autismo e fornecem a base para o tratamento. Por exemplo, quando as respostas dessas crianças são reforçadas, suas curvas de aprendizagem assemelham-se às de outros organismos; da mesma forma, quando o reforço é interrompido, suas respostas passam pelo processo de extinção, um fenômeno comum em diversos organismos.

Em segundo lugar, Lovaas e Smith enfatizaram que essas crianças podem apresentar uma variedade significativa de déficits comportamentais, ao invés de um único déficit central que, se corrigido, resultaria em uma melhoria global. Elas muitas vezes não demonstram a generalização de respostas ou estímulos, e seus diversos comportamentos inadequados frequentemente têm funções específicas. Essas funções variam de acordo com os contextos ambientais em que foram selecionadas,

diferindo entre indivíduos e dentro do repertório de cada um.

Terceiramente, a teoria de Lovaas e Smith defende que crianças com autismo aprendem novas habilidades da mesma maneira que qualquer outra criança, desde que estejam imersas em ambientes especialmente projetados para seu aprendizado.

Por último, eles argumentaram que o insucesso das crianças com autismo em desenvolver certas habilidades em ambientes convencionais, contrastado com seu sucesso em ambientes adaptados, sugere que esses problemas podem ser interpretados como um desajuste ou incompatibilidade entre o sistema nervoso dessas crianças e o ambiente ao qual são expostas. A solução para isso, de acordo com essa teoria, reside na manipulação do ambiente, não na concepção de um sistema nervoso doente a ser curado. Em outras palavras, a abordagem de Lovaas e Smith enfatiza a adaptação do ambiente como forma de promover o aprendizado e a aquisição de habilidades pelas crianças com autismo (LOVAAS & SMITH, 1989).

Portanto, podemos compreender que a teoria de Lovaas e Smith (1989) atribui a causa dos comportamentos autísticos a um processo neurobiológico defeituoso que interfere no desenvolvimento das crianças dentro do espectro. Contudo, é fundamental lembrar que, até o momento atual dos estudos sobre a etiologia do autismo, não há uma identificação precisa dos fatores ou marcadores neurobiológicos relacionados ou que possam ser considerados como a causa do autismo (STELZER, 2010).

Além de Lovaas e Smith (1989), outros analistas do comportamento também propuseram explicações sobre as causas iniciais do autismo, partindo da hipótese de uma falta de sensibilidade do organismo a certos estímulos presentes no ambiente físico e social. Valdez-Menchaca e Koegel (1994) apresentaram a teoria da comunicação social, enquanto Bijou e Ghezzi (1999) propuseram a teoria da interferência comportamental, e Spradlin e Brady (1999) desenvolveram a teoria do controle de estímulos. Valdez-Menchaca e Koegel (1994) exploraram a ideia de que processos neurológicos ou fisiológicos podem resultar em níveis inadequados de interação social, levando a distúrbios de comunicação e outros comportamentos inadequados que caracterizam as pessoas com autismo.

A teoria da comunicação social, proposta por Valdez-Menchaca e Koegel (1994), sugere que processos neurológicos ou fisiológicos podem levar a níveis insuficientes de interação social, resultando em distúrbios de comunicação e outros comportamentos inadequados característicos das pessoas com autismo. Essa teoria ressalta a importância da compreensão das dificuldades de processamento sensorial e de comunicação que podem contribuir para os desafios enfrentados pelas pessoas dentro do espectro.

Por sua vez, a teoria da interferência comportamental, elaborada por Bijou e

Ghezzi (1999), postula que os comportamentos autísticos são resultado de uma falha na coordenação das ações motoras e sensoriais necessárias para o aprendizado e adaptação. Essa falha na integração sensorial-motora pode levar a dificuldades na percepção e interpretação dos estímulos do ambiente, afetando assim a interação e a comunicação.

Já a teoria do controle de estímulos, proposta por Spradlin e Brady (1999), enfatiza a importância dos estímulos ambientais na modulação dos comportamentos das pessoas com autismo. Segundo essa teoria, a resposta das pessoas dentro do espectro a estímulos específicos é afetada por padrões atípicos de atenção e processamento sensorial. Isso pode resultar em uma menor sensibilidade aos estímulos sociais e uma maior sensibilidade a estímulos não sociais, influenciando diretamente os comportamentos observados.

Essas teorias comportamentais oferecem perspectivas valiosas para a compreensão das causas iniciais do autismo, considerando fatores como processamento sensorial, interação social e aprendizado. No entanto, é importante notar que o autismo é um transtorno complexo e multifacetado, e muitos pesquisadores concordam que sua etiologia provavelmente envolve uma combinação de fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais que interagem de maneira complexa. Portanto, a busca pela compreensão completa das origens do autismo continua sendo um campo ativo de pesquisa e investigação.

De acordo com os autores, o cerne do autismo está relacionado à ausência de comportamentos sociais apropriados, o que resulta no desenvolvimento de comportamentos não adaptativos, como a autoestimulação, acessos de birra e, no que diz respeito à comunicação, a falta de desenvolvimento ou atraso na aquisição da linguagem. Nesse contexto, estabelece-se uma interdependência entre esses comportamentos, ou seja, um repertório comportamental é necessário para que o outro possa ser reduzido ou eliminado: o ensino de comportamentos sociais e verbais adequados teria como consequência a diminuição dos comportamentos inadequados.

Embora alguns estudos (CARR & DURAND, 1985; GUZINSKI, CIHON, & ESHLEMAN, 2012; VANDBAKK, ARNTZEN, GISNAAS, ANTONSEN, & GUNDHUS, 2012) tenham evidenciado a relação entre o aumento do repertório social e verbal e a redução dos comportamentos inadequados, é importante ressaltar que cada comportamento deve ser abordado de maneira individualizada. Isso ocorre porque comportamentos com topografias distintas podem ter funções distintas (sendo mantidos por reforçadores positivos ou negativos variados). Portanto, embora o ensino de comportamentos sociais adequados possa não necessariamente eliminar o diagnóstico de espectro autista, ele pode resultar em uma melhor qualidade de vida e maior controle sobre o ambiente imediato da criança.

A teoria da interferência comportamental proposta por Bijou e Ghezzi (1999) postula que crianças com autismo possuem uma predisposição inata para evitar ou escapar de estímulos sensoriais táteis ou auditivos, o que prejudica o desenvolvimento normal de reforçadores sociais condicionados e a formação de comportamentos afetivos ou de apego. De acordo com os autores, tais comportamentos afetivos desempenham um papel crucial como pré-requisito para a aquisição de habilidades sociais mais complexas, como a linguagem e o jogo simbólico.

Adicionalmente, Bijou e Ghezzi (1999) argumentam que a estereotipia observada em crianças com autismo é um comportamento operante (aprendido), reforçado de forma automática (a própria resposta gera uma sensação que é percebida como reforçadora). Os autores também destacam que as características do comportamento autístico estão interconectadas, abrangendo os traços e as habilidades das crianças dentro do espectro autista.

Bijou e Ghezzi (1999) concluem apontando que muitos dos comportamentos inadequados exibidos por crianças com autismo podem funcionar como mecanismos de compensação para suas deficiências em comportamentos verbais e sociais. Embora o DSM-V indique que crianças com autismo podem apresentar sensibilidade a estímulos sensoriais, é importante ressaltar que essa sensibilidade pode diminuir ao longo do tempo, mas ainda assim, as características essenciais do autismo podem persistir.

No mesmo contexto, Spradlin e Brady (1999) propuseram que crianças com autismo necessitam de contingências comportamentais mais consistentes para estabelecer as relações entre antecedentes, respostas e conseqüências, a fim de desenvolver o controle de estímulos. Para esses autores, as contingências envolvidas na interação com o mundo físico não social são mais estáveis do que aquelas relacionadas às interações sociais. Portanto, as crianças com autismo podem mostrar uma preferência por atividades não sociais em detrimento das atividades sociais.

Segundo essa perspectiva, as respostas dessas crianças seriam menos influenciadas por estímulos antecedentes e reforçadores sociais, e mais influenciadas pelos estímulos não sociais. Tais limitações no desenvolvimento do controle de estímulos poderiam levar a déficits na linguagem e nas habilidades sociais. Essa teoria também se alinha ao que é descrito no DSM-V, onde são indicados déficits nas interações sociais e padrões restritos de interesse em atividades não sociais.

Entretanto, essa proposta não difere muito da proposta de Ferster (1961). A diferença é que Spradlin e Brady (1999) focam nas limitações gerais de controle de estímulos, que vão além do ambiente social familiar. Finalmente, Drash e Tudor (2004) propuseram a teoria da falha na modelagem de contingências de comportamento

verbal para discutir comportamentos autístico.

Os autores apresentam uma análise comportamental da relação entre déficits no comportamento verbal, déficits no comportamento social e o comportamento inadequado, mostrando como as contingências de reforçamento podem estabelecer e manter um repertório deficiente de comportamento verbal e comportamentos de fuga e esquiva.

De acordo com Carr e LeBlanc (2004), essa teoria oferece uma análise comportamental mais detalhada sobre a etiologia dos comportamentos autísticos. Drash e Tudor (2004) apresentam uma análise fundamentada em quatro premissas:

✓ O *déficit* na aquisição de comportamento verbal por crianças com autismo é, em primeiro lugar, resultado de contingências de reforçamento insuficientes que envolvem o ambiente social da criança durante seus primeiros anos de vida. Por exemplo, se houver pouca ou nenhuma interação verbal entre cuidadores e a criança durante os primeiros três anos de vida, é provável que seu desenvolvimento verbal esteja atrasado aos três anos de idade.

✓ As pessoas que convivem com a criança podem inadvertidamente modelar comportamentos inadequados e de fuga durante seus primeiros anos de vida.

✓ Comportamentos inadequados e de fuga são frequentemente observados em crianças com autismo. Segundo os autores, esses comportamentos estão presentes e interferem na aquisição de comportamentos verbais adequados em aproximadamente 85% dos casos de crianças com autismo.

✓ Quando comportamentos inadequados estão presentes, eles se tornam incompatíveis com e podem prejudicar a aquisição de comportamentos verbais e sociais apropriados. Somente após a redução ou eliminação dos comportamentos inadequados por meio da extinção operante combinada com reforçamento diferencial, a modelagem poderia levar à produção de respostas vocais adequadas.

Drash e Tudor (2004) discutem vários paradigmas de reforçamento que podem contribuir para o desenvolvimento de comportamentos inadequados em crianças com autismo. Esses paradigmas incluem o reforçamento de mandos gestuais ou outras formas não-vocais, a antecipação das necessidades da criança sem permitir que ela emita respostas verbais de solicitação, a extinção do comportamento verbal (quando os cuidadores deixam de fornecer ajuda ou dicas e não reforçam as expressões vocais da criança), a falta de supressão dos comportamentos inadequados e a dificuldade em estabelecer comportamentos de seguir regras e instruções.

Fica evidente que a proposta de Drash e Tudor (2004) está alinhada com as características apresentadas no DSM-V para indivíduos com autismo, indicando que comportamentos sociais inadequados e outros comportamentos autísticos estão relacionados com deficiências no desenvolvimento de comportamentos verbais. As

teorias discutidas abrangem desde fatores neurobiológicos que podem afetar a eficácia dos reforçadores incondicionados e condicionados até fatores ambientais que não estabelecem contingências apropriadas.

Embora as teorias variem em suas abordagens e ênfases, há um consenso subjacente de que os comportamentos autísticos têm raízes complexas que envolvem interações entre fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais. As teorias que enfatizam a importância do ambiente de aprendizado e da mediação social, como as de Ferster (1961) e Lovaas e Smith (1989), destacam a necessidade de criar contextos favoráveis para o desenvolvimento de comportamentos adaptativos.

Por outro lado, teorias como a de Valdez-Menchaca e Koegel (1994), Bijou e Ghezzi (1999), Spradlin e Brady (1999), Carr e LeBlanc (2004), e Drash e Tudor (2004) exploram a interação entre fatores neurobiológicos, sensibilidade sensorial, aquisição de comportamento verbal e a influência do ambiente na manifestação dos comportamentos autísticos. Essas abordagens sublinham a necessidade de compreender as especificidades de cada indivíduo no espectro do autismo e de adaptar as intervenções de acordo com suas necessidades.

A etiologia dos comportamentos autísticos é multifacetada e continua sendo objeto de pesquisa e debate. As teorias comportamentais apresentadas fornecem uma base sólida para entender a interação complexa entre fatores biológicos e ambientais no desenvolvimento do autismo, oferecendo insights valiosos para a criação de estratégias de intervenção eficazes e personalizadas.

Sem dúvida, todas essas teorias apresentam seus pontos fortes e fracos, mas todas podem ser submetidas a verificações empíricas por meio da observação direta da criança em seu ambiente natural, principalmente em seu ambiente familiar. Nesse contexto, é possível analisar as sensibilidades da criança a estímulos reforçadores, identificando se esses estímulos estão presentes em quantidade suficiente para viabilizar o aprendizado. Além disso, é crucial avaliar se as interações diárias da criança resultam em respostas verbais e não verbais em quantidade adequada para um desenvolvimento condizente com sua idade.

Respondendo às considerações de Drash e Tudor (2004), Carr e LeBlanc (2004) argumentam que a perspectiva predominante sobre o autismo sugere que os déficits em repertórios de comportamentos sociais, como a falta de atenção compartilhada, precedem a aquisição de outros comportamentos, como a linguagem verbal, já que esses *déficits* limitam as oportunidades de aprendizagem. Os autores também destacam que o DSM-5 enfatiza a presença de mais déficits no domínio social em comparação com outros domínios para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A importância do diagnóstico preciso e precoce não pode ser subestimada, pois

ele permite a especificação do grau de autismo e a identificação das intervenções necessárias para atender às necessidades específicas desses indivíduos. Esse diagnóstico embasa a formulação de estratégias de intervenção personalizadas, visando otimizar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida das crianças com TEA.

3.1.3 Diagnósticos do Autismo

Inúmeras investigações conduzidas por pesquisadores de renome, como ressaltado por estudos como o de Ribeiro *et al.* (2019), sublinham a relevância intrínseca do diagnóstico precoce do autismo. Essas pesquisas enfatizam que a identificação imediata dos indícios do transtorno pode desempenhar um papel crucial no desenrolar de estratégias terapêuticas que busquem mitigar de maneira expressiva os efeitos negativos do autismo no desenvolvimento abrangente da criança.

Esses estudos pioneiros reforçam de maneira inconteste a importância vital de identificar precocemente os indícios do transtorno do espectro autista (TEA). A intervenção em estágios iniciais demonstrou ser uma ferramenta essencial para atenuar os impactos negativos do autismo no desenvolvimento infantil. A detecção precisa dos sintomas do TEA nos primeiros anos de vida da criança viabiliza a concepção e aplicação de intervenções terapêuticas específicas e adaptadas às necessidades individuais.

Ao reconhecer os primeiros sinais de comportamentos atípicos, como dificuldades na comunicação, interação social e padrões de interesses restritos, profissionais da saúde e da educação, tal como mencionado por Cunha *et al.* (2020), podem encaminhar as crianças para avaliações diagnósticas e intervenções especializadas. Essa abordagem não somente contribui para aprimorar as habilidades sociais, cognitivas e comunicativas da criança, mas também resulta na adaptação do ambiente familiar e escolar para atender às necessidades singulares do indivíduo com TEA.

Por outro lado, a intervenção precoce não se limita somente à criança diagnosticada; ela também abrange a capacitação dos pais e cuidadores, conforme apontado por estudos como o de Lima *et al.* (2018). Ao oferecer orientação e apoio aos pais, é possível estabelecer um ambiente mais propício ao desenvolvimento da criança, facilitando a generalização das habilidades adquiridas nas intervenções terapêuticas. A importância dessa abordagem holística é enfatizada tanto por pesquisas quanto por especialistas na área.

A abordagem precoce e a identificação de sinais do autismo são cruciais para minimizar os desafios enfrentados pelas crianças no espectro e maximizar seu potencial de desenvolvimento. A colaboração entre profissionais de saúde,

educadores, familiares e a aplicação de intervenções especializadas podem proporcionar resultados positivos e significativos na trajetória de vida das crianças com autismo.

No contexto do diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA), é fundamental compreender os critérios de diagnóstico estabelecidos. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, Quinta Edição (DSM-V), é uma referência importante para os profissionais de saúde e educação na identificação dos sinais e sintomas que indicam a presença do TEA. No Quadro 1 abaixo, apresentamos os critérios de diagnóstico detalhados no DSM-V, que auxiliam na avaliação e diferenciação do espectro autista. Esses critérios são essenciais para a detecção precoce e o encaminhamento adequado das crianças para intervenções terapêuticas especializadas.

A compreensão desses critérios de diagnóstico é crucial para identificar as características que podem sugerir a presença do TEA em crianças, permitindo a

Quadro 1 - Critérios diagnósticos dos Transtornos do Espectro Autista

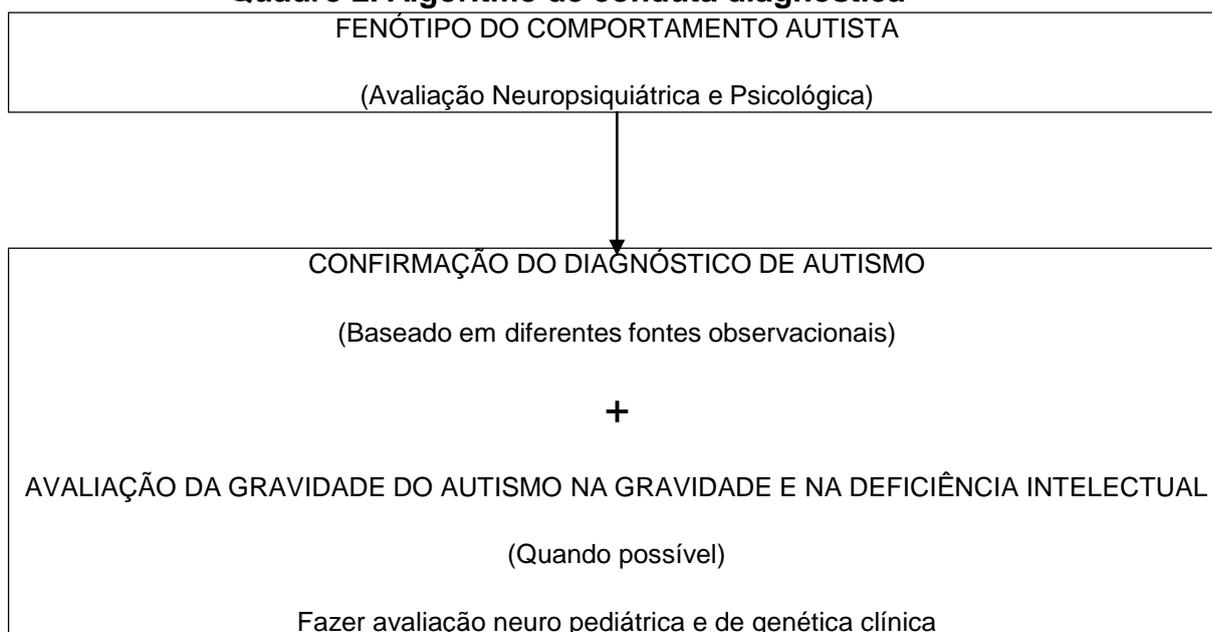
A	<ul style="list-style-type: none"> -Deficiências persistentes na comunicação e interação social: -Limitação na reciprocidade social e emocional; -Limitação nos comportamentos de comunicação não verbal utilizados para interação social; -Limitação em iniciar, manter e entender relacionamentos, variando de dificuldades com adaptação de comportamento para se ajustar às diversas situações sociais.
B	<ul style="list-style-type: none"> -Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestadas pelo menos por dois dos seguintes aspectos observados ou pela história clínica: Movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou fala; Insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualísticos de comportamentos verbais e não verbais; Interesses restritos que são anormais na intensidade e foco; -Hiper ou hiporeativo a estímulos sensoriais do ambiente.
C	<ul style="list-style-type: none"> -Os sintomas devem estar presentes nas primeiras etapas do desenvolvimento. Eles podem não estar totalmente manifestos até que a demanda social exceda suas capacidades ou podem ficar mascarados por algumas estratégias de aprendizado ao longo da vida.
D	<ul style="list-style-type: none"> -Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo nas áreas social, ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento atual do paciente.
E	<ul style="list-style-type: none"> -Esses distúrbios não são melhor explicados por deficiência cognitiva ou atraso global do desenvolvimento.

Fonte: DSM-V, pg 5, 2019. Unimed

intervenções e o suporte adequados desde os estágios iniciais da vida. É importante ressaltar que a avaliação e o diagnóstico precisos devem ser realizados por profissionais qualificados e experientes no campo do autismo e da saúde mental infantil.

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve uma análise clínica cuidadosa, baseada na observação direta do comportamento da criança, bem como em entrevistas com pais e cuidadores. Para facilitar a compreensão do processo diagnóstico, apresentamos o Quadro 2 abaixo, que ilustra de maneira clara e abrangente a conduta a ser seguida pelo profissional para alcançar um diagnóstico preciso de TEA.

Quadro 2. Algoritmo de conduta diagnóstica



Fonte: Transtorno do Espectro Autista - TEA, p. 7, 2019. DSM-V

Este algoritmo serve como guia para orientar os profissionais de saúde e educação na abordagem sistemática do diagnóstico do TEA. É importante notar que, embora o diagnóstico possa ser feito por volta dos 18 meses de idade com base nos sintomas dos itens A e B, a avaliação multidisciplinar e a experiência são cruciais para um diagnóstico preciso. À medida que o tempo avança, os sintomas dos itens C e D podem se manifestar, contribuindo para uma avaliação abrangente do espectro autista em diferentes estágios de desenvolvimento.

Alguns estudos apontam o autismo como distúrbio da conectividade cerebral salientam que a ausência ou as alterações de habilidades sociais e comunicativas previstas para aquela fase do desenvolvimento é uma das melhores formas de distinguir crianças com desenvolvimento típico das crianças com autismo, já no primeiro ano de vida (MURATORI, 2014, 10).

Um termo de grande relevância que merece destaque neste contexto é "intersubjetividade", que foi cunhado na década de 1970 e se refere à sintonia que ocorre entre as expressões faciais e verbais de uma criança e sua mãe durante a comunicação face a face. Essas expressões são evidentes desde os primeiros estágios da vida do bebê. No entanto, em crianças com transtorno do espectro autista (TEA), já desde as fases iniciais do desenvolvimento, é possível observar um

comprometimento nessas habilidades intersubjetivas.

De acordo com Muratori (2014), uma das características mais precocemente observadas em crianças com TEA é a hipoatividade dos recém-nascidos, os quais podem ser menos ágeis e fazer menos contato visual. Contudo, é importante notar que não se trata de uma ausência total dessas habilidades, mas sim de um enfraquecimento delas que caracteriza o autismo precoce. Nesse contexto, o autor ressalta que um avanço significativo na compreensão do diagnóstico precoce do TEA foi o entendimento sobre a função dos neurônios-espelho no cérebro. Esses neurônios são acreditados por desempenharem um papel fundamental na observação e interpretação das ações e estados emocionais de outras pessoas.

No contexto do TEA, Muratori (2014) sugere que as disfunções nos neurônios-espelho nas fases iniciais do desenvolvimento podem estar relacionadas com as dificuldades na intersubjetividade, que são características típicas desse transtorno. Portanto, essa compreensão dos mecanismos cerebrais subjacentes às habilidades intersubjetivas oferece insights valiosos para a identificação precoce e a compreensão das peculiaridades do desenvolvimento das crianças com TEA.

Um exemplo de dificuldade na intersubjetividade e na interpretação das ações e da intencionalidade do outro é o ato de estender os braços para serem pegos pelos pais quando eles se aproximam e abrir a boca diante de uma colherada de comida — bebês típicos de seis meses realizam com destreza essas ações, mas as crianças autistas demonstram dificuldade na antecipação das ações do outro (MURATORI, 2014).

Um exemplo concreto que ilustra as dificuldades na intersubjetividade e na interpretação das ações e intenções dos outros é observado no gesto de estender os braços para serem pegos pelos pais quando estes se aproximam ou ao abrir a boca diante de uma colherada de comida. Bebês típicos, por volta dos seis meses de idade, realizam essas ações com naturalidade e precisão. No entanto, as crianças com transtorno do espectro autista (TEA) demonstram dificuldades na antecipação dessas ações por parte dos outros (MURATORI, 2014).

Outro aspecto relevante destacado por Muratori (2014) é a ausência ou diminuição na comunicação específica entre adultos e bebês, conhecida como "prosódia" ou "manhês". O manhês⁶ é caracterizado por um ritmo, melodia e entonação exagerados, com variações sonoras marcantes, e é frequentemente utilizado para se comunicar com bebês que ainda não desenvolveram a linguagem verbal. Estudos indicam que o uso do manhês pode ter um papel importante no apoio

⁶ O "manhês" é uma forma de comunicação que se caracteriza pelo investimento afetivo e costura os laços entre a mãe e o bebê, ao mesmo tempo em que vai se direcionando no sentido de facilitar sua separação.

às funções integrativas do cérebro em estágios precoces de desenvolvimento, favorecendo os processos de aprendizagem tanto na comunicação quanto no aspecto social.

Esses exemplos concretos ressaltam como a observação das interações precoces e sutis entre adultos e bebês pode revelar pistas valiosas sobre o desenvolvimento da intersubjetividade e da capacidade de interpretar as ações e intenções dos outros, o que, por sua vez, pode contribuir para uma identificação mais precoce das características do TEA.

Diante disso, é notório que profissionais envolvidos na intervenção precoce têm adotado o uso do manhês como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento das competências sociais em crianças com autismo. Além disso, os programas de intervenção precoce também têm demonstrado serem cruciais. De acordo com um estudo conduzido por Roberts e Prior (2006, citado por NEGRI & CASTORINA, 2014, p. 25), crianças que participaram desses programas nas fases iniciais de desenvolvimento alcançaram conquistas significativas, promovendo um efeito positivo tanto em seu processo de aprendizagem quanto em sua trajetória de desenvolvimento.

Os autores destacam, ainda, que esses programas de intervenção são essenciais para todas as famílias e crianças, dada a complexidade do transtorno do espectro autista (TEA) e a ampla variação existente entre os indivíduos dentro desse espectro. A adaptabilidade dos programas de intervenção à realidade de cada família e ao perfil singular de cada criança é um aspecto primordial para obter resultados efetivos. Isso ressalta a importância de abordagens personalizadas que considerem as necessidades individuais e as circunstâncias familiares ao planejar e implementar intervenções.

Nesse contexto, é imperativo que os programas de intervenção precoce se adaptem à estrutura curricular individual de cada criança, incorporando abordagens que almejem o desenvolvimento da linguagem e das habilidades sociais. Além disso, é essencial que tais programas criem ambientes propícios para a generalização das competências adquiridas e ofereçam suporte tanto à família quanto à criança durante a transição para o ambiente escolar.

Nesse cenário, a abordagem dos programas de intervenção precoce deve considerar a família como uma unidade interativa, reconhecendo as particularidades de cada membro. É crucial fornecer apoio contínuo, visto que todos os membros da família enfrentam processos de adaptação e aprendizado ao longo do curso do transtorno (ROBERTS & PRIOR, 2006, citado por NEGRI & CASTORINA, 2014). Isso enfatiza a importância de um enfoque holístico que compreenda a dinâmica familiar e

busque criar um ambiente colaborativo e de suporte para o desenvolvimento da criança com autismo.

A colaboração efetiva entre os profissionais de intervenção precoce e a família é um dos pilares fundamentais para o sucesso desses programas. A troca de informações, a orientação contínua e a construção de estratégias conjuntas são essenciais para garantir que a intervenção seja adaptada às necessidades específicas da criança e que seja consistente tanto em casa quanto em outros contextos.

Além disso, a abordagem de intervenção precoce também deve ser flexível e sensível às mudanças e evoluções das necessidades da criança ao longo do tempo. À medida que a criança cresce e se desenvolve, novos desafios e oportunidades surgem, exigindo ajustes constantes nas estratégias de intervenção. A individualização é, portanto, um princípio chave, pois reconhece que cada criança é única em suas habilidades, desafios e ritmo de progresso.

Os programas de intervenção precoce também têm o papel de preparar a criança e a família para a transição para a educação formal. A adaptação para o ambiente escolar pode ser uma etapa desafiadora, e a continuidade do suporte e das estratégias de intervenção pode fazer toda a diferença no sucesso da criança nesse novo contexto.

Os programas de intervenção precoce desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida de crianças com autismo. Ao considerar a criança como um todo, trabalhar em colaboração com a família e adotar abordagens flexíveis e individualizadas, esses programas têm o potencial de criar um impacto positivo duradouro na trajetória de desenvolvimento da criança, capacitando-a a alcançar seu máximo potencial.

Certamente, o conhecimento aprofundado das concepções do autismo, suas causas e características peculiares, bem como o diagnóstico precoce e preciso, desempenham um papel fundamental na implementação de práticas pedagógicas eficazes no processo de inclusão das crianças autistas.

Ao compreender as diferentes teorias comportamentais e neurobiológicas que explicam o autismo, os profissionais da educação estão mais preparados para criar ambientes inclusivos que atendam às necessidades específicas dessas crianças. A compreensão das dificuldades na intersubjetividade, na comunicação, nas habilidades sociais e na generalização de competências adquiridas permite aos educadores desenvolverem estratégias de ensino individualizadas e adaptadas, garantindo que o processo de aprendizado seja eficaz e significativo para cada criança autista.

Além disso, o diagnóstico precoce e preciso possibilita que intervenções sejam implementadas desde cedo, maximizando as oportunidades de desenvolvimento e

minimizando possíveis desafios. As práticas pedagógicas inclusivas devem ser flexíveis e baseadas em evidências, levando em consideração o perfil único de cada criança. A colaboração entre os profissionais de saúde, família e educadores é crucial para criar um ambiente de apoio que promova o bem-estar e o sucesso acadêmico das crianças autistas.

O entendimento profundo sobre o autismo e sua aplicação prática no contexto educacional é um passo crucial para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, onde todas as crianças, independentemente de suas características individuais, tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo e participar plenamente da sociedade.

Nesse contexto, a verticalização da linguagem aplicada crítica desempenha um papel fundamental. Através da análise crítica das estruturas e práticas linguísticas, os educadores podem identificar potenciais barreiras à inclusão e adotar uma linguagem que seja mais acessível e respeitosa para com as crianças autistas. Isso implica não apenas em compreender as nuances da linguagem verbal, mas também reconhecer a importância da linguagem não verbal e das adaptações comunicativas.

Além disso, a aprendizagem inclusiva busca não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a autonomia, autoestima e participação ativa das crianças autistas na vida social e cultural. Isso requer que educadores estejam atualizados sobre melhores práticas e estratégias em constante evolução.

A colaboração entre educadores, familiares, terapeutas e profissionais de saúde é fundamental para potencializar resultados positivos. Juntos, podem superar desafios e encontrar soluções criativas que beneficiem o desenvolvimento das crianças autistas.

Assim, o compromisso com a aprendizagem inclusiva e a aplicação crítica da linguagem são a base de uma educação que valoriza a diversidade e busca promover uma sociedade inclusiva e acolhedora. Compreensão, sensibilidade e ação coletiva são essenciais para alcançar esse objetivo nobre.

4 O PAPEL DA LINGUAGEM COMO UM FATOR DETERMINANTE DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS AUTISTAS

No presente capítulo, exploramos a relevância da linguagem como um fator crucial na promoção da inclusão social das pessoas autistas. Abordaremos diversos aspectos que demonstram como a linguagem desempenha um papel determinante no acesso pleno à educação inclusiva, na interação social e na construção de ambientes mais acolhedores e igualitários.

Começaremos por examinar o direito à educação inclusiva, um princípio fundamental que visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Investigaremos como a linguagem desempenha um papel central nesse processo, influenciando a maneira como os conteúdos são transmitidos, adaptados e compreendidos por indivíduos autistas, contribuindo para uma aprendizagem significativa.

Além disso, exploraremos como a linguagem pode ser vista como um elemento essencial de inclusão. Analisaremos como uma abordagem sensível e adaptada na comunicação pode facilitar a participação ativa e efetiva das pessoas autistas em diversos contextos sociais, promovendo a igualdade de oportunidades e a interação significativa.

No âmbito da Linguística Aplicada Crítica, investigaremos como a análise crítica da linguagem pode revelar padrões de exclusão e estigmatização presentes na sociedade. Veremos como essa abordagem permite identificar discursos discriminatórios e contribuir para a construção de uma linguagem mais inclusiva e respeitosa, que reconheça a diversidade de formas de comunicação.

Por fim, examinaremos a importância da linguagem do corpo como uma forma de expressão autêntica e significativa para as pessoas autistas. Abordaremos como gestos, expressões faciais e posturas podem transmitir emoções, necessidades e interações, enriquecendo a comunicação e promovendo uma compreensão mais profunda.

Este capítulo visa oferecer uma compreensão abrangente e crítica do papel da linguagem na inclusão social das pessoas autistas. Ao abordar o direito à educação inclusiva, a linguagem como elemento de inclusão, a Linguística Aplicada Crítica e a linguagem do corpo, buscamos contribuir para a construção de ambientes mais

acolhedores, igualitários e empáticos, onde todas as vozes possam ser ouvidas e valorizadas.

4.1 Direito à Educação Inclusiva

Os direitos à educação inclusiva têm ganhado destaque nos últimos anos. Apesar do crescente conhecimento, leis, estudos, batalhas pessoais e sociais, ainda há um longo caminho a percorrer. A história da educação inclusiva está intrinsecamente ligada ao contexto econômico, político, social e cultural.

Nos últimos 20 anos, no Brasil, foram criadas várias políticas públicas na área da educação, possibilitando o acesso e a permanência de alunos com especificidades no ensino regular. Essas crianças têm o direito a um currículo adaptado de forma a priorizar a equidade das deficiências no processo de ensino-aprendizagem (CORRÊA; RODRIGUES, 2016).

Ao longo dos anos, podemos observar a evolução de quatro paradigmas na visão das pessoas com deficiência: exclusão, segregação, integração e inclusão na sociedade. A partir desses paradigmas, surgiram as chamadas "instituições de educação especial", assim como as classes especiais dentro das escolas regulares.

A trajetória da inclusão na educação envolveu uma transição gradual desses paradigmas. No passado, muitas vezes as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade e da educação, sendo marginalizadas e segregadas em instituições específicas. No entanto, com o tempo, a perspectiva começou a mudar, passando pela fase de integração, onde esforços foram feitos para incluir os alunos com deficiência nas escolas regulares, mas nem sempre de maneira eficaz, muitas vezes mantendo uma separação implícita (CORRÊA; RODRIGUES, 2016).

Foi com o paradigma da inclusão que ocorreram mudanças mais significativas. A inclusão pressupõe não apenas a presença de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas também a promoção de uma educação adaptada e acessível a todos, considerando as diferenças individuais e oferecendo suporte necessário para que todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

Nesse contexto, as políticas públicas têm desempenhado um papel fundamental ao estabelecer diretrizes e ações para a efetivação da educação inclusiva. Isso envolve a oferta de recursos de apoio, adaptações curriculares, formação adequada para os profissionais da educação e a promoção de ambientes escolares mais acolhedores e acessíveis.

A educação inclusiva não se limita apenas à presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula, mas se estende à criação de uma cultura de respeito à diversidade e à valorização das potencialidades individuais de cada estudante. Dessa forma, a inclusão visa não somente ao acesso à educação, mas também à participação plena, ao aprendizado significativo e ao desenvolvimento social e emocional de todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

É importante reconhecer que o caminho rumo à educação inclusiva é contínuo e desafiador. Embora tenham sido conquistados avanços significativos, ainda há obstáculos a superar, como a falta de infraestrutura adequada, a resistência a mudanças por parte de alguns setores e a necessidade de sensibilização e conscientização da sociedade como um todo. No entanto, a busca por uma educação inclusiva é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e preparada para valorizar a diversidade humana em sua plenitude.

A promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 marcou um marco importante na história dos direitos individuais e sociais, especialmente para grupos socialmente vulneráveis, como as pessoas com deficiência. Pela primeira vez, esse documento expressou explicitamente a necessidade de proteger e promover os direitos dessas pessoas, reconhecendo sua dignidade e igualdade perante a lei.

Na década de 1950, o paradigma de integração começou a predominar. Esse período foi caracterizado pela adoção de abordagens médicas e de reabilitação, com o objetivo de "corrigir" ou adaptar as pessoas com deficiência para que pudessem se tornar produtivas na sociedade. Centros de reabilitação foram estabelecidos com a finalidade de ajudar as pessoas a superar suas limitações, na busca por sua aceitação e integração na comunidade.

A partir da década de 1980, emerge o paradigma de inclusão. Nesse novo enfoque, o foco se deslocou das pessoas com deficiência se adaptarem a um ambiente já existente para a eliminação das barreiras que as excluía da participação plena na sociedade. O objetivo central da inclusão era criar ambientes, sistemas e práticas que fossem acessíveis a todos, independentemente de suas habilidades ou diferenças.

Esse paradigma de inclusão também trouxe consigo uma mudança de perspectiva, reconhecendo que a diversidade é um valor intrínseco da sociedade e que a inclusão não é apenas uma questão de acesso físico, mas também envolve respeito à diversidade cultural, emocional e cognitiva. A inclusão procura não somente modificar o ambiente para acomodar as pessoas com deficiência, mas também mudar atitudes, crenças e sistemas para promover a participação plena e a igualdade de oportunidades.

Observa-se que a evolução dos paradigmas reflete não apenas mudanças nas políticas e práticas relacionadas às pessoas com deficiência, mas também uma transformação mais profunda na maneira como a sociedade enxerga e valoriza a diversidade humana. A transição para o paradigma de inclusão representa um passo crucial na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos os indivíduos, independentemente de suas características e habilidades.

No cenário atual, tanto a Constituição Federal quanto as convenções sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência têm firmado o compromisso com a promoção da educação inclusiva. No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 desempenhou um papel fundamental ao garantir direitos fundamentais e a não discriminação, abrangendo a área educacional.

Em 1988, a nova Constituição Federal do Brasil consolidou diversos princípios de não discriminação, igualdade e acesso à educação. O princípio de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação, assim como o princípio da igualdade, foram fundamentais (artigo 5º). Além disso, foi estabelecido o direito à educação em igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas (artigo 206, Inciso 1º). A Constituição também reconheceu o direito dos estudantes com deficiência de receberem atendimento educacional especializado.

Em 1990, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi um marco importante. Essa declaração estabeleceu metas globais para os sistemas educacionais em todo o mundo, com o objetivo de alcançar a universalização do acesso à educação, a equidade e a melhoria da qualidade educacional. A educação inclusiva tornou-se um dos pilares fundamentais dessa declaração, enfatizando a importância de proporcionar oportunidades educacionais a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e características individuais.

Esses marcos legais e declarações internacionais refletem um compromisso crescente com a educação inclusiva, destacando a necessidade de eliminar barreiras e garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando sua dignidade e valorizando suas diferenças. A promoção da educação inclusiva não é apenas uma questão legal, mas também uma aspiração social e educacional que busca construir sociedades mais justas, igualitárias e inclusivas para todos.

Em 1994, a Declaração de Salamanca, como mencionado anteriormente, representou um importante reforço à orientação inclusiva na educação. Essa declaração ressaltou a importância de garantir educação para todas as crianças, independentemente de suas diferenças, promovendo a inclusão dentro do sistema educacional.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do Brasil foi promulgada, regulando o sistema educacional formal do país. Essa lei estabeleceu como prioridade o sistema regular de ensino, sinalizando o compromisso com a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada no Brasil e incorporada como emenda constitucional. Esse documento representou um marco significativo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, com um foco claro na redução das barreiras exclusivas presentes na educação e na sociedade. A convenção enfatiza a importância da educação inclusiva em todos os níveis, buscando a igualdade de condições para todos.

No ano de 2008, a inclusão escolar no Brasil foi formalizada por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Essa política priorizou a inclusão de estudantes que eram público-alvo da educação especial, reforçando o compromisso do país com a promoção da inclusão dentro das escolas.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) foi promulgada, estabelecendo condições legais para a implementação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Essa lei reafirmou o direito à educação inclusiva, consolidando o compromisso do Brasil com a igualdade de oportunidades e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.

Os avanços legais e políticos que marcaram diferentes décadas refletem o compromisso em constante evolução do Brasil com a educação inclusiva e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Essas ações têm como objetivo construir uma sociedade que seja caracterizada pela justiça, igualdade e acolhimento a todos os cidadãos. Como destaca Fidalgo (2016, 2018), esses marcos representam uma transformação gradativa no entendimento da inclusão como um processo que envolve a garantia de direitos e oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou características.

Desde então, temos observado um crescimento constante no número de matrículas de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Essa tendência reflete os esforços contínuos em direção a uma educação mais inclusiva e igualitária, como ressalta Fidalgo et al. (2022). A presença diversificada de alunos enriquece a experiência educacional ao promover a troca de vivências e a construção de uma cultura de respeito à diversidade, conforme pontuado por Santos e Vieira (2017).

Estudos recentes, como os de Corrêa e Rodrigues (2016), têm demonstrado os inúmeros benefícios da inclusão não apenas para as pessoas com deficiência, mas para toda a comunidade escolar. A presença e participação ativa de alunos diversos impulsionam a empatia, ampliam perspectivas e contribuem para a formação de

ambientes educacionais mais abertos e acolhedores. Conforme argumentado por Albuquerque (2017), a diversidade de experiências proporcionada pela inclusão enriquece o aprendizado e prepara os alunos para a convivência em uma sociedade plural.

A adaptação das práticas educacionais é uma etapa fundamental nesse processo. A elaboração e implementação de abordagens pedagógicas inclusivas e adaptativas são essenciais para garantir que todos os alunos possam participar plenamente do processo de aprendizado, conforme apontado por Fernandes (2020). O investimento na formação de professores, como defende Pavani (2010), é crucial para capacitar os educadores a atender às necessidades individuais dos alunos e promover um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz.

A jornada rumo à educação inclusiva é um compromisso contínuo e coletivo. Como afirmado por Moita Lopes (1996) e reforçado por Fidalgo et al. (2022), a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo exige o engajamento de educadores, famílias, gestores e sociedade como um todo. A busca pela equidade e diversidade é uma missão coletiva que não apenas beneficia os indivíduos com deficiência, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

A trajetória em direção à educação inclusiva representa um compromisso que transcende o âmbito educacional. Ela molda uma sociedade mais sensível, compassiva e disposta a valorizar as diferenças. À medida que avançamos nessa jornada, é essencial lembrar que cada passo dado em direção à inclusão é um passo em direção a um futuro mais igualitário e harmonioso (Nietzsche, 2000; Fidalgo, 2016, 2018; Corrêa e Rodrigues, 2016; Santos e Vieira, 2017; Albuquerque, 2017; Fernandes, 2020; Pavani, 2010; Moita Lopes, 1996).

Refletindo sobre o pensamento de Santos e Vieira (2017), fica evidente que o conhecimento sobre as características do espectro autista desempenha um papel crucial na promoção da aceitação. Essa compreensão se aplica de maneira análoga à inclusão na escola, pois para aprimorar as condições dos alunos com autismo, o caminho mais eficaz é o da informação. Preparar tanto os alunos quanto os professores sobre essa deficiência é a abordagem mais efetiva para alcançar a inclusão genuína.

O momento chegou em que tanto a escola quanto a sociedade devem reavaliar suas posturas, modernizar-se e transformar-se em relação às atitudes verdadeiramente inclusivas e de qualidade. Essa transformação é exigida não apenas pelo exercício da cidadania, conforme preconiza a Constituição, mas também é uma questão de cunho humanitário. Conforme defendido por Fidalgo (2016, 2018), a aceitação e valorização das diferenças são pilares essenciais para a construção de

uma sociedade mais justa e inclusiva.

A educação desempenha um papel fundamental no fomento ao respeito pelas diferenças, capacitando tanto os alunos quanto os educadores para compreenderem e apoiarem a diversidade. Segundo Moita Lopes (1996) e Corrêa e Rodrigues (2016), a adoção dessa abordagem não apenas atende a um imperativo ético, mas também contribui para a formação de um ambiente escolar enriquecedor, inclusivo e empático, onde todos os indivíduos têm a chance de aprender, crescer e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e harmônica.

A construção de uma educação inclusiva demanda um esforço coletivo de transformação, como destacado por Fidalgo et al. (2022). É imperativo superar os obstáculos históricos que perpetuaram a exclusão e marginalização das pessoas com deficiência, incluindo aquelas no espectro autista. Isso envolve uma revisão das práticas pedagógicas, dos currículos e dos ambientes escolares para atender às necessidades individuais de cada aluno.

A formação dos educadores desempenha um papel central nesse processo, conforme Pavani (2010) e Albuquerque (2017) enfatizam. Oferecer capacitação e orientação é fundamental para que os professores compreendam as características do autismo, desenvolvam estratégias de ensino diferenciadas e criem ambientes acolhedores e inclusivos. Além disso, a sensibilização dos colegas de classe é crucial para fomentar a empatia, amizade e colaboração entre todos os estudantes.

A inclusão na escola deve transcender a mera formalidade, como apontado por Fidalgo (2016, 2018). É necessário um compromisso genuíno com o desenvolvimento integral de cada aluno. Isso implica na eliminação de barreiras físicas, comunicativas e atitudinais, além da criação de oportunidades para a participação plena nas atividades escolares e sociais. Somente quando cada aluno se sente valorizado, respeitado e reconhecido em sua singularidade, podemos afirmar que a inclusão está sendo verdadeiramente efetivada. Conforme Moita Lopes (1996) destaca, essa é uma jornada coletiva que exige engajamento contínuo de todos os atores envolvidos na educação inclusiva.

A construção de uma sociedade inclusiva começa na escola. Ao proporcionar uma educação de qualidade e acessível a todos, estamos construindo as bases para um futuro mais igualitário e respeitoso. A jornada rumo à inclusão é desafiadora, mas é uma jornada que vale a pena ser trilhada. Ao abraçar a diversidade e promover uma educação inclusiva, estamos construindo um mundo onde todos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir para um futuro mais justo e acolhedor.

Certamente, o espectro autista e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) são elementos cruciais na batalha pela inclusão. A compreensão profunda do autismo e de suas características singulares é essencial para assegurar que as estratégias e

abordagens educacionais sejam eficazes e respeitem a individualidade de cada aluno.

A abordagem educacional para crianças com TEA deve ser pautada pela diversidade e personalização, conforme discutido por Albuquerque (2017). Reconhece-se que as reações e necessidades dessas crianças são únicas, uma vez que cada uma possui sua subjetividade e particularidades. Portanto, a adaptação do currículo para atender às demandas do TEA requer uma consideração minuciosa e sensível das características de cada aluno.

Aproximar-se dos estudantes e de suas famílias é um passo crucial nesse processo, como ressaltado por Pavani (2010). O conhecimento profundo do aluno e de sua história é fundamental para desenvolver abordagens de ensino eficazes e adequadas às suas necessidades específicas. A colaboração entre professores, profissionais de saúde e familiares é de extrema importância para obter insights sobre os diagnósticos e intervenções que foram realizados, o que pode ser valioso ao adaptar o currículo (ALBUQUERQUE, 2017).

A linguagem e os códigos de comunicação desempenham um papel central na educação de crianças autistas, como destacado por Fernandes (2020). Cada indivíduo no espectro pode apresentar diferenças significativas em sua forma de se comunicar e interagir. Portanto, os educadores devem estar cientes das particularidades de cada aluno, buscando maneiras de se comunicar de maneira eficaz e respeitosa (FIDALGO, 2016; CORRÊA E RODRIGUES, 2016).

Ao abraçar uma abordagem inclusiva, que valoriza a individualidade e promove a compreensão mútua, estamos contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz para todos os alunos, incluindo aqueles no espectro autista (FIDALGO et al., 2022). O conhecimento profundo, o respeito e a colaboração são os pilares que sustentam essa jornada em direção à inclusão verdadeira e significativa.

No próximo segmento, abordaremos a relevância da linguagem e seus efeitos na inclusão das pessoas no espectro autista na sociedade. Vamos considerar que a linguagem engloba mais do que apenas a verbalização de palavras, como exemplificado na situação em que uma criança autista é exposta ao som de fogos de artifício. Mesmo que essa criança não expresse verbalmente seu desconforto, suas reações físicas evidenciam claramente o impacto emocional do barulho.

Isso ressalta a importância de uma abordagem sensível em relação à linguagem ao lidar com a inclusão de indivíduos autistas. Para muitas pessoas no espectro, a linguagem vai além das palavras ditas. Ela engloba as emoções, as reações sensoriais, as expressões faciais e corporais, bem como as formas alternativas de comunicação (FERNANDES, 2020; MOITA LOPES, 1996).

Compreender a linguagem no contexto do autismo envolve reconhecer as

complexidades da comunicação não verbal. Isso inclui entender que estímulos sensoriais específicos podem provocar reações emocionais e físicas intensas, mesmo que essas reações não sejam comunicadas por meio das palavras convencionais (FERNANDES, 2020).

Portanto, ao discutir a inclusão de pessoas autistas na sociedade, é fundamental reconhecer a diversidade das formas de linguagem. Isso implica respeitar e compreender as maneiras únicas pelas quais os indivíduos autistas se comunicam e interagem com o mundo ao seu redor. Ao adotar essa abordagem, estamos contribuindo para a criação de um ambiente inclusivo e empático, onde todos possam se sentir compreendidos e valorizados, independentemente de como se expressam.

4.2 A linguagem como elemento de inclusão

A discussão sobre inclusão tem ganhado destaque nos últimos anos, tanto na sociedade em geral quanto no âmbito acadêmico. No entanto, apesar do discurso romântico em torno da inclusão, é importante reconhecer que a prática nem sempre é efetiva devido a diversos obstáculos. No contexto da inclusão de pessoas autistas, um dos desafios encontrados está relacionado à linguagem, cuja forma de utilização pode tornar-se excludente em determinadas situações.

Fidalgo (2016 e 2018) ressalta que a inclusão vai além de proporcionar um espaço físico acessível, requerendo a adaptação de recursos e procedimentos que garantam o acesso e a permanência inclusiva das pessoas com deficiência. Geralmente, a inclusão é determinada pela presença de indivíduos com deficiência, mas a verdadeira inclusão envolve a flexibilização das estruturas e a conscientização de toda a sociedade.

Nesse contexto, é crucial reconhecer que a inclusão é uma abordagem interdisciplinar que abarca diversos campos do conhecimento, incluindo a psicologia social, antropologia, sociologia e estudos linguísticos. No caso específico da inclusão de pessoas autistas, compreender suas particularidades na comunicação é essencial para uma inclusão efetiva tanto na escola quanto na sociedade (FIDALGO *et al.*, 2022).

As crianças autistas frequentemente enfrentam dificuldades ao compreender certos aspectos da comunicação, uma vez que as palavras para elas possuem significados concretos e literais. A falta de resposta do bebê autista aos estímulos comunicativos dos pais pode ser um sinal que contribui para um possível diagnóstico precoce do transtorno. Além disso, a interpretação da linguagem corporal pode ser um desafio para muitos autistas, já que muitos deles têm dificuldade em compreender sinais não explícitos ou indiretos, como indiretas ou ironias presentes na fala. A

incapacidade de manter contato visual durante conversas é outro exemplo de dificuldade que pode surgir devido à natureza da interação social e das particularidades sensoriais (BOSA, 2002).

É fundamental que a sociedade compreenda essas complexidades na comunicação das pessoas autistas. A falta de consciência dessas particularidades pode levar a mal-entendidos e isolamento involuntário. Assim, promover a conscientização e adotar práticas de comunicação mais inclusivas são passos importantes para construir um ambiente empático e acolhedor para as pessoas com autismo.

Ao reconhecer e respeitar as diferentes formas de comunicação, podemos contribuir para uma inclusão mais eficaz e proporcionar um ambiente onde todas as vozes, incluindo as das pessoas no Espectro do Autismo, sejam ouvidas e valorizadas. É por meio dessa conscientização e adaptação que podemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A linguagem corporal desempenha um papel crucial na comunicação das pessoas autistas. Muitos indivíduos no espectro do autismo têm dificuldades em compreender e interpretar adequadamente os gestos e as expressões corporais, o que pode levar a mal-entendidos e desconexão social. Por exemplo, o contato visual, que é uma forma comum de comunicação não verbal na sociedade, pode ser desafiador para pessoas autistas devido a questões sensoriais e de processamento (MOON, 2010).

Para compreender essa dinâmica, é importante perceber que a linguagem corporal vai muito além de gestos e expressões faciais. Ela também engloba a postura, os movimentos do corpo e outras formas de comunicação não verbal que podem transmitir emoções, intenções e sentimentos. No entanto, a interpretação desses sinais pode variar significativamente para as pessoas autistas em comparação com os neurotípicos (LARSSON et al., 2019).

Um estudo realizado por Larsson e colegas (2019) revelou que indivíduos autistas têm uma tendência a interpretar a linguagem corporal de forma mais literal e concreta, dificultando a compreensão das nuances e sutilezas presentes nas interações sociais. Isso pode resultar em situações em que as intenções não são compreendidas corretamente e, conseqüentemente, afetar a qualidade das relações interpessoais.

Ao adotar uma abordagem inclusiva, é fundamental reconhecer as dificuldades na interpretação da linguagem corporal por parte das pessoas autistas. Isso requer uma maior conscientização por parte da sociedade, incluindo educadores, familiares e colegas de classe. Além disso, é importante promover estratégias de comunicação que sejam mais claras e explícitas, evitando o uso excessivo de ironias, sarcasmo e

indiretas.

Em ambientes educacionais, como escolas, a conscientização sobre a interpretação da linguagem corporal das pessoas autistas deve ser incorporada ao currículo e à formação de professores. Essa conscientização pode ajudar a criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo, onde todos os alunos tenham a oportunidade de se comunicar e se relacionar de maneira eficaz.

Dessa feita, a linguagem corporal desempenha um papel vital na inclusão das pessoas autistas, e a compreensão de suas particularidades na interpretação desses sinais não verbais é essencial para promover interações significativas e relacionamentos saudáveis. Com uma abordagem sensível e consciente, podemos construir um ambiente onde a linguagem corporal seja uma ferramenta de comunicação eficaz para todos, independentemente de suas diferenças (LARSSON et al., 2019).

Além da linguagem corporal, é importante reconhecer que as pessoas autistas também podem ter dificuldades na expressão verbal. A comunicação verbal envolve não apenas a escolha das palavras, mas também o tom de voz, ritmo e entonação. Para muitos indivíduos no espectro do autismo, esses aspectos podem ser desafiadores de compreender e utilizar de maneira adequada (FERNANDES, 2020).

Em muitos casos, pessoas autistas podem ter uma comunicação verbal mais direta e literal, o que pode ser interpretado por outras pessoas como falta de empatia ou sensibilidade. No entanto, é crucial entender que essa forma de comunicação não é uma escolha consciente, mas sim uma característica da maneira como processam e compreendem as informações (MOON, 2010).

Para criar um ambiente inclusivo, é essencial que a sociedade como um todo se conscientize dessas particularidades na comunicação das pessoas autistas. Educadores, familiares e colegas de classe podem desempenhar um papel fundamental ao adotar uma abordagem que valorize e respeite a forma de se comunicar de cada indivíduo (FIDALGO, 2018).

Nas escolas, por exemplo, os professores podem implementar estratégias que facilitem a comunicação eficaz para os alunos autistas. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, como imagens e diagramas, para auxiliar na compreensão de conceitos abstratos. Além disso, criar um ambiente onde os alunos se sintam confortáveis para se expressar de maneira autêntica e sem julgamentos é fundamental para promover a inclusão (FIDALGO et al., 2022).

No entanto, vale ressaltar que não existe uma abordagem única que funcione para todos os indivíduos autistas. Cada pessoa é única em suas necessidades e preferências de comunicação. Portanto, é importante promover a flexibilidade e adaptabilidade na forma como nos comunicamos e interagimos com as pessoas

autistas, garantindo que elas se sintam valorizadas e ouvidas.

Observa-se que a linguagem desempenha um papel crucial na inclusão das pessoas autistas na sociedade. Compreender as particularidades da linguagem corporal, da comunicação verbal e das formas alternativas de comunicação é essencial para promover interações mais significativas, relacionamentos saudáveis e ambientes inclusivos. Ao adotar uma abordagem sensível, empática e adaptável, podemos criar um mundo onde todas as vozes tenham espaço e onde as diferenças sejam valorizadas (FERNANDES, 2020; MOON, 2010; FIDALGO et al., 2022).

Além disso, a linguagem também inclui o uso de Sistemas Alternativos e Aumentativos de Comunicação (SAAC), que são especialmente relevantes para aqueles que têm dificuldades significativas na fala. Esses sistemas podem envolver o uso de pranchas de comunicação com símbolos visuais, aplicativos de comunicação em dispositivos eletrônicos ou outros métodos que auxiliam a expressão e a compreensão.

Portanto, a linguagem vai muito além das palavras, sendo uma ferramenta essencial para a inclusão das pessoas com Espectro Autista na sociedade. A compreensão das diversas formas de comunicação e a adaptação da linguagem são passos cruciais para construir um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde cada indivíduo possa se expressar e se conectar de maneira significativa com os outros (FERNANDES, 2020).

4.3 Linguística Aplicada Crítica

A Linguística Aplicada (LA) tem evoluído significativamente desde os anos 90, ampliando suas definições e abordagens para abranger uma gama mais diversificada de contextos e necessidades linguísticas. No início deste século, a emergência da Linguística Aplicada Crítica (LAC) trouxe uma nova perspectiva que enfatiza as dimensões políticas, sociais e ideológicas da linguagem e da educação.

Segundo Canagarajah (2005), a LAC é uma abordagem que vai além do ensino de línguas estrangeiras, concentrando-se na análise crítica das relações de poder presentes na linguagem e na educação. A LAC busca entender como a linguagem é usada para construir identidades, impor hierarquias e promover ou prejudicar inclusão e igualdade.

A abordagem da LAC reconhece a complexidade das interações linguísticas e pedagógicas, levando em consideração questões de gênero, raça, classe social, nacionalidade e outras formas de diversidade. Isso é particularmente relevante para o contexto da inclusão de pessoas com Espectro Autista, pois a LAC oferece ferramentas para analisar como as práticas linguísticas podem influenciar a inclusão

ou exclusão desses indivíduos na sociedade.

Além disso, a LAC também promove o empoderamento das comunidades linguisticamente minoritárias e marginalizadas, incluindo pessoas com deficiência, ao questionar discursos hegemônicos e promover a diversidade linguística e cultural (PENNYCOOK, 2001).

Moita Lopes (1996, p. 19), por sua vez, caracteriza a LA como pesquisa que possui natureza aplicada em Ciências Sociais, foca na linguagem do ponto de vista processual, é interdisciplinar e mediadora, envolvendo formulações teóricas e utilizando métodos de investigação de base positiva e interpretativista. Fernandes (2020), por sua vez, destaca a relevância da linguagem como sistema simbólico que codifica, estrutura e consolida dados sensoriais, permitindo a troca de informações e a construção de canais de comunicação.

Portanto, a abordagem da Linguística Aplicada Crítica tem o potencial de enriquecer a compreensão da inclusão de pessoas com Espectro Autista na sociedade, oferecendo uma análise profunda das práticas linguísticas e educacionais e destacando as dimensões políticas e sociais que moldam essas interações (CANAGARAJAH, 2005; PENNYCOOK, 2001).

Nesse contexto, a LAC oferece uma lente crítica para examinar como as atitudes, discursos e práticas linguísticas podem influenciar diretamente a inclusão ou a exclusão das pessoas com Espectro Autista na sociedade e na educação. Ao considerar as questões de poder, desigualdade e marginalização, a LAC nos incentiva a questionar as normas linguísticas dominantes e a buscar formas mais inclusivas e sensíveis de interação comunicativa.

A LAC também ressalta a importância de uma abordagem interdisciplinar, que envolva diferentes campos do conhecimento, como a Psicologia, a Educação e a Sociologia, para entender plenamente as complexidades das experiências das pessoas com Espectro Autista. Além disso, a inclusão de vozes desses indivíduos e de suas famílias é fundamental para informar as práticas linguísticas e educacionais mais adequadas.

No contexto da educação inclusiva, a LAC pode fornecer diretrizes valiosas para o desenvolvimento de currículos adaptados, estratégias de ensino sensíveis e abordagens de comunicação que atendam às necessidades individuais dos alunos com Espectro Autista. Isso inclui o reconhecimento da diversidade de estilos de comunicação, incluindo formas não verbais, visuais e assistivas, para garantir a participação plena e efetiva desses alunos na sala de aula (CANAGARAJAH, 2005).

Em linhas gerais, a Linguística Aplicada Crítica representa um avanço significativo na compreensão da linguagem como um elemento fundamental de inclusão das pessoas com Espectro Autista. Ao considerar as dimensões políticas,

sociais e culturais da linguagem e da educação, a LAC nos capacita a adotar práticas linguísticas mais inclusivas, sensíveis e capacitadoras, promovendo uma verdadeira participação e igualdade para todos os indivíduos (MOITA LOPES, 1996; FERNANDES, 2020; CANAGARAJAH, 2005; PENNYCOOK, 2001).

4.4 A linguagem do Corpo

A compreensão da linguagem vai muito além da mera verbalização, abrangendo também os sinais e gestos expressos pelo corpo. Como defende Renaud (1999, p.1182), há uma interconexão profunda entre a linguagem e o corpo humano: "O homem é a articulação de duas ordens: a do corpo e a da linguagem." Nesse sentido, compreender a dinâmica da linguagem manifestada pelo corpo torna-se uma abordagem intrigante e significativa.

Pavani (2010) destaca a complexidade dos códigos de linguagem do corpo e a dificuldade em compreendê-los plenamente, incluindo os gestos e expressões não verbais. Contudo, é crucial reconhecer a importância intrínseca do corpo no processo de desenvolvimento humano. O corpo humano não apenas reflete a consciência de si mesmo, mas também desempenha um papel vital no reconhecimento e interação com os outros. A linguagem corporal pode ser expressa por meio de várias formas artísticas, como a dança, a música e a pintura.

Através da arte, por exemplo, o corpo pode se tornar um meio de comunicação poderoso, capaz de transmitir emoções, sentimentos e significados que muitas vezes não podem ser facilmente expressos por palavras. A dança, a música e a pintura proporcionam meios alternativos de comunicação e expressão, permitindo que as pessoas autistas encontrem formas criativas e significativas de se comunicar e interagir com o mundo ao seu redor.

Compreender a linguagem do corpo e suas expressões é essencial para uma abordagem inclusiva, pois reconhece a diversidade das formas de comunicação e oferece oportunidades para que todas as pessoas, independentemente de suas características individuais, possam se expressar e se conectar com os outros de maneira autêntica e enriquecedora.

Os gestos frequentemente precedem a verbalização na linguagem, como destacado no relato de Nietzsche (2000), que afirma que é necessário entender que a fala é apenas uma evolução dos gestos, isto é, dos movimentos expressivos das mãos e dos rostos. Originalmente, era uma ação e só gradualmente se transformou em uma descrição de ação, à medida que os gestos que originalmente a acompanhavam foram simplificados.

Nesse mesmo contexto, Nietzsche (2000) também argumenta que:

Mais antiga que a linguagem é a imitação dos gestos, que acontece involuntariamente e que ainda hoje, com toda a supressão da linguagem gestual e a educação para controlar os músculos, é tão forte que não podemos ver um rosto que se altera sem que haja excitação do nosso próprio rosto (podemos observar que um bocejo simulado provoca em quem o vê, um bocejo natural). O gesto imitado reconduzia o imitador ao sentimento que expressava no rosto ou no corpo do imitado. (NIETZSCHE, 2000, p. 144).

Essa perspectiva enfatiza a importância dos gestos como a forma original e primordial de comunicação humana. Ao longo da evolução, os gestos foram a base para a linguagem verbal, desempenhando um papel essencial na expressão de pensamentos, emoções e intenções. Mesmo com o desenvolvimento da linguagem falada, os gestos ainda desempenham um papel fundamental na comunicação humana, muitas vezes transmitindo significados que podem ser mais intensos e imediatos do que as palavras.

Na inclusão de pessoas autistas, é crucial compreender e valorizar a linguagem dos gestos, uma vez que essa forma de comunicação frequentemente se mostra mais acessível e confortável para elas. Reconhecer a relevância dos gestos e sua conexão intrínseca com a linguagem verbal desempenha um papel fundamental na promoção de uma comunicação mais eficaz e inclusiva, abrangendo todas as pessoas, independentemente de suas habilidades comunicativas.

De acordo com Pavani (2010), a linguagem dos gestos é uma via significativa de expressão para crianças com autismo. Ela ressalta que muitas vezes essa forma de comunicação se torna um canal mais compreensível e satisfatório para esses indivíduos, permitindo-lhes expressar seus sentimentos, comportamentos e desejos de maneira mais direta e eficaz.

Considerando que os gestos constituem uma linguagem corporal, é imperativo estar atento aos sinais e gestos manifestados pelas crianças com autismo. Esses gestos não verbais se traduzem como uma expressão das emoções e sensações dessas crianças (PAVANI, 2010). Essa abordagem reconhece que a comunicação vai além das palavras faladas e se manifesta através de diversas formas de expressão.

Mesmo que alguns gestos sejam involuntários, é fundamental observá-los, pois eles fornecem um insight valioso sobre o estado emocional e as necessidades das crianças autistas. A compreensão desses gestos não apenas aprimora a interação entre educadores, colegas e familiares, mas também contribui para um ambiente inclusivo e empático, onde todas as formas de comunicação são valorizadas (FERNANDES, 2020).

Reconhecer a importância da linguagem dos gestos na inclusão de pessoas autistas, estamos reforçando nosso compromisso com uma comunicação mais aberta e acessível. Essa abordagem contribui para um ambiente educacional e social que

acolhe as diversas maneiras pelas quais os indivíduos se expressam, enriquecendo a experiência de todos os envolvidos.

A Declaração de Salamanca enfatiza a necessidade de capacitar profissionais em todos os setores da sociedade para a inclusão por meio de políticas afirmativas, algo respaldado pelas leis vigentes no Brasil. Na atual legislação brasileira, a inclusão assume um papel central. Nesse contexto, é fundamental destacar a importância de abordar a linguagem corporal das crianças com autismo, considerando as dificuldades de comunicação que envolvem a verbalização em situações públicas (PAVANI, 2011).

Nesse sentido, compreender a linguagem do corpo das crianças com autismo é uma via crucial para estabelecer uma comunicação mais eficaz e inclusiva. A linguagem não verbal desempenha um papel fundamental na expressão das necessidades e das emoções dessas crianças, oferecendo um meio alternativo de se comunicar quando a verbalização é desafiadora.

A linguagem do corpo, por meio de gestos, expressões faciais e posturas, permite que as crianças com autismo compartilhem suas experiências e interajam com o ambiente e com os outros. Ao decifrar esses gestos, os educadores e profissionais podem acessar uma gama mais ampla de informações sobre o estado emocional, as preferências e as reações das crianças, promovendo uma compreensão mais profunda e um atendimento mais efetivo.

A valorização da linguagem do corpo desempenha um papel significativo na construção de ambientes inclusivos e acolhedores (FERNANDES, 2020). Ao reconhecer e respeitar os gestos e sinais das crianças com autismo, estamos fomentando uma cultura de respeito pela diversidade e pela singularidade de cada indivíduo (FIDALGO, 2016; FERNANDES, 2020). Esse aspecto ganha relevância especialmente em contextos educacionais, onde a linguagem do corpo se apresenta como um recurso valioso para a interação e o aprendizado, contribuindo para tornar o ambiente escolar mais inclusivo e enriquecedor para todos os alunos.

De forma abrangente, a linguagem do corpo desempenha um papel central na inclusão das crianças com autismo na sociedade e na educação (PAVANI, 2010). Ela proporciona uma janela através da qual é possível entender suas emoções e necessidades, viabilizando uma comunicação mais eficaz e empática (FERNANDES, 2020). Dedicar atenção à linguagem do corpo dessas crianças não apenas facilita a compreensão mútua, mas também contribui para a criação de ambientes inclusivos e para o estabelecimento de uma sociedade que valoriza a diversidade nas formas de expressão.

A importância de prestar atenção à linguagem corporal das crianças com autismo é ilustrada na imagem abaixo, a qual enfatiza a necessidade de

conscientização de toda a sociedade sobre essa forma de comunicação. Através da observação cuidadosa dos gestos, expressões e posturas das crianças autistas, é possível compreender suas emoções, necessidades e interações, promovendo, assim, uma comunicação mais inclusiva e empática (FIDALGO, 2016; FERNANDES, 2020). Essa conscientização é um pilar essencial na construção de ambientes acolhedores e na valorização da diversidade nas formas de expressão, contribuindo de maneira substancial para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A conscientização sobre a linguagem corporal das crianças com autismo representa um passo crucial para promover a inclusão e a compreensão desses indivíduos na sociedade. A imagem apresentada ressalta a importância de reconhecer e interpretar os sinais não verbais que essas crianças utilizam para se comunicar. Ao observar cuidadosamente seus gestos, expressões faciais e posturas, é possível captar nuances das suas emoções, necessidades e interações, contribuindo assim para um ambiente mais empático e inclusivo (FERNANDES, 2020; PAVANI, 2010).

Imagem 1 - Angústia de uma criança autista exposta ao barulho de fogos de artifícios



Fonte: <https://www.criancasespeciais.com.br/>

Essa consciência vai além do âmbito individual, alcançando a sociedade como um todo. A educação e sensibilização das comunidades são essenciais para que a linguagem corporal das crianças com autismo seja valorizada e respeitada. Isso implica na criação de ambientes inclusivos, onde todos estejam dispostos a aprender, se adaptar e se comunicar de maneira mais aberta e abrangente.

A Declaração de Salamanca, mencionada anteriormente, reforça a necessidade de preparar os profissionais de diversas áreas para a inclusão, o que também abrange o entendimento e a valorização da linguagem do corpo das crianças com autismo. A legislação brasileira atual reflete a importância da inclusão e a preocupação em oferecer suporte adequado a essas crianças, levando em consideração suas dificuldades de comunicação, como mencionado por Paviani (2011).

Portanto, a imagem ressalta a relevância de uma abordagem sensível e atenta à linguagem corporal das crianças com autismo, visando uma inclusão genuína, onde todas as formas de expressão sejam reconhecidas e valorizadas. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, empática e consciente, que acolhe e respeita a diversidade de comunicação das pessoas com autismo.

O que é considerado comum e agradável aos olhos e ouvidos da maioria não é necessariamente o mesmo para uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Isso ocorre porque pessoas com TEA frequentemente apresentam hipersensibilidade sensorial aos estímulos do ambiente. Por exemplo, sons altos que são toleráveis para a maioria das pessoas podem causar uma sobrecarga neurológica significativa em uma pessoa com TEA, podendo inclusive desencadear crises comportamentais regressivas. Essa sensibilidade sensorial pode afetar não apenas a audição, mas também outros sentidos, como o tato e o paladar.

A imagem 2 apresenta uma criança cobrindo os ouvidos, claramente perturbada com o barulho ao seu redor. Essa imagem ilustra a importância de observar a linguagem não verbal das crianças com TEA, especialmente em um ambiente escolar. Mesmo que a criança ainda não seja capaz de expressar verbalmente seu desconforto, seus gestos e comportamentos podem fornecer pistas valiosas sobre suas necessidades e sensações.

Imagem 2 - Criança cobrindo ouvido importunada com barulho



Fonte: omundoautista.uol.com.br

É importante destacar a necessidade de criar ambientes mais inclusivos e sensíveis às necessidades das pessoas com TEA. Isso implica em reconhecer que estímulos sensoriais que parecem inofensivos para a maioria podem ser aversivos e prejudiciais para indivíduos com TEA. Ao considerar essa realidade, podemos trabalhar para adaptar os ambientes e oferecer apoio para minimizar a sobrecarga sensorial e promover uma experiência mais positiva e confortável para as pessoas com TEA.

É fundamental que os professores estejam atentos a esses sinais e sejam capacitados para interpretá-los adequadamente. Trabalhar a empatia entre os colegas de sala de aula também é uma estratégia poderosa para promover a inclusão. Ao conscientizar os colegas sobre as particularidades do TEA e incentivar a compreensão e a solidariedade, é possível criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

Diante das imagens e do debate realizado, fica evidente a possibilidade de compreender a linguagem corporal das crianças autistas. No entanto, é fundamental lembrar que essa compreensão não pode ser generalizada, uma vez que cada indivíduo com autismo possui características e expressões corporais únicas.

As imagens destacam a importância de estar atento às pistas não verbais que as crianças com autismo oferecem. Gestos, expressões faciais e comportamentos podem revelar muito sobre o estado emocional, as sensações e as necessidades dessas crianças. No entanto, é crucial evitar a suposição de que todos os gestos e sinais terão o mesmo significado para todas as pessoas com autismo.

Cada criança com autismo é singular em sua expressão e forma de comunicação, apresentando uma vasta gama de variações (FERNANDES, 2020; PAVANI, 2010). Portanto, é imperativo adotar uma perspectiva sensível e individualizada para compreender e interpretar a linguagem corporal de cada aluno (Fernandes, 2020). Essa abordagem respeitosa reconhece que as crianças no espectro autista possuem maneiras únicas de se comunicar e interagir, e que suas formas de expressão podem variar amplamente (PAVANI, 2010).

A conscientização sobre a diversidade presente no espectro autista é fundamental para evitar estereótipos e preconceitos (FERNANDES, 2020; PAVANI, 2010). Essa conscientização contribui para garantir uma abordagem inclusiva que respeita as características individuais de cada criança (FERNANDES, 2020). Ao reconhecer a singularidade de cada aluno e compreender que suas formas de se comunicar podem ser diversas, promovemos um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso para todos (PAVANI, 2010).

Através da compreensão da linguagem corporal e da promoção de um ambiente empático e acolhedor, é possível criar espaços educacionais mais inclusivos e enriquecedores para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Neste sentido, Rodrigo (1987) apresenta que:

[...] um caminho possível para compreender o corpo e as práticas corporais é considerá-los como pertencendo ao universo dos símbolos e da comunicação. Partes do corpo, posturas, gestos, contatos, interação corporal, remetem a conteúdos implícitos, são significados de elaboração secundária, com propósitos não necessariamente corporais (RODRIGO, 1987, p.93).

Esta linguagem expressa pelo corpo humano só tem relevância se os códigos forem interpretados pela sociedade e, para tanto, é necessário que seja debatido nas formações docentes ou formações continuadas.

A sensibilização dos educadores para a interpretação da linguagem corporal das pessoas com Espectro Autista tem sido destacada por diversos pesquisadores brasileiros como um elemento chave para a promoção da inclusão efetiva. Como mencionado por Rodrigues (1987), compreender as formas não verbais de comunicação utilizadas por essas crianças é fundamental para que elas possam expressar suas emoções e necessidades.

Nesse contexto, é crucial promover debates e abordar a temática da linguagem corporal nas formações docentes, como apontado por Fernandes (2020). Esses espaços de aprendizagem permitem que os professores adquiram as ferramentas necessárias para reconhecer os sinais e gestos específicos utilizados pelas crianças com autismo. Dessa forma, os educadores podem adaptar suas estratégias pedagógicas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas formas de comunicação, tenham acesso pleno à educação inclusiva.

A relevância dessas discussões também é enfatizada por Paviani (2011), que ressalta que a interpretação da linguagem do corpo vai além da sala de aula, contribuindo para a formação de uma sociedade mais empática e compreensiva. Ao entenderem os gestos e sinais das crianças autistas, os colegas de classe podem participar ativamente na construção de um ambiente acolhedor e enriquecedor para todos.

Diante disso, ao considerar as contribuições de autores brasileiros como Rodrigues, Fernandes e Paviani, fica evidente que a sensibilização para a linguagem corporal das crianças com autismo é essencial para uma educação inclusiva. O debate e a reflexão sobre esse tema nas formações docentes não apenas capacitam os educadores, mas também transformam a dinâmica da sala de aula em um espaço onde todos os alunos são valorizados por suas formas únicas de comunicação, fortalecendo os laços de compreensão e empatia entre os estudantes e promovendo

uma educação mais igualitária e enriquecedora.

Durante os primeiros anos de vida, na fase da primeira infância, as primeiras formas de comunicação de um indivíduo geralmente se manifestam por meio de gestos e expressões corporais, muitas vezes guiadas pelas interações com os pais. No contexto do autismo, é notável a frequente falta de respostas dos bebês aos estímulos oferecidos pelos pais, um indicador que pode ser crucial no diagnóstico precoce desta condição (BOSA, 2002).

Um dos desafios que as pessoas com autismo enfrentam está relacionado à compreensão da linguagem corporal. Muitas vezes, têm mais facilidade em decodificar expressões faciais explícitas, como sorrisos representando felicidade ou choro denotando tristeza, enquanto sutilezas na linguagem do corpo podem passar despercebidas (FERNANDES, 2020). Isso faz com que a comunicação através de gestos seja uma habilidade complexa para muitos autistas, uma vez que interpretar sinais que não são imediatamente claros pode ser desafiador.

Ainda mais, a comunicação verbal também pode ser um obstáculo, uma vez que implica na compreensão de elementos mais abstratos da linguagem. Como observa Fernandes (2020), essa dificuldade na interpretação da linguagem corporal e gestual ressalta a importância de abordagens que melhorem as habilidades comunicativas e sociais das pessoas com autismo.

A compreensão da linguagem corporal é um aspecto crucial para a inclusão de indivíduos com autismo. A conscientização sobre as nuances das formas de comunicação utilizadas por essas pessoas é fundamental para promover uma interação mais efetiva e uma participação mais plena na sociedade.

De fato, é evidente o desafio que os indivíduos autistas enfrentam ao interpretar ou mesmo reconhecer os nuances da linguagem corporal. Isso pode resultar na dificuldade de captar indiretas ou ironias que frequentemente permeiam a comunicação verbal. A falta de percepção desses aspectos da comunicação pode impactar sua compreensão do contexto social e das interações interpessoais (FERNANDES, 2020).

Outro aspecto notável é a dificuldade que muitos autistas experimentam em expressar-se adequadamente. Um exemplo cotidiano que ilustra essa dificuldade é a questão do contato visual durante as conversas. Manter contato visual é uma convenção social comum em muitas culturas, mas para muitos autistas, essa ação pode ser desafiadora e desconfortável (BOSA, 2002). Essa dificuldade pode ser interpretada por outras pessoas como desinteresse ou falta de atenção, quando na verdade é um reflexo das particularidades da experiência sensorial dos indivíduos autistas.

É essencial que a sociedade esteja ciente dessas dificuldades e nuances na

comunicação das pessoas com autismo. A falta de compreensão dessas características pode levar a mal-entendidos e ao isolamento social involuntário desses indivíduos. Portanto, promover a conscientização sobre esses aspectos e adotar práticas de comunicação mais inclusivas pode contribuir para um ambiente mais acolhedor e compreensivo para as pessoas com autismo.

5. ANÁLISE DOS DADOS

No quinto capítulo desta pesquisa, nos aprofundaremos em uma análise meticulosa dos dados coletados, com o intuito de explorar de forma abrangente as nuances e os padrões subjacentes à inclusão de indivíduos autistas. Nesta etapa fundamental da investigação, examinamos detalhadamente os dados provenientes de diversas fontes e métodos, com o objetivo de oferecer *insights* significativos que sustentam as conclusões deste estudo. Contudo, é importante ressaltar que, antes disso, será realizada a apresentação da pesquisadora como participante deste estudo.

5.1 Apresentação da pesquisadora como participante da pesquisa - Escrevivência da psicopedagoga no atendimento de pessoas autista

Eu sou Águida Luiza Dias da Costa, uma funcionária pública do estado do Tocantins, um estado jovem e culturalmente diversificado do Brasil. Ensinar e aprender são partes essenciais da minha rotina diária, e é por meio delas que minha história é construída. Sou graduada em Letras pela Universidade do Tocantins-UNITINS, e também possuo pós-graduação em psicopedagogia e administração escolar. Atualmente, exerço a função de psicopedagoga na Clínica Escola Mundo Autista, localizada na cidade de Araguaína.

Minha trajetória profissional me levou a atuar como parte da equipe de psicopedagogia e neuropedagogia na Secretaria Municipal de Educação de Araguaína, onde forneci apoio a alunos de diversas redes de ensino, tanto públicas quanto privadas. Desde então, desenvolvi um olhar diferenciado e uma preocupação crescente com a inclusão socioeducacional de indivíduos com deficiência ou transtornos.

Em 2015, tive a oportunidade de trabalhar diretamente com crianças autistas, adolescentes e adultos com deficiências intelectuais múltiplas, através da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Minha formação em Letras proporcionou uma perspectiva enriquecedora sobre a linguagem utilizada por essas pessoas, que pode variar de acordo com o grau de autismo que apresentam.

A partir de 2021, passei a atuar como psicopedagoga na Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína, onde trabalho diretamente no atendimento a crianças autistas. Nesse período, tive a oportunidade de atender a 50 crianças autistas dos três níveis de funcionamento, todas na faixa etária entre 3 e 12 anos.

Minha jornada profissional tem sido marcada por um compromisso constante com a inclusão e o desenvolvimento pleno das pessoas autistas. Através da minha formação e experiência, busco contribuir para a compreensão da linguagem como um fator determinante na inclusão social desses indivíduos, enriquecendo assim o campo da pesquisa e prática relacionadas ao autismo.

5.2 Compreendendo o Autismo na Prática da Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína – Tocantins

Nesta seção, mergulharemos na compreensão das práticas desenvolvidas na Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína – TO. Essa introdução servirá como parte inicial da apresentação da análise de dados, que será enriquecida com imagens e informações contextuais. A partir deste ponto, aprofundaremos o contexto da pesquisa, buscando uma compreensão mais abrangente da necessidade e relevância da clínica em questão.

Atualmente, a clínica abrange 497 pacientes, dos quais 29 estão sob minha responsabilidade para terapia psicopedagógica, com sessões de 40 minutos cada. Dentro deste grupo, foram selecionados 6 pacientes para análise. Enquanto realizo essas atividades, observo que as linguagens desempenham um papel tanto na inclusão quanto na exclusão dessas pessoas em ambientes sociais e educacionais. Um exemplo ilustrativo desse impacto ocorreu ao término das atividades antes das férias, quando me despedi de uma das minhas pacientes, cujo nome é Julia Valentina, uma criança de 9 anos no nível 1 do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Júlia Valentina demonstra altas habilidades na fala e no desenho, porém enfrenta desafios na escrita e leitura. Essa situação proporcionou um cenário revelador para compreender como a linguagem desempenha um papel crucial na interação e inclusão de indivíduos com diferentes habilidades dentro do espectro autista.

Eu disse: Júlia Valentina hoje é o último dia que vamos nos ver. Esta minha fala provocou sofrimento na paciente. “Como assim tia? Último dia? Não!” percebi que ela ficou triste e respondi: Júlia Valentina, hoje é o último dia que vamos nos ver antes das férias, mas em agosto voltamos a ter nossos encontros. A criança pareceu aliviada e disse: “Nossa tia! Pensei que nunca mais ia te ver, eu não vivo sem você! Não sei por que vocês adultos não falam direito, direito as coisas.... Era só dizer. Júlia Valentina vamos ficar uns dias sem encontros aqui na clínica. Chegou as férias. Simples. Meu Deus, complicado vocês, viu?!”

Nesse momento, ao dizer a Júlia Valentina que aquele seria o último dia em que nos veríamos, percebi que ela ficou visivelmente abalada. Sua reação expressava

tristeza e preocupação. Diante disso, percebi a importância de uma comunicação sensível e precisa ao interagir com crianças autistas, como Júlia Valentina. Sua reação exemplifica como a maneira pela qual as informações são transmitidas pode ter um profundo impacto em suas emoções e entendimento, podendo evocar sentimentos de confusão, ansiedade e sofrimento.

No entanto, ao oferecer uma explicação mais completa e clara sobre a pausa nas sessões devido às férias, assim como a promessa de retomada dos encontros em agosto, observei que Júlia Valentina se acalmou e expressou alívio. Esse episódio ressalta a relevância de adotar uma abordagem comunicativa que considere a compreensão singular das crianças autistas, evidenciando como a linguagem pode ser um fator determinante na inclusão social e educacional desses indivíduos.

Esse episódio ilustra a importância de utilizar uma linguagem clara, direta e adaptada ao nível de compreensão da criança. Também destaca a necessidade de antecipar possíveis mal-entendidos e preocupações, oferecendo informações que reduzam a ansiedade e o sofrimento emocional.

Além disso, a reação de Júlia Valentina, ao questionar por que os adultos não falam de maneira mais simples e direta, ressalta a importância da comunicação acessível e a necessidade de considerar a perspectiva da criança ao transmitir informações. Isso demonstra a importância de se ajustar a linguagem de acordo com a capacidade de compreensão da criança, evitando ambiguidades e preocupações desnecessárias.

Portanto, assim como Paviani (2010), o relato enfatiza a importância de uma comunicação sensível e adaptada ao lidar com crianças autistas, respeitando suas perspectivas e necessidades para evitar mal-entendidos, ansiedade e sofrimento emocional. Isso não apenas contribui para uma comunicação mais eficaz, mas também para promover a inclusão e o bem-estar dessas crianças.

5.2.1 Explorando a prática através das atividades realizadas com crianças autistas

As atividades mencionadas requerem o uso do pensamento cognitivo em conjunto com a comunicação. A interação lúdica por meio de brinquedos pedagógicos, jogos, quebra-cabeças, desenhos e outras atividades manuais não apenas estimula o desenvolvimento cognitivo das crianças autistas, mas também promove a expressão da linguagem de maneira contextualizada e significativa.

Arruda e Marques (2007) enfatizam a importância dessas interações lúdicas como um meio de facilitar a comunicação e a interação das pessoas autistas. Essas atividades não só auxiliam no aprimoramento de habilidades cognitivas, como também proporcionam oportunidades para que a linguagem seja utilizada de maneira funcional

e adaptada às necessidades individuais de cada criança.

A equipe de psicopedagogia da Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína – TO reconhece a relevância dessas práticas e busca constantemente criar um ambiente lúdico que seja propício para o desenvolvimento dos autistas. Através da terapia com materiais lúdicos, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes formas de interação, expressão e comunicação, tudo isso em um contexto adaptado às suas características e necessidades específicas.

As atividades implementadas na clínica demonstram resultados palpáveis no contexto terapêutico. Ao promover a participação ativa das crianças em situações lúdicas, a equipe observa transformações significativas no desenvolvimento cognitivo, na comunicação e na interação desses indivíduos. As imagens que seguem ilustram essa abordagem eficaz e a maneira como ela impacta positivamente as crianças autistas, evidenciando o compromisso da clínica em proporcionar um ambiente inclusivo e enriquecedor.

Imagem 3 - Victor Hugo, 5 anos, nível 2.



Victor Hugo apresenta dificuldade na fala e por isso se expressa através de objetos.

Fonte: Imagem capturada pela pesquisadora.

Na imagem apresentada, é possível observar uma criança que se comunica por meio de objetos. Esse tipo de comunicação não verbal é uma estratégia frequentemente utilizada por crianças autistas, especialmente aquelas que apresentam dificuldades na fala. Compreender e interpretar os sinais e gestos utilizados por essa criança é de suma importância para que ela se sinta verdadeiramente incluída na relação professor-aluno.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar que a comunicação das crianças autistas abrange uma gama diversificada de formas e meios, indo além da linguagem verbal tradicional. Compreender a variedade dessas expressões é essencial para os educadores e profissionais de saúde, pois permite uma interação mais eficaz e significativa. A comunicação pode se manifestar por meio de gestos, expressões faciais, comunicação não verbal e até mesmo por sistemas alternativos, como comunicação por imagens ou dispositivos de comunicação assistiva. Portanto, ao considerar a comunicação das crianças autistas, é importante adotar uma abordagem abrangente que valorize todas essas formas de expressão, facilitando a conexão e o entendimento mútuos.

A comunicação através de objetos não apenas permite que a criança expresse suas necessidades, desejos e pensamentos, mas também demonstra sua criatividade na busca por meios alternativos de se comunicar. Ao reconhecer e valorizar esses sinais, os profissionais da Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína – TO demonstram um comprometimento genuíno com a inclusão e a compreensão das formas singulares de expressão das crianças autistas.

Essa abordagem não apenas promove uma comunicação mais eficaz entre a equipe terapêutica e a criança, mas também contribui para o desenvolvimento das habilidades sociais e da autoestima da criança. Ao se sentir compreendida e respeitada em sua maneira única de se comunicar, a criança é incentivada a participar ativamente das atividades terapêuticas e interações sociais, promovendo assim uma maior inclusão e engajamento no ambiente da clínica.

Essa prática exemplifica como a compreensão da linguagem não verbal e o reconhecimento das formas alternativas de comunicação podem contribuir significativamente para a inclusão e a promoção do desenvolvimento das crianças autistas. As ações da equipe da Clínica Escola Mundo Autista ilustram a importância de um ambiente sensível e adaptado, que valoriza e potencializa as habilidades de cada indivíduo, independentemente de suas diferenças na forma de se comunicar.

Imagem 4 - Julia Gabrielly, 11 anos, nível 2



Júlia Gabrielly utilizando fantoche
Fonte: Imagem capturada pela pesquisadora.

A imagem apresentada revela uma criança que se comunica por meio de bonecos de fantoches, uma prática frequentemente adotada na Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína – TO. Os fantoches têm um papel crucial no processo terapêutico, pois proporcionam às crianças um canal alternativo de comunicação e expressão. Ao manipular os bonecos, a criança é capaz de se distanciar da sua própria identidade e adentrar em um mundo imaginário, onde se sente mais à vontade para expressar emoções, pensamentos e desejos.

A utilização de fantoches nesse contexto é uma estratégia que visa criar um ambiente seguro e estimulante para a criança autista. Ao se identificar com os personagens dos fantoches ou ao criar suas próprias narrativas, a criança pode explorar suas próprias experiências e sentimentos de maneira mais lúdica e livre. Esse processo de "falar através" dos bonecos permite que a criança aborde tópicos que talvez fossem difíceis de discutir diretamente, facilitando a expressão de suas preocupações e interesses.

Além disso, a interação com os fantoches promove a socialização e a compreensão de diferentes perspectivas. A criança pode experimentar diferentes papéis e cenários durante as brincadeiras, desenvolvendo habilidades sociais, empatia e imaginação. Ao mesmo tempo, a abordagem do terapeuta ao usar os bonecos como intermediários ajuda a construir uma relação de confiança e

proximidade com a criança, criando um espaço seguro para a comunicação e o desenvolvimento.

Portanto, a estratégia de utilizar fantoches como parte das práticas terapêuticas na Clínica Escola Mundo Autista ilustra a importância de abordagens criativas e adaptadas para promover a inclusão e o desenvolvimento das crianças autistas. Essa abordagem não apenas facilita a comunicação, mas também oferece uma oportunidade para a criança explorar seu mundo interno e construir habilidades sociais fundamentais.

Imagem 5 - Diemyson, 6 anos, nível 1.



Diemyson trabalha com um personagem que é o "chapéu colorido"
Fonte: Imagem capturada pela pesquisadora.

Como pode ser observado na imagem acima, a criança autista está engajada em uma atividade que envolve interação com o personagem "Chapéu Colorido". Essa prática não apenas capturou o interesse da criança, mas também a motivou a iniciar um diálogo e construir uma narrativa em torno do personagem. Nesse contexto, o uso do "Chapéu Colorido" se revelou como uma ferramenta eficaz para estimular a comunicação verbal e a expressão da criança.

Durante essa interação, diversos estímulos linguísticos foram trabalhados de forma integrada e natural. A criança não apenas explorou o uso das cores ao nomear o chapéu, mas também praticou a pronúncia dos nomes das cores, letras e palavras relacionadas. Além disso, ao construir uma história em torno do personagem, a criança desenvolveu suas habilidades de organização e sequenciação de eventos, enriquecendo sua linguagem e narrativa.

É importante destacar que, por meio dessa atividade, a criança não apenas

adquiriu conhecimento sobre cores e elementos linguísticos, mas também fortaleceu sua capacidade de interagir, se expressar e se engajar em um diálogo estruturado. O uso do "Chapéu Colorido" como uma ferramenta terapêutica ilustra como atividades lúdicas e adaptadas podem potencializar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças autistas, proporcionando um ambiente inclusivo e estimulante para aprimorar suas habilidades linguísticas e sociais.

Imagem 6 - Antônio Augusto, 5 anos, nível 2, não verbal.



Antônio Augusto iniciando verbalização.
Fonte: Imagem capturada pela pesquisadora.

O uso do quebra-cabeça, como observado na imagem 6, desencadeia um processo de estimulação cognitiva na criança autista. Essa atividade vai além do simples encaixe de peças, pois envolve um conjunto complexo de processos mentais que contribuem para o desenvolvimento integral da criança. O estímulo cognitivo refere-se à ativação das funções mentais superiores, como a atenção, memória, raciocínio, resolução de problemas e percepção.

Ao trabalhar com o quebra-cabeça, a criança é desafiada a analisar as peças, reconhecer padrões, identificar formas e cores, e, finalmente, encaixar as peças de forma coerente para formar a imagem completa. Esse processo demanda concentração, atenção aos detalhes e habilidades de resolução de problemas. Ao longo dessa interação, a criança aprimora sua capacidade de visualizar mentalmente as partes e o todo, exercitando sua memória visual e espacial.

Além disso, a atividade com quebra-cabeça também contribui para o desenvolvimento da linguagem, especialmente no que diz respeito à comunicação não verbal e à linguagem corporal. Durante a atividade, a criança pode expressar suas emoções, gestos e interações de forma não verbal, criando um espaço para a expressão de suas necessidades e desejos. Essa linguagem corporal é uma parte

crucial da comunicação e interação social, e a atividade com o quebra-cabeça oferece uma oportunidade para a criança explorar e aprimorar essa forma de expressão.

Além disso, o quebra-cabeça também trabalha outras habilidades, como o desenvolvimento do equilíbrio e coordenação motora, uma vez que a criança manipula as peças para encaixá-las adequadamente. A compreensão de regras e a superação de desafios são aspectos intrínsecos à atividade, o que favorece o desenvolvimento de capacidades cognitivas mais amplas.

De modo geral, o uso do quebra-cabeça como ferramenta terapêutica oferece um ambiente rico e desafiador para estimular o desenvolvimento cognitivo da criança autista. Além disso, a atividade proporciona oportunidades para o aprendizado de regras, superação de desafios, aprimoramento da linguagem corporal e comunicação não verbal, ao mesmo tempo em que promove a aquisição de conhecimento sobre cores, formas e padrões.

Nas imagens 7 e 8, é possível observar as crianças se expressando por meio do ato de desenhar. Essa atividade proporciona uma forma prazerosa de interação para as crianças, incentivando-as a se envolverem de maneira ativa e criativa. O ato de desenhar não apenas permite que as crianças expressem seus pensamentos e emoções, mas também oferece uma plataforma para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e inclusivas.⁷

Imagem 7 - Júlia Valentina, 9 anos, Nível 1- Altas habilidades na fala e com desenhos.



Júlia Valentina desenhando. A paciente possui boa assimilação no desenho.
Fonte: Imagem capturada pela pesquisadora.

⁷ No contexto mencionado, o desenvolvimento de habilidades linguísticas se relaciona com a melhoria das capacidades de comunicação das crianças, incluindo sua capacidade de se expressar verbalmente e de compreender a linguagem utilizada ao seu redor.

Imagem 8 – Emanuely (de óculos), 7 anos, nível 1 e Sophia, 5 anos, nível 1, ambas com dificuldades na fala.



Crianças autistas em processo de aprendizagem linguístico/inclusivo.

As crianças autistas enfrentam desafios particulares ao desenvolver habilidades linguísticas e participar de ambientes inclusivos. A natureza diversificada do Transtorno do Espectro Autista (TEA) significa que não há uma única resposta ou abordagem universal para atender a todas as crianças autistas. Cada criança possui suas próprias características, interesses, pontos fortes e áreas de dificuldade.

O processo de aprendizagem linguística e inclusiva para crianças autistas envolve a consideração de diversos fatores. Isso inclui a compreensão das diferentes maneiras pelas quais as crianças autistas podem se comunicar, como a linguagem verbal, gestos, comunicação alternativa (como sistemas de comunicação por símbolos) e até mesmo a expressão facial.

A inclusão das crianças autistas também requer adaptações nos ambientes educacionais. Isso pode envolver a disponibilização de apoios visuais, rotinas previsíveis, estratégias de comunicação visual, além de professores e profissionais treinados para entender as necessidades individuais de cada criança.

Através dos desenhos, as crianças exploram e representam conhecimentos relacionados à vida diária (AVDs), o que possibilita perceber a conexão profunda entre a criança e o mundo ao seu redor. O desenho se torna um meio de expressar suas perspectivas únicas, experiências e interações com o ambiente. Além disso, o processo de desenhar promove a criatividade, a coordenação motora e a atenção aos detalhes.

Ao observar as crianças nas imagens 7 e 8 se dedicando ao desenho, é notável sua boa assimilação da atividade. O desenho se torna uma ferramenta para transmitir suas ideias e compreensões de maneira visual, proporcionando uma forma alternativa de expressão, especialmente para crianças autistas que podem ter dificuldades na comunicação verbal.

A prática de envolver crianças autistas em atividades de desenho também contribui para a aprendizagem linguística e inclusiva. Os desenhos não apenas

estimulam a criatividade, mas também podem ser explorados como pontos de partida para discussões e interações que envolvem a linguagem. O processo de desenhar e compartilhar suas criações promove a interação social, o diálogo e a construção conjunta de significados.

Dessa forma, as atividades de desenho não são apenas uma forma de expressão, mas também uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento linguístico, a interação social e a inclusão das crianças autistas no mundo que as cerca. Essas práticas ilustram a importância de abordagens lúdicas e criativas no processo terapêutico, que promovem o engajamento ativo das crianças e facilitam sua participação na comunicação e no aprendizado.

5.2.2 Explorando a prática através das narrativas de crianças autistas

Nos diálogos a seguir, extraídos das sessões de terapia psicopedagógica na Clínica Mundo Autista, é possível analisar casos concretos que evidenciam a relação entre as práticas desenvolvidas e o referencial teórico apresentado. As interações entre a psicopedagoga e as crianças refletem as abordagens utilizadas para promover o desenvolvimento linguístico e inclusivo dos pacientes autistas.

No diálogo com Victor Cauã, 9 anos, nível 1, ele questiona a diferença em seu cérebro autista e por que as pessoas o chamam de autista.

“Victor Cauã: Tia o que meu cérebro de autista tem de diferente? Por que as pessoas vivem falando que eu sou autista? Todo mundo não tem diferenças?”

Psicopedagoga: Victor Cauã, realmente ninguém é igual, você nasceu com autismo apenas

Victor Cauã: Então tia! Eu sei fazer tantas coisas. Não sei ainda ler muito bem, mas tô conseguindo, mas fico nervoso!

Psicopedagoga: Sim, Victor, você sabe fazer tantas coisas. Nossa, seus desenhos são lindos, você entende tudo de internet, de jogos que eu nem sei por onde começar.

Victor Cauã: Então, tia, eu vou falar agora que eu sou autista, mas quem não é também é diferente.

Psicopedagoga: Isso mesmo Victor. E olha, tudo ao seu tempo. Você ainda não consegue ler, mas já consegue falar muito bem, desenhar, já é independente nas atividades do dia a dia, ajuda sua mãe. Aqui mesmo comigo, você toda semana me ensina alguma coisa legal.

Victor Cauã: Sério tia??

Psicopedagoga: Sério, Victor!

Victor Cauã: Nossa!!! Tô muito feliz!”

A resposta da psicopedagoga destaca que, de fato, cada indivíduo possui suas diferenças, mas que o autismo é uma característica que o torna único. A conexão com o referencial teórico fica clara ao abordar a importância de entender e respeitar as diferenças individuais, como discutido por autores como Arruda e Marques (2007), que enfatizam a valorização da interação e da diversidade.

Ao mencionar as habilidades de João, como desenhar e sua compreensão em relação à internet e jogos, a psicopedagoga reforça a ideia de que cada indivíduo possui talentos e potenciais únicos, o que está alinhado com a perspectiva teórica apresentada. A abordagem sensível e positiva da psicopedagoga ao enfatizar as conquistas de Victor Cauã também reflete a importância de promover a autoestima e a autoconfiança das crianças autistas, conforme discutido por Doney & Bonow (2014).

O diálogo conclui com Victor Cauã expressando sua alegria e gratidão pela conversa. A interação demonstra a importância do diálogo aberto e acolhedor no processo terapêutico, que incentiva a criança a compartilhar seus pensamentos e sentimentos. Essa prática reflete a abordagem de valorizar a comunicação e interação, promovendo a inclusão e a compreensão mútua, conforme discutido no referencial teórico.

Em suma, os diálogos apresentados exemplificam como as práticas da Clínica Mundo Autista estão alinhadas com os conceitos discutidos no referencial teórico por autores como Omote *et al.* (2005), Campbell; Marino (2009); Campbell (2006); Morgan, (2001) e Doney & Bonow (2014). Eles demonstram como as abordagens lúdicas, a valorização das habilidades individuais e o diálogo aberto são aplicados para promover o desenvolvimento linguístico e inclusivo das crianças autistas. As práticas adotadas na clínica refletem uma compreensão profunda das necessidades e potenciais desses indivíduos, resultando em interações terapêuticas significativas e impactantes.

No diálogo seguinte com Heitor Almeida, 8 anos, nível 1, a situação apresenta uma perspectiva em que o referencial teórico pode ser relacionado à prática da Clínica Mundo Autista. A interação entre a psicopedagoga e José aborda a frustração dele em relação às atividades de cópia na escola. A resposta da psicopedagoga ilustra como as abordagens lúdicas e sensíveis são aplicadas para lidar com situações desafiadoras, relacionando-se com o referencial teórico apresentado.

“Psicopedagoga: Heitor, porque você está tão zangado??

Heitor Almeida: Porque hoje na escola, me fizeram copiar, copiar, copiar a aula toda ... Tô cansado e furioso!!!

Psicopedagoga: Entendo Heitor, mas escola é assim, exige atividades para nosso aprendizado.

Heitor Almeida: Mas tia Copiar o que eu não sei o que estou copiando vale?! Eu só

consigo copiar, podiam deixar levar celular e eu tirava fotos.

Psicopedagoga: Calma, Heitor, vamos respirar. Vamos fazer atividades mais relaxantes hoje, mas vamos focar no aprendizado, logo você estará entendendo o que cópia, acredite!!!”

A psicopedagoga inicia a interação mostrando compreensão pela frustração de Heitor, o que reflete a importância da empatia na abordagem terapêutica, como destacado por Doney & Bonow (2014) e por Carvalho (2002). Ao explicar que a escola exige atividades para o aprendizado, a psicopedagoga alinha a situação com a perspectiva discutida por Arruda e Marques (2007) sobre a importância de atividades lúdicas no desenvolvimento das pessoas autistas.

A resposta de Heitor evidencia a dificuldade dele em compreender a utilidade das atividades de cópia, o que ressalta a necessidade de abordagens pedagógicas que considerem a individualidade e o entendimento da criança, conforme discutido por Pavani (2010). A sugestão de Heitor em levar um celular para tirar fotos reflete seu desejo de utilizar meios que lhe sejam mais acessíveis para aprender, alinhando-se com a valorização das potencialidades individuais, discutida no referencial teórico.

A psicopedagoga responde com uma abordagem calma, sugerindo atividades mais relaxantes e ressaltando a importância do aprendizado. Essa abordagem reflete a consideração das emoções e necessidades de Heitor, o que é consistente com a abordagem sensível discutida por Pavani (2010). A ênfase no "foco no aprendizado" alinha-se ao objetivo de desenvolvimento e inclusão, como discutido por Lovass & Smith (1989), destacando que o processo educacional deve ser adaptado às necessidades individuais.⁸

O diálogo com Heitor ilustra como as práticas da Clínica Mundo Autista se relacionam ao referencial teórico, aplicando abordagens sensíveis, lúdicas e individualizadas para lidar com as dificuldades e promover o aprendizado das crianças autistas. A interação reflete a compreensão profunda das necessidades e potenciais desses indivíduos, ressaltando a importância da inclusão e do desenvolvimento linguístico por meio de abordagens pedagógicas adaptadas.

No terceiro diálogo, observamos uma interação entre a psicopedagoga e a criança autista, Emanuely, 7 anos, nível 1, com dificuldades na fala. Através desse diálogo, fica evidente como as intervenções sensíveis e encorajadoras da psicopedagoga podem ter um impacto significativo na autoestima e no

⁸ As necessidades mencionadas no contexto referem-se principalmente às necessidades específicas e à compreensão individual de Heitor, que se manifestam no seu desejo de utilizar meios mais acessíveis, como um celular, para aprender. Portanto, as necessidades de Heitor incluem a adaptação das atividades de aprendizado para torná-las mais acessíveis e significativas para ele, levando em consideração sua compreensão e suas preferências. Essa adaptação visa atender às necessidades específicas de crianças autistas como Heitor, promovendo seu desenvolvimento e inclusão no processo educacional.

desenvolvimento da criança.

“Emanuelly: Tia, tenho uma novidade para contar para senhora!

Psicopedagoga: Sério, Emanuelly?? Me conta, já estou feliz!!!

Emanuelly: Eu ganhei em 1º lugar na competição de corrida da escola, vou ganhar uma medalha de ouro....

Psicopedagoga: Nossa, que maravilha, eu disse que você é capaz de tudo que você quiser e sonhar...

Emanuelly: Sim, tia! Eu pensei no que a senhora me falou mesmo, que era para eu respirar, esquecer quem tava me olhando e correr igual quando brinco com minha cachorrinha... E corri, corri e ganhei, tia!!!!

Emanuelly: Muito obrigada, a senhora me ajudou muito. Eu vou pedir para minha mãe mandar fotos eu correndo e recebendo a medalha.

Psicopedagoga: Quero sim, Ely, vou amar....

Emanuelly: Tia, o que mais me deixou feliz não foi nem eu ganhar, sabia?

Psicopedagoga: E o que foi que deixou você mais feliz?

Emanuelly: Ai tia, foi eu não ser vista apenas como a menina autista, agora meus coleguinhas me vêem como a que corre mais... Vou continuar correndo...

Psicopedagoga: Vai sim... Você é vencedora!!!”

A psicopedagoga demonstra um interesse genuíno pelo feito de Emanuelly, o que é refletido em sua resposta entusiasmada. Essa atitude demonstra apoio e incentivo, validando as conquistas da criança. Ao mencionar a competição de corrida e a medalha de ouro, Emanuelly expressa sua realização pessoal e sua felicidade pelo sucesso.

Relacionando isso ao referencial teórico, podemos observar a importância da valorização das conquistas individuais das crianças autistas. Autores como Ferster (1961) destacam a necessidade de reconhecer e valorizar os esforços e sucessos dos estudantes, independentemente de suas habilidades. No caso de Emanuelly, sua conquista na corrida não apenas a torna mais confiante, mas também a faz ser percebida de forma positiva por seus colegas.

Além disso, essa interação também ilustra a influência da psicopedagoga na construção da autoimagem da criança. Através do diálogo, Emanuelly compartilha como aplicou as estratégias aprendidas durante as sessões, como a de respirar e se concentrar. Essas estratégias não apenas ajudaram Emanuelly a alcançar o primeiro lugar na competição, mas também a enxergar a si mesma de forma mais positiva e capaz.

No contexto da prática da Clínica Escola Mundo Autista, essa abordagem reforça a importância da comunicação eficaz e do apoio emocional para promover o

desenvolvimento e a inclusão das crianças autistas. Através de intervenções personalizadas e incentivos, a equipe da clínica contribui para que as crianças autistas construam uma autoimagem positiva e se sintam parte ativa e valorizada da comunidade escolar.

No diálogo entre a psicopedagoga e a criança autista, Davi Araújo, 5 anos, nível 2, podemos observar a dinâmica de autoconfiança e superação. A interação começa com Davi expressando sua sensação de incapacidade, afirmando repetidamente que "não consegue". Essa postura pode estar relacionada a sentimento de insegurança ou ao impacto das experiências anteriores de Davi.

"Davi: Não consigo... não consigo!"

Psicopedagoga: Davi, eu nem falei o que vamos tentar fazer e você já fala que não consegue. Quem fala para você que não consegue??

Davi: Não consigo e pronto tia!

Psicopedagoga: Vamos fazer assim, eu vou pegar aqui umas atividades e vamos fazer juntos, tá?

Davi: Tá, mas eu já disse que não consigo!

Psicopedagoga: Vamos iniciar.

Psicopedagoga: Isso, Davi! É assim que vamos construindo essa atividade.

Davi: Vou tentar agora, posso?

Psicopedagoga: Sim.. agora você.

Psicopedagoga: Terminamos!!!!

Psicopedagoga: Viu, você conseguiu!!!!

Psicopedagoga: Você consegue!

Davi: Tia, consegui mesmo, esse jogo eu conheço, tem a arca de Noé que tá na bíblia..

Psicopedagoga: Sim... Aqui temos muito o que aprender e não fale mais que não consegue..Consegue sim!"

Relacionando esse diálogo ao referencial teórico, vemos a importância das estratégias pedagógicas sensíveis e adaptadas às necessidades individuais das crianças autistas. Autores como Fernandes (2020) destacam a influência do contexto social e das interações na aprendizagem das crianças. A psicopedagoga, ao questionar quem disse a Davi que ele não consegue, demonstra uma abordagem que visa desconstruir essa crença limitante, reforçando a importância das expectativas positivas.

Além disso, a psicopedagoga utiliza uma estratégia de engajamento colaborativo ao propor a realização de atividades juntos, o que está alinhado com a abordagem interativa proposta por Dawson e Bernier (FERREIRA; MENDES, 2017). Através dessa abordagem, Davi é incentivado a se envolver na atividade e a

experimental a sensação de sucesso. A progressão da interação mostra como a psicopedagoga guia Davi, encorajando-o a tentar, a persistir e a alcançar um resultado positivo.

No contexto da Clínica Escola Mundo Autista, esse diálogo ilustra a importância de adotar uma abordagem de apoio e de construção gradual de competências para promover a participação e a aprendizagem das crianças autistas. O diálogo também destaca a importância da relação de confiança entre a criança e o profissional, o que é fundamental para o desenvolvimento de um ambiente seguro e estimulante.

5.3 Análise do Atendimento e Intervenções para Crianças Autistas: Abordagens Linguísticas e Necessidades Individuais

A pesquisa tem como objetivo central analisar a contribuição da linguagem para a inclusão e exclusão de pessoas com TEA na esfera educacional e na sociedade em geral. Partindo da hipótese de que a linguagem desempenha um papel crucial na inclusão quando os envolvidos compreendem o espectro autista e suas formas de comunicação, a pesquisa busca entender como a linguagem pode ser excludente quando não há compreensão da complexidade da comunicação autista.

A análise dos resultados revela que todos os pacientes mencionados receberam atendimento da pesquisadora por cerca de 1 a 2 anos. As intervenções aplicadas às crianças, como Julia Valentina, Júlia Gabrielly, Emanuely, Sophia, Vítor Cauã e Heitor Almeida, foram direcionadas para abordar suas necessidades individuais. Os atendimentos incluem a psicóloga Sophia, sessões de Musicoterapia para Júlia Valentina e suporte de professores auxiliares nas escolas frequentadas por essas crianças.

A maioria dos atendimentos é semanal, exceto para Heitor Almeida, que tem atendimento duas vezes por semana. Os laudos dos pacientes indicam a necessidade de intervenções como musicoterapia, fonoaudiologia e arte terapia. No entanto, a disponibilidade limitada desses serviços resulta em agendas cheias e aguardando vagas para terapias complementares.

Essa análise ressalta a complexidade das abordagens necessárias para atender às demandas individuais das crianças autistas e a demanda por recursos terapêuticos mais amplos. O tempo de acompanhamento, variando de 1 a 2 anos, reflete o compromisso contínuo da equipe em oferecer suporte abrangente para o desenvolvimento das habilidades de linguagem e inclusão.

A individualidade de cada paciente é destacada pelo direcionamento específico das terapias. Enquanto algumas crianças se beneficiam da Musicoterapia e professores auxiliares, outras recebem suporte psicológico. A constatação de que

todos os pacientes necessitam de intervenções adicionais reforça a complexidade e a demanda por abordagens multidisciplinares.

Esses achados ressaltam a necessidade de aprimorar políticas de saúde e educação para um atendimento mais abrangente e eficaz. A compreensão das demandas individuais e terapias personalizadas são cruciais para promover o desenvolvimento linguístico e inclusivo, beneficiando esses indivíduos e suas famílias. A análise dos resultados não apenas destaca progressos alcançados, mas também desafios a serem superados para garantir um ambiente favorável ao crescimento e bem-estar das crianças autistas em seu processo de aprendizagem linguística e inclusão.

Dentro desse contexto de análise de resultados, a pergunta central da pesquisa foi explorada através da investigação detalhada das interações linguísticas durante atendimentos psicopedagógicos com crianças autistas na Clínica Escola Mundo Autista. Através dessa análise, tornou-se evidente como a linguagem desempenhou um papel crucial na promoção da inclusão social e educacional dessas crianças.

Os atendimentos revelaram uma variedade de estratégias de comunicação para atender às necessidades individuais de cada criança. Além da linguagem verbal, a linguagem não verbal e adaptações comunicativas tiveram um papel vital. Profissionais empregaram técnicas visuais, gestuais e recursos adaptados para facilitar a interação das crianças com seu ambiente.

A construção de confiança entre crianças e profissionais emergiu como um fator determinante. Essa relação permitiu que as crianças se expressassem e participassem ativamente. A linguagem serviu como elo emocional e comunicativo, facilitando a participação plena nas atividades de aprendizado.

Os resultados demonstraram que as estratégias linguísticas contribuíram para o desenvolvimento progressivo das habilidades linguísticas e comunicativas das crianças. Através de abordagens individualizadas e sensíveis, houve avanços na expressão verbal, compreensão de comandos e interação.

Dessa forma, a análise confirmou a hipótese de que a linguagem é fundamental para a inclusão social e educacional das crianças autistas. Estratégias adequadas e confiança construída tornam a linguagem uma ferramenta eficaz para promover participação ativa, desenvolvimento cognitivo e emocional, e integração em atividades educacionais e sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar o presente estudo, é imperativo retomar a pergunta central que orientou este estudo: "Como a linguagem atua como ferramenta de inclusão social e educacional para crianças autistas em processo de aprendizagem?" Nossa análise das interações linguísticas durante os atendimentos psicopedagógicos na Clínica Escola Mundo Autista nos proporcionou um entendimento aprofundado dessa indagação crucial.

Por meio dessa investigação, observamos que a linguagem desempenha um papel fundamental na inclusão social e educacional de crianças autistas. Com abordagens sensíveis, estratégias adaptativas e a criação de um ambiente de confiança, a linguagem revelou-se uma ponte eficaz para a participação ativa e o desenvolvimento cognitivo e emocional dessas crianças. A diversidade de terapias e abordagens, bem como a complexidade das necessidades individuais, enfatizaram a importância de uma abordagem holística e integrada no atendimento.

Este estudo tem implicações significativas na área da educação e saúde, destacando a relevância da linguagem como ferramenta para a inclusão efetiva de crianças autistas. Nossos resultados podem oferecer orientações preciosas para profissionais, famílias e instituições que buscam promover o desenvolvimento pleno desses indivíduos. Além disso, a análise das demandas individuais e o desafio da limitação dos recursos terapêuticos reforçam a necessidade de políticas integradas e aprimoradas para atender às necessidades das crianças autistas.

À medida que esta pesquisa abre novas perspectivas, é crucial apontar possíveis direções para investigações futuras. Sugerimos a realização de estudos abrangentes e longitudinais que explorem a eficácia de longo prazo das abordagens linguísticas na inclusão de crianças autistas. Além disso, investigações sobre a expansão da disponibilidade de recursos terapêuticos e a implementação de abordagens multidisciplinares podem contribuir para a melhoria contínua dos serviços oferecidos.

Esta pesquisa mergulhou nas complexidades da linguagem como ferramenta de inclusão social e educacional para crianças autistas em processo de aprendizagem. Os resultados obtidos reafirmaram a hipótese central, destacando a importância da linguagem como elo para a participação plena e o desenvolvimento integral desses indivíduos. A partir deste estudo, esperamos que debates e ações sejam catalisados para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e sensível às necessidades das crianças autistas, almejando uma sociedade mais acolhedora e

igualitária para todos.

Ademais, nas considerações finais, é relevante recapitular as perguntas de pesquisa que guiaram este estudo, ressaltando as contribuições alcançadas e delineando possíveis direções para investigações futuras. Enfrentando desafios que vão desde a capacitação dos educadores até a adaptação das estruturas físicas e materiais das escolas, a inclusão de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda esforços colaborativos entre família, escola, professores e outros profissionais, todos com um entendimento profundo do autismo e buscando estratégias eficazes para uma educação inclusiva.

A trajetória da educação de crianças autistas revela uma variedade de abordagens ao longo do tempo, refletindo diferentes compreensões sobre o desenvolvimento desses indivíduos e as abordagens educativas apropriadas. Historicamente, a educação especial adotou um viés clínico-médico que focalizava as deficiências dos alunos, porém tal perspectiva limita a percepção das capacidades e potencialidades das crianças autistas.

A verdadeira inclusão de pessoas autistas vai além da presença física na sala de aula regular. Requer adaptações curriculares personalizadas, estratégias pedagógicas diferenciadas e um ambiente escolar que incentive aprendizagens relevantes. Cada aluno autista é único, e a inclusão efetiva respeita suas particularidades, permitindo que suas habilidades se desenvolvam e que ele seja reconhecido como um sujeito ativo no processo educativo e social.

No entanto, persistem desafios consideráveis no ensino de alunos autistas. Muitos educadores carecem de conhecimento específico sobre o TEA, tornando a capacitação dos professores um componente crucial para o sucesso da inclusão.

Nesse contexto, nosso estudo contribui ao explorar as práticas da Clínica Escola Mundo Autista em Araguaína – TO, evidenciando como estratégias lúdicas, materiais adaptados e interações sensíveis são essenciais para o desenvolvimento das crianças autistas. As narrativas compartilhadas ilustram a importância de abordagens pedagógicas individualizadas, capazes de fortalecer a autoconfiança dos alunos e facilitar aprendizados significativos.

Reconhecemos que este estudo apresenta algumas limitações, como o tamanho restrito da amostra e a especificidade geográfica, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos. No entanto, os *insights* obtidos fornecem valiosas informações sobre as práticas da Clínica Escola Mundo Autista e suas implicações para a inclusão de crianças autistas na cidade de Araguaína.

Para pesquisas futuras, recomendamos explorar abordagens pedagógicas inovadoras que possam otimizar o potencial de aprendizagem desses alunos em diferentes contextos educacionais, principalmente no estado do Tocantins e na cidade

de Araguaína. Além disso, é importante promover conversas e discussões sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre professores e profissionais da área educacional na região, visando aumentar a conscientização e o entendimento sobre as necessidades específicas dessas crianças. A pesquisa deve continuar a aprimorar os métodos de inclusão, assegurando que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, independentemente de suas diferenças.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM V**, Porto Alegre: Artmed, 2013.
- ASSUMPÇÃO, J. R., Francisco, B., & Pimentel, A. C. M. (2000). **Autismo infantil**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 22(supl. 2): 37-39.
- BERSCH, R. **Tecnologia Assistiva e Educação Inclusiva**. In: Ensaio Pedagógico. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, Brasília, 2006, p. 281-285
- BOCK.; GONÇALVES.; FURTADO. **Psicologia Sócia Histórica, Uma Perspectiva Crítica Em Psicologia**. Cortez,2007.
- BOSA, C. (No prelo). **Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000.
- BRASIL. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial, Brasília, 21 ago. 1980. Seção 1.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.
- _____. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família – 8ª ed.** Rio de Janeiro, Wak Editora, 2019.
- CARLSON, Neil R. **Fisiologia do comportamento**. 7. Ed.. São Paulo: Manole, 2002
- CASAGRANDE, R. de C., **Análise epistemológica das teses e dissertações sobre atendimento educacional especializado: 2000 a 2009**. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.
- CHWARTZMAN, J. S. **Transtornos do espectro do autismo: conceito e generalidades**. In: J.Schwartzman & C. Araújo (Orgs.). **Transtornos do espectro do autismo**. p. 37- 42. São Paulo: Memnon. 2011.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DUDA, Tatiane Louzaroto. **Problemas na Linguagem e Descompasso na Inclusão**. Tese (Doutorado em Linguística aplicada e Estudos da Linguagem) São Paulo. PUC.2016. fl.112
- FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FAVORETTO, N. C; LAMÔNICA, D. A. C. **Conhecimento e Necessidades dos Professores em Relação ao Transtorno do Espectro Autista**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 1, p. 103-116, Jan.-Mar. 2014.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FIDALGO, Sueli Salles. **A Linguagem da Inclusão/Exclusão Social-Escolar na História nas Leis e Práticas Educacionais**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.fl 341.

GADIA, Carlos. **Aprendizagem e autismo**: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GAUDERER, Christian. E. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento – Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**. São Paulo: Sarvier, 1985.

GAUDERER, Christian. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**: guia prático para pais e profissionais. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e Autismo**. Cultural, S. A, 2014.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual**: pesquisa qualitativa. 2014. Disponível em <<https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2022

GUPTA, Abha R., STATE, Matthew W. **Autismo**: Genética. Revista Brasileira de Psiquiatria, v.28, 2006.

LAURENT, E. **Reflexões sobre o autismo**. In: LAURENT, E. *A Sociedade do Sintoma* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007. p. 25-34.

LOVAAS, O. I., & Smith, T. (1989). **A comprehensive behavioral theory of autistic children**: Paradigm for research and treatment. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 20, 17-29.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar: eis a questão**: Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 11 mai 2023.

MURATORI, F. **Manual precoce no autismo: guia prático para pediatras** (C. C. Siervi, & D. B. Wanderley, trads.). Salvador, BA: Núcleo Interdisciplinar de Intervenção Precoce da Bahia, 2014.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: WAK, 2007.

PAVIANI, NEIRES MARIA SOLDATELLI. **Corpo, linguagem e educação.** Caxias do Sul. Universidade Federal de Caxias do Sul. 2010.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo liberado?** In: STROZENBERG, I. (Org). *De corpo e alma.* Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 1987.

SALLE, E.; SUKIENNIK, P. B.; SALLE, A. G.; ONÓFRIO, R. F.; ZUCHI, A. **Autismo infantil: sinais e sintomas.** In: CAMARGOS JR., W. (Org.). *Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio.* Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência, AMES, ABRA, 2002. p. 203-209.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. **Transtornos do espectro do autismo.** São Paulo: Memnon, 2011.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ANEXO A- QUESTIONÁRIO QUE SÃO UTILIZADO PARA PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÃO COM ALUNOS AUTISTAS NA CLINICA DO AUTISMO

Planejamento de Intervenção (SESSÕES)

Nome: _____

Idade: _____ Série: _____

Dificuldade de Aprendizagem:

Habilidades adquiridas:

Habilidades não adquiridas:

01 - Habilidade a ser trabalhada: _____

Objetivo: _____

Intervenção: _____

Total de sessão: 8 sessões.

Data	Atividade executada	Desempenho	

 Ótimo  Precisa melhorar  Bom
